

UFRRJ
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

DISSERTAÇÃO

CRIADO NA ROÇA:

Trajetória e construção identitária do Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia Baiano *Campus* Santa Inês.
(1993-2008)

ROSANGELA LIMA DE NEVES RODRIGUES

2012



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
AGRÍCOLA**

CRIADO NA ROÇA:

Trajetória e construção identitária do Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia Baiano *Campus* Santa Inês.
(1993-2008)

ROSANGELA LIMA DE NEVES RODRIGUES

Sob orientação do Professor
Gabriel de Araújo Santos

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola. Área de concentração em Educação e Sociedade.

Seropédica, RJ
Abril, 2012

373.0898142

R696c

T

Rodrigues, Rosangela Lima de Neves, 1973-
Criado na roça: trajetória e construção
identitária do Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia Baiano Campus Santa Inês
(1993-2008) / Rosangela Lima de Neves
Rodrigues - 2012.
117 f.: il.

Orientador: Gabriel de Araújo Santos.
Dissertação (mestrado) - Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de
Pós-Graduação em Educação Agrícola.
Bibliografia: f. 86-93.

1. Instituto Federal de Educação, Ciência
e Tecnologia Baiano (Campus Santa Inês) -
História - Teses. 2. Escolas técnicas -
Bahia - História - Teses. 3. Ensino agrícola
- Bahia - História - Teses. I. Santos,
Gabriel de Araújo, 1949-. II. Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro. Curso de
Pós-Graduação em Educação Agrícola. III.
Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

Rosangela Lima de Neves Rodrigues

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

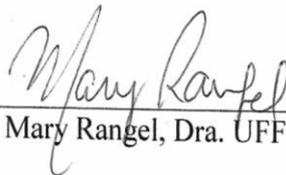
DISSERTAÇÃO APROVADA EM 02/04/2012.



Gabriel de Araújo Santos, Dr. UFRRJ



María Cristina Plencovich, Dra. FAUBA – Argentina



Mary Rangel, Dra. UFF

“Não basta saber ler que “Eva viu a uva”, é preciso compreender qual a posição que Eva ocupa no seu contexto social, quem trabalha para produzir a uva e quem lucra com esse trabalho.”

FREIRE, 1991.

DEDICATÓRIA

À minha querida e amada mãe, Margarida, que foi criada na roça, educada no trabalho braçal, e sempre se orgulhou disso. O título desse trabalho é em sua homenagem. Mesmo sem entender o significado desse estudo e muito menos do título de mestre, sempre confiou em mim, me inspirou e me fez forte;

A Maurino, um verdadeiro pai, grande construtor;

À minha irmãzinha, Maurícia, cujo amor que sente por mim é tão forte, que posso senti-lo comigo em qualquer lugar;

À Tereza, sogra querida, minha segunda mãe;

A Antônio Júlio Rodrigues Júnior, Rosangela Ribeiro Rodrigues e João Pedro Ribeiro Rodrigues, família amada, que participou ativamente da produção desse trabalho com apoio, ajuda e confiança;

A todos os criados na roça e filhos de criados na roça, assim como eu;

Aos meus filhos extremamente amados, Antônio Emílio Neto e Marco Antônio Júnior. Ser mãe, o maior desafio de minha vida;

Em especial, ao meu esposo, Marco Antônio, primeiro e único amor. Vinte e três anos juntos e continuamos apaixonados. Nem sempre compreendo sua forma de amar, mas nunca deixei de sentir a força desse amor. Tudo que faço é para você, por você.

A todos vocês, esse trabalho é nosso.

AGRADECIMENTOS

Cursar esse mestrado tornou-se uma etapa inesquecível em minha vida. Concluir esta dissertação foi um desafio. Primeiro, pela mudança que provocou no meu cotidiano, já que o curso exigiu habilidades que há muito tempo eu não praticava; segundo, pelo fato de ter que mudar hábitos, precisar de ajuda, de apoio e da compreensão daqueles que estavam ao meu lado. Registro, pois, meus sinceros agradecimentos àqueles que foram presença indispensável nesse processo.

A Deus e a Nossa Senhora das Graças, pela proteção, pela vida, saúde, fé e pela força que me deram para enfrentar as dificuldades com as quais me deparei durante toda a trajetória de produção. Cheguei a pensar que não alcançaria o fim dessa etapa.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Gabriel de Araújo Santos, pela firmeza e profissionalismo diante de momento pessoal tão difícil. Nós conseguimos professor. O senhor faz parte dessa História, de minha História. Sou-lhe eternamente grata.

Às Professoras Dr.^a Cristina Plencovich e Dr.^a Mary Rangel, pela generosidade ao aceitarem participar de minha Banca Examinadora.

À Prof. Dr.^a Rosa Cristina Monteiro, pela amizade e confiança.

A todos os funcionários da *Facultad de Agronomía da Universidad de Buenos Aires* – Argentina, pela recepção acolhedora e socialização de saberes, relação interinstitucional extremamente proveitosa para meus estudos de mestrado;

À Prof. Viviane Ramos, diretora geral do IFRS - *Campus* Sertão e demais servidores, pela recepção, atenção e compartilhamento de saberes e fazeres;

Aos professores e servidores do Programa de Mestrado em Educação Agrícola – PPGEA, pela competência, acolhida e aprendizados, fundamentais à minha formação. Em especial, à Graciela Oliveira pela atenção e carinho que sempre me dispensou.

Aos queridos colegas de Mestrado, turma 2010.1, pelo companheirismo e pela socialização de saberes, ao longo desta árdua, porém, tão relevante, jornada de formação. Em especial, aos amigos Paulie Ceres Palasios, Polyana Maria Martins, Silvana Vanessa Silva, Marisol Massaroli, Walter Rodrigues, Jucier Santos e Carlos Cristiano Almeida, pela cumplicidade e ajuda.

Ao ex-diretor geral do IF Baiano - *Campus* Santa Inês, Prof. Msc. Natanildo Barbosa Fernandes, que acompanhou a maior parte de período do meu mestrado e nunca dificultou ou causou nenhum problema para minhas liberações e garantias de meus

direitos. Ao atual diretor geral, Prof. Msc. Nelson Vieira Filho, que manifestou sempre preocupação com as minhas dificuldades para conclusão dessa dissertação, tendo eu que conciliar o trabalho na instituição e a pesquisa.

À Prof. Msc. Claudia Bocchese, pela ajuda com a informática e ao técnico em informática, amigo, Luis Fernando, pela confiança e ajuda.

Às amigas, “meninas do pedagógico”: Arlene Sampaio, Douriene Fraga, Janete Rocha, Merilande Elói, Nelian Nascimento, Roselin Reis, Tame Daniele Andrade e Viviane Leporace. Dividiram minhas tarefas entre si, para ajudar-me nessa etapa tão árdua. Em especial, a Merilande Elói que me ajudou em algumas pesquisas e no que me foi mais importante, demonstrava preocupação com minhas aflições.

Ao Prof. Msc. Elivaldo Souza de Jesus, amigo, pela paciência, orientação e conforto nos momentos mais difíceis desse trabalho. Companheiro na jornada.

À Prof. Msc. Cátia Farago, que chegou, desatou os nós e me lançou pra frente. Valeu amiga! Nunca esquecerei.

À Prof. Dr^a. Daniele Silva de Matos, pela disponibilidade, atenção e ajuda que sempre me dispensou.

Aos eternos amigos, Kátia Bertoso, Valdivan Braga e Agenilda Oliveira.

Aos meus entrevistados, Emerson Amaral, Romildo Andrade, Elenilza Anjos, Alessandra Araújo, Liliane Araújo, Maria José Araújo, Márcia Costa, Natanaildo Fernandes, Jovan de Jesus, Emerson Nunes, Sabrina Oliveira, Juarez Sampaio, José Henrique Santos, Nílton Santos, Auristea Vieira e Solange Vieira, pela disponibilidade, boa vontade e respeito à pesquisa.

Aos colegas do IF Baiano - *Campus Santa Inês*.

Enfim, a todos que, de algum modo, contribuíram para realização desse trabalho.

Meus eternos agradecimentos.

RESUMO

RODRIGUES, Rosangela Lima de Neves. **Criado na Roça: Trajetória e Construção Identitária do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano - *Campus Santa Inês* (1993-2008)**. 2012. 117f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2012.

Este estudo vincula-se à História da Educação Brasileira, no âmbito da História das Instituições Educacionais. Tem por objeto de estudo a trajetória e construção identitária do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano- *Campus Santa Inês* (IF Baiano CSI), lócus da pesquisa. O objetivo geral é explicitar o processo de construção identitária com vista a firmar o referencial identitário da instituição, desde sua criação em 1993 como Escola Agrotécnica Federal de Santa Inês (EAFSI), até a recente reforma implantada pela Lei 11.892/08. Utilizamos a abordagem qualitativa, a metodologia interativa adaptada da técnica do círculo hermenêutico dialético (CHD) de Egon Guba e Ivonna Lincoln, (1989) que consiste em um processo de construção e reconstrução da realidade, fundamentada no diálogo entre os participantes e na análise hermenêutica-dialética (AHD) de Maria Cecília de Souza Minayo (1996), que complementa o CHD, aprofundando a análise de dados coletados e tendo o referencial teórico para nortear o processo e apreender o sentido da fala do autor no contexto histórico-cultural. Para a coleta de dados sobre a construção identitária da instituição fez-se análise bibliográfica e documental sob um enfoque crítico e interpretativo, a fim de definir as categoriais teóricas e empíricas. Foram realizadas entrevistas com os diversos atores sociais (Ex-diretores, docentes, técnicos, ex-alunos e pais), envolvidos com o objeto de estudo. Os depoimentos nos ajudam a compreender as relações sociais existentes entre os diversos sujeitos e os fatores que atuam no sistema educacional. Após análise bibliográfica e documental, foram definidas as categorias teóricas, que são três: materialidade, representação e apropriação. Buscou-se, então, trilhar os quinze anos de existência do IF Baiano – CSI, considerando sua trajetória como resultado de aspectos relacionados ao sistema político, aos valores atribuídos à instituição educacional pela comunidade e à forma como o sistema econômico interfere na organização e desenvolvimento do sistema de ensino e na educação agrícola brasileira, através de determinantes legais que não consideram as instituições educacionais como órgãos distribuídos em diferentes localidades do território nacional e que, por isso, são social e culturalmente diversas, provocando uma fluidez contínua, aligeirada, conflituosa entre seus elementos constituintes. O desencontro entre essas determinantes legais e a instituição impede, pois, uma construção identitária planejada, positiva e dificulta que esta atenda aos interesses sociais e até mesmo do capital.

Palavras-chave: Educação Agrícola; História da Educação, História das Instituições Educacionais, Educação Profissional.

ABSTRACT

RODRIGUES, Rosangela Lima de Neves. **Created in the garden: Path and identity construction of the Federal Institute of education, Science and Technology – Campus Santa Ines (1993-2008)**. 2012. 117p. Dissertation (Master Science in Agricultural Education). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2012.

This study concerns the History of Brazilian Education within the scope of the History of Educational Institutions. The object of study is the path and identity construction of Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – Campus Santa Inês (IF Baiano CSI), locus of the research. The research aims at uncovering the identity construction process of this institution in order to establish its identity referential since its inception, in 1993, as Escola Agrotécnica Federal de Santa Inês (EAFSI), until the reforms implemented by the Law 11.892/08. It was used the qualitative approach, and the interactive methodology, adapted from the technique of hermeneutic dialectic circle (HDC) of Egon Guba and Ivonna Lincoln, which consists of a process of construction of reality via the back and forth dialogue among participants. The hermeneutic-dialectic analysis of Maria Cecília de Souza Minayo was also used to complement the HDC and deepen the analysis of the data collected, and together with the theoretical framework, it guided the process and understanding of the author's speech within the historical and cultural context. The data were collected through literature and documentation review, and analyzed under a critical and interpretive perspective in order to define the theoretical and empirical categories – materiality, representation and appropriation. Several social actors involved with the object of study were interviewed (former principals, teachers, technical staff, alumni and parents) and the statements helped understand the social relations between the various subjects and the factors involved in the educational system. The fifteen years of existence of IF Baiano – CSI were analyzed and its trajectory considered as a result of aspects related to the political system, the values attributed to the educational institution by the community, and to the way the economic system interferes with the organization and development of the education system and with the Brazilian agricultural education. Legal determinants do not consider educational institutions as agencies distributed in different localities of the national territory and that they are socially and culturally diverse. This leads to a continuous a fast, conflicting fluidity between its constituent elements. The mismatch between the legal determinants and the institution hinder, therefore, a planned, positive and identity construction, thus it makes it difficult it serves the social interests and even of the capitals.

Keywords: agricultural education, history of brazilian education, history of educational institutions, professional education.

LISTA DE ABREVIATURAS

AHD	Análise Hermenêutica Dialética
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEB	Câmara de Educação Básica
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CENAFOR	Centro de Aperfeiçoamento de Pessoal para a Formação Profissional
CEPLAC	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
CGE	Coordenação Geral de Ensino
CHD	Círculo Hermenêutico Dialético
CNE	Conselho Nacional de Educação
COAGRI	Coordenadoria Nacional do Ensino Agrícola
CONDAF	Conselho de Diretores das Escolas Agrotécnicas Federais
CONEAF	Conselho das Escolas Agrotécnicas Federais
COOP-ESCOLA	Cooperativa Escolar Agrícola
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
DDE	Departamento de Desenvolvimento Educacional
EaD	Educação a Distância
EAFSI	Escola Agrotécnica Federal de Santa Inês
EBDA	Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola
EMARCs	Escolas Médias de Agropecuária Regional
EMBASA	Empresa Baiana de Águas e Saneamento
FIC	Formação Inicial e Continuada
HDC	Hermeneutic Dialectic Circle
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IF BAHIA	Instituto Federal da Bahia
IF BAIANO	Instituto Federal Baiano
IFET	Instituto Federal de Educação Tecnológica
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LPP	Laboratório de Prática e Produção
MEC	Ministério da Educação e Cultura
PAO	Programa Agrícola Orientado
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PMSI	Prefeitura Municipal de Santa Inês
PPGEA	Programa de Pós Graduação em Educação Agrícola
PROEJA	Programa de Educação Profissional para Jovens e Adultos
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
REP	Reforma da Educação Profissional
RFEPCT	Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
RFEPT	Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica
SEF	Sistema Escola-Fazenda
SEI	Superintendência de Estudos Sociais e Econômicos
SENETE	Secretaria Nacional de Educação Tecnológica
SRE	Setor de Registros Escolares
SESG	Secretaria de Ensino de Segundo Grau
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
UEP	Unidade Educativa de Produção
UNED	Unidade de Ensino Descentralizada

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - UEP de Zootecnia I.....	13
Figura 2 - UEP de Zootecnia II	13
Figura 3 - UEP de Agricultura I.....	13
Figura 4 - UEP de Agricultura II.....	14
Figura 5 - Organograma das Escolas Agrotécnicas Federais.	17
Figura 6 - Esquema do Sistema Escola-Fazenda.....	18
Figura 7 - Localização da Região Nordeste com distribuição das Escolas Agrotécnicas Federais na Bahia antes da reforma introduzida pela Lei 11.892/2008; localização da Reitoria e distribuição dos <i>campi</i> do IF Baiano pós lei 11.892/08.....	29
Figura 8 - Localização geográfica das Escolas Agrotécnicas Federais da Bahia antes da Reforma pela Lei 11.892/08.	32
Figura 9 - Mapas do Brasil e Bahia, em destaque o Vale do Jiquiriçá e município de Santa Inês.	33
Figura 10 - Vista aérea do IF Baiano CSI, sem data do registro.	35

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Matriz geral de classificação dos dados.....	7
Quadro 2 - Análise comparativa entre os Decretos nº 2.208/97 e nº 5154/04	25
Quadro 3 - Prescrições legais e a organização pedagógica da IF Baiano – CSI.....	30
Quadro 4 - Cursos oferecidos pelo IF Baiano CSI de 1996 a 2008 como Escola Agrotécnica Federal de Santa Inês	66
Quadro 5 - Cursos oferecidos pelo IF Baiano CSI após a Lei 11.892/2008 até 2012.	67

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	1
1 CAPÍTULO I O FIO CONDUTOR	8
1.1 Das Ideias de Escola a Escola de Ideias: O Contexto Histórico Delineado a partir da Lei nº 5.692/1971 – como Base para a Estruturação do IF Baiano – CSI.	8
1.2 O Ideário Neoliberal como Pano de Fundo para a Educação Técnica e Profissional Agrícola- como Base para a Estruturação do IF Baiano – CSI.	19
2 CAPÍTULO II ITINERÁRIO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO – CAMPUS SANTA INÊS	32
2.1 Trajetória de Criação do IF Baiano – CSI	32
2.2 Para Além da Implantação e Funcionamento: as Relações de Poder	38
3 CAPÍTULO III A RELAÇÃO ENTRE O IF BAIANO – CSIE A COMUNIDADE ENVOLVENTE: DISSONÂNCIAS?.....	50
3.1 Por uma Dialética de Convergência/Divergência/Convergência – Uma Reconciliação	50
3.2 Planos Simbólicos e Plano Material – Suas Relações.	72
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
5 FONTES	81
6 REFERÊNCIAS.....	83
7 ANEXOS.....	91
Anexo A	92
Anexo B	93
Anexo C	94
Anexo D	95
Anexo E	101
Anexo F.....	102
Anexo G.....	103
Anexo H.....	105
Anexo I	106
Anexo J	109
Anexo L	111
Anexo M	112
Anexo N.....	114

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Esta pesquisa situa-se no âmbito da História das Instituições Educacionais e tem por objeto de estudo a trajetória e construção identitária do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano *Campus* Santa Inês, lócus da investigação, pertencente ao Sistema Federal de Ensino, Ministério da Educação e Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). A instituição está instalada na zona rural do município de Santa Inês, “Princesa do Sudoeste”¹, Estado da Bahia, às margens da BR 420, Km 2,5 – Rodovia Santa Inês-Ubaíra. Trata-se de uma unidade educacional que conjuga educação e trabalho.

Criado na Roça, título deste trabalho, faz referência à natureza que norteou a criação dessa instituição. É expressão cunhada na linguagem popular para definir a pessoa que, vivendo na zona rural, aprende a manejar a terra, cultivar alimentos, criar animais, ou seja, constrói sua experiência de homem/mulher do campo sobre a prática do labor diário e que, quando questionada sobre seus saberes/fazer, lança mão da expressão “criado na roça”, entendendo-a como resumo/contexto de sua aprendizagem. Desse modo, partimos dessa expressão para caminhar rumo a uma reflexão sobre essa instituição educacional, criada e desenvolvida na roça, zona rural de um município em que a maioria de seus habitantes reside na zona urbana², e cujo projeto de educação está voltado, sobretudo, para a agricultura e criação de animais.

Nesse sentido, a história e as memórias da antiga Escola Agrotécnica Federal de Santa Inês (EAFSI), hoje IF Baiano *Campus* Santa Inês, precisam ser acessadas, de maneira que constituem o melhor caminho para se discutir a relação entre os determinantes legais, o contexto social e os modos de produção da realidade educacional da instituição. As vozes de seus atores, também agentes da construção, conduzem à compreensão dessa relação, a partir da qual visamos explicar a singularidade dessa instituição, na perspectiva de contribuir para que esta seja (re)pensada como um projeto social, uma vez que se encontra em processo de construção de uma nova identidade, de outra institucionalidade, provocada por reformas instituídas através da Lei nº 11.892/08³.

Essa reforma trouxe mudanças para a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (RFEPT)⁴. Nesse contexto, a EAFSI passa a Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – *Campus* Santa Inês (IF Baiano – *Campus* Santa Inês)⁵, e a integrar os *campi* do Instituto Federal Baiano. Chamou-me a atenção a falta de clareza sobre a identidade da instituição construída ao longo de sua existência enquanto EAFSI e, agora, enquanto instituto, em vias de construção de uma nova identidade. Diante

¹Até 1930, a produção de café oferecia grande importância ao município, bem como a Estrada de Ferro de Nazaré que facilitava a circulação de pessoas e produtos. Santa Inês foi considerada a “Princesa do Sudoeste”, uma cidade próspera, com um forte comércio de produtos agrícolas.

²População absoluta: 10.363 ; População Urbana: 9.514; População Rural: 849; Grau de Urbanização: 91,8% , Rural: 8,2%. FONTE: IBGE. Censo Demográfico de 2010.

³Lei que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências.

⁴Conforme dados do Ministério da Educação e Cultura (MEC), 31 Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), 75 Unidades Descentralizadas de Ensino (Uneds), 39 Escolas Agrotécnicas, 7 Escolas Técnicas Federais e 8 Escolas Vinculadas a Universidade deixaram de existir, para formar os Institutos Federais, reconfigurando, assim a RFEPT. Ver: <http://www.mec.gov.br>

⁵Uma vez que o Instituto em questão é o objeto da pesquisa e a recorrência ao seu nome será amplamente necessária, passaremos, a partir daqui, a referir-nos como IF Baiano – CSI.

disso, o objetivo geral deste trabalho é explicitar o processo de (re) construção da(s) identidade(s) do IF Baiano – CSI, com vista a firmar o seu referencial identitário.

A motivação por desenvolver pesquisa nessa temática emergiu da minha prática profissional como Técnica em Assuntos Educacionais, iniciada em janeiro de 2009 na referida instituição, no momento em que passava a vigorar a Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008 e cujas atividades são voltadas ao conhecimento e implementação de legislação, normatizações, projetos e planejamento, para a eficácia do processo de aprendizagem que, em se tratando da EAFSI, até final do ano de 2008, dizia respeito à formação do Técnico em Agropecuária e Técnico em Zootecnia.

Por tratar-se de trabalho historiográfico, estabelecemos como baliza temporal o período de 1993 a 2008, que vai da promulgação da Lei nº 8.670/1993, que cria a Escola Agrotécnica Federal de Santa Inês, até a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, prescrita pela Lei nº 11.892/2008.

A Lei nº 11.892/2008 marca o início de um novo período de mudanças na estrutura pedagógica e administrativa do atual IF Baiano – CSI. Estas modificações despertaram meu interesse em conhecer a trajetória desta instituição educacional.

Ao realizar um levantamento documental de caráter preliminar, em função da pesquisa exploratória realizada no Departamento de Desenvolvimento Educacional (DDE), na Coordenação Geral de Ensino (CGE) e no Setor de Registros Escolares (SRE), constatei que, desde o funcionamento desta instituição como EAFSI até os dias atuais, momentos importantes de estabilidade e mudança se alternam na configuração da instituição.

O IF Baiano – CSI tem quinze anos de existência, oferecendo educação profissionalizante na área agrícola. Por esse motivo, tem assumido lugar de grande relevância na região do Vale do Jiquiriçá⁶. Entender a dimensão da trajetória e construção identitária desta instituição educacional é não se deter apenas na descrição estática do passado, mas explicar como a instituição, tal como hoje se apresenta, veio a se tornar o que é, descrevendo a dinâmica social que a moldou; e demonstrar também que as prescrições legais, os atores sociais envolvidos com a instituição e seu contexto, são resultado de um processo de fabricação social, no qual estiveram presentes conflitos, rupturas e ambiguidades. “É um processo de intervenção e transformação ativas”. (GIDDENS, 2002, p. 19). Eis porque acreditamos na importância de realizar um estudo sobre esta instituição a partir de sua trajetória, na busca por seu referencial identitário.

Ao se investigar as construções identitárias, fez-se necessário contextualizar as constantes mudanças a que esta instituição tem sido submetida devido às políticas educacionais implementadas para a organização do fazer pedagógico e consequente formação dos alunos.

Outro aspecto que consideramos relevante para o estudo da instituição consiste

⁶Vale do Jiquiriçá. “Situada a cerca de 150 km de Salvador, Bahia, é uma área de atrativos turísticos. Tem no rio de mesmo nome, [Rio Jiquiriçá], com seus 275 km de extensão, o principal elo cultural e de desenvolvimento econômico da região”. (CRA, 2000 *apud* RODRIGUES, 2008, p. 40). Área de produção de alimentos e de matérias-primas. Espaço que despontou só no século XIX teve sua ocupação efetivada no período pós-colonial, ou seja, após 1823, em virtude das necessidades estabelecidas pelo setor canavieiro e fumageiro decorrente da expansão do mercado interno e externo e de suas condições favoráveis à prática agropecuária. Outro fator responsável, também, pelo povoamento, foi a chegada da Estrada de Ferro de Nazaré que contribuiu decisivamente para o crescimento dessa região, pois impulsionou o movimento de pessoas e mercadorias. Grande produtora de café, viveu seus momentos áureos até 1930, quando da diminuição no cultivo de café devido a crise de 29 e a desativação da Estrada de Ferro para impulsionamento do setor viário. (ALMEIDA, 2010, p. 49).

no fato de que, desde seu funcionamento até os dias atuais, foram executados diferentes modelos pedagógicos e administrativos. E nesses quinze anos de existência, nenhum estudo sistematizado foi realizado a respeito das determinações oficiais e do sentido dessas mudanças para os atores envolvidos que serviram de referencial para a organização institucional.

Desta maneira, essa sistematização gera reflexões sobre o processo de aprendizagem, pois novas legislações encontram-se em vigor (Decreto nº 5.154⁷ de 23 de julho de 2004, Parecer da Câmara de Educação Básica (CEB) e do Conselho Nacional de Educação (CNE) nº 39⁸ de 8 de dezembro de 2004 e a Resolução nº 01 de 3 de fevereiro de 2005⁹), trazendo para o cenário das instituições federais de ensino um novo debate de como operacionalizar, na prática pedagógica, as propostas contidas nestes documentos e verificar no cotidiano qual o resultado disso.

Destacamos o caráter histórico desta pesquisa, como sendo um elemento fundamental para justificar a sua realização, uma vez que apesar de nos últimos anos as pesquisas em História da Educação terem ampliado o seu leque de temáticas, ainda existe uma lacuna com relação a trabalhos na História da Educação Profissional Agrícola, especialmente em se tratando de uma abordagem meso, ou seja, “(...) o tratamento da informação relativa às suas representações [atores envolvidos] e expectativas quanto a futuro, bem como às implicações da instituição na dinâmica local”. (MAGALHÃES, 2004, p. 163). Assim como:

Privilegiar a relação entre a instituição educativa e o espaço geográfico e sociocultural envolvente é tomar como pressuposto que toda a instituição, na sua dinâmica histórica, erige um espaço de envolvimento e influência – o território educativo. Esse território, sociocultural e geográfico, pode ser descontíguo à instituição, como pode de igual modo, sofrer alterações de localização e de configuração ao longo do tempo.

Buscamos uma abordagem que visa reorientar o olhar sobre a cultura da instituição educacional, sobre as consonâncias e dissonâncias de representação que dão sentido ao trabalho institucional e a importância em considerar as singularidades de cada instituição e que responda à seguinte inquietação: em que medida os elementos constituintes das identidades do IF Baiano – CSI confrontam-se, ou não, no processo histórico de sua construção, gerando uma instituição assentada sobre múltiplas percepções? A nosso ver, uma produção historiográfica sobre a instituição, buscando na identidade institucional, o instituído, o instituinte, é contribuição relevante para a autonomização, mesmo que relativa, da instituição educacional e definição de territórios educacionais.

Caminhamos tomando a abordagem qualitativa, utilizando a metodologia interativa adaptada da técnica do Círculo Hermenêutico Dialético (CHD) de Egon Guba e Ivonna Lincoln, (1989) que consiste em um processo de construção e reconstrução da realidade, fundamentada no diálogo entre os participantes e na Análise Hermenêutica-Dialética (AHD) de Maria Cecília de Souza Minayo (2010) que complementa o CHD, aprofundando a análise de dados coletados e tendo o referencial teórico para nortear o

⁷Este Decreto substituiu o Decreto nº 2.208/97 e regulamentou o § 2º do art.36 e os arts.39 a 41 da Lei nº 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e dá outras providências.

⁸Este parecer normatiza a aplicação do Decreto nº 5.154/2004 na educação profissional técnica de nível médio.

⁹Esta resolução atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio às disposições do Decreto nº 5.154/2004.

processo e apreender o sentido da fala do autor no contexto histórico-cultural. Para Maria Marly de Oliveira (2001), trata-se de um processo dialético porque há diálogo, críticas, análises, construções e reconstruções coletivas, já que existe uma relação constante entre pesquisador e entrevistados, chegando o mais próximo possível da realidade. Ela salienta que:

Um processo hermenêutico-dialético que facilita entender e interpretar a fala e depoimentos dos atores sociais em seu contexto e analisar definições em textos, livros e documentos, em direção a uma visão sistêmica da temática em estudo. (OLIVEIRA, 2008, p. 123).

A existência de realidades múltiplas, individual e coletivamente construídas, sinaliza os significados que os atores compreendem sobre o objeto de estudo, e através do processo hermenêutico podemos, pois, interpretar essas compreensões surgidas das falas desses atores. Esse trabalho apoia-se na análise documental e bibliográfica, com realização de entrevistas e observação participante.

A construção da pesquisa é muito importante em um trabalho de investigação. Seu planejamento, desenvolvimento e todo processo de produção de conhecimento pode surpreender o pesquisador com situações novas, inesperadas, que podem obrigá-lo a reformular suas perguntas, principalmente, em se tratando de pesquisa que implica trabalho com atores sociais, com compreensões e entendimentos. Por isso, a abordagem qualitativa, permite uma flexibilidade ao pesquisador de reelaborar conceitos e viabilizar a adoção de técnicas novas durante o processo.

O aporte teórico da pesquisa está estabelecido em postulados de cunho histórico, sociológico, pedagógico e filosófico. A pesquisa abriga-se na perspectiva da História Cultural, proposta pelo historiador francês Roger Chartier (2002), na qual as representações, práticas e apropriações culturais são formas simbólicas diferenciadas de interpretação que os diferentes grupos sociais elaboram de si e de outros. Essa abordagem caminha no sentido da perspectiva inaugurada pela *Nova História* que chama a atenção para a construção da relação entre homem, ação e contextos.

A construção da identidade histórica de uma instituição envolve uma série de variáveis e de categorias de análise. Neste aspecto, é necessário explicitarmos em quais concepções teóricas nos pautamos para desenvolver esta pesquisa, pois estas constituem visões chave para compreendermos a trajetória e construção identitária do IF Baiano – CSI nos seus quinze anos de existência. Para Zygmunt Bauman (2005, p.26), a “ideia de ‘identidade’ nasceu da crise do pertencimento e do esforço que esta desencadeou no sentido de transpor a brecha entre o ‘deve’ e o ‘é’ e erguer a realidade ao nível dos padrões estabelecidos pela ideia – recriar a realidade à semelhança da ideia”.

De tal forma, os estudos de Anthony Giddens (2002) e Manuel Castells (2001) acerca de identidade, foram relevantes para a compreensão da temática, no sentido de que apontam para uma noção de identidade que considera a sua relação com diversos outros fatores e dimensões que constituem fontes de significado pelos próprios atores, por eles originadas, e construída por meio de um processo. Já Pierre Bourdieu (2010) auxiliou na análise do poder das formas simbólicas como um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem, um sentido do mundo, uma concepção homogênea do tempo, do espaço, da causa.

Também nessa perspectiva, os estudos de Stuart Hall (2006) sobre identidade cultural serviram de eixo à pesquisa. Para o autor, a identidade torna-se uma celebração móvel, formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. Conforme afirma,

“o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um ‘eu’ coerente” (HALL, p. 13).

Trabalhar com as identidades de uma instituição educacional significa compreender e explicar a realidade institucional, integrando-a de forma interativa no quadro mais amplo do sistema educativo, nos contextos e nas circunstâncias históricas, relacionando-a com o desenvolvimento da comunidade, da região, de seu território e com seus públicos-alvo e zonas de influência. Significa trabalhar com diferentes fontes, interpretá-las a partir de múltiplos enfoques e interesses práticos.

Para além dessa instituição educacional, profissional, agrícola, rural, há um projeto local e/ou Nacional? Há projetos que integram as propostas de um país? Que podem buscar o bem comum ou que podem trazer apenas os anseios do governo? Ela é resultado do desejo de implantação e funcionamento de um único ator social ou dos atores envolvidos? Ao por em cena esta instituição educacional, que parece ter chegado silenciosa, ou “amordaçada”, buscamos compreender sua natureza plural, que conjuga os âmbitos educativos e profissionais. Essa instituição, bem investigada, representa a concepção do país sobre o agrário, sobre a visão, seja econômica, política, cultural ou somente social, que norteia as políticas públicas para a educação. O espaço que é destinado às diversas modalidades educacionais apresenta, no nível micro, uma das formas de pensar e projetar o Brasil.

A sociedade espera de instituição educacional profissionalizante, o que não se espera de outras, em virtude dessas ter caráter singular. Essa instituição atua na relação entre dois sistemas emaranhados – educação e trabalho – e observar os pontos de contradição entre seus diferentes atores pode revelar aspectos que, se relegados, comprometem sua eficácia enquanto instituição educacional de qualidade. Como se dão os processos de construção do conhecimento e relações de poder em uma dialética de contínua divergência e conciliação. Importa, então, ampararmos nossas análises na convicção de que as práticas sociais são construções humanas de sentido, que não surgem natural e espontaneamente; são produtos de ações e vontades humanas, pessoais e coletivas. Enfim, são construções históricas, “produzidas pelas práticas articuladas (políticas, sociais, discursivas) que constroem as suas figuras.” (CHARTIER, 2002, p. 27).

A pesquisa foi estruturada em duas fases: a primeira constitui-se em análise bibliográfica e documental sob um enfoque crítico e interpretativo, a fim de definir as categoriais teóricas e empíricas; e a segunda, tratou-se do trabalho de campo, com a realização de entrevistas aos diversos atores sociais envolvidos com o objeto de estudo. Os depoimentos nos ajudam a compreender as relações sociais forjadas entre os diversos sujeitos, dentro de determinada conjuntura social, política e econômica.

Considerando a flexibilidade na aplicação da técnica do círculo hermenêutico-dialético e havendo dificuldade no uso de todos os seus segmentos, pode ser feita uma adaptação (OLIVEIRA, 2008). Optamos por fazer adaptações em virtude da dificuldade em reunir todos os entrevistados. Assim, foram trabalhadas as unidades de análise dos dados encontrados de cada entrevistado (a) e do grupo.

Foi utilizada a análise hermenêutica de diferentes fontes bibliográficas, principalmente teses, dissertações e artigos científicos que tratam da história de instituições educacionais profissionalizantes, bem como de vários documentos, a saber: atas, relatórios pedagógicos, relatórios de gestão, planilhas, fotografias, regulamentos e normas internas – levantados no Setor de Registros Escolares, no Departamento de Desenvolvimento Educacional, na Coordenação Geral de Ensino e nos arquivos do IF Baiano – CSI; leis, pareceres e resoluções que regulamentaram o ensino técnico no

Brasil, bem como documentos que tratam da criação e funcionamento do IF Baiano – CSI desde sua fundação. Procedemos à consulta dos bancos de teses da CAPES, do PPGA, de bibliotecas virtuais, além de visitas a sites oficiais do governo, como a SEI e o IBGE, além de textos e impressos oficiais, produzidos pelo Ministério da Educação, a fim de conhecer como é construído o discurso oficial¹⁰ em torno da educação profissional, em diversos momentos históricos.

Buscamos apreender os significados da instituição para os atores sociais que a constituíram e/ou constituem e perceber como as identidades da instituição foram sendo elaboradas/reelaboradas na relação entre determinante legal e comunidade envolvente. A fim de recuperar as percepções desses atores sobre as práticas cotidianas institucionais e o significado desta para a comunidade envolvida, foram entrevistadas quinze pessoas, distribuídas em amostras representativas de seis grupos: três ex-diretores que implantaram o IF Baiano – CSI; dois docentes que estão na instituição desde sua inauguração em 1996; cinco ex-alunos da primeira turma que concluíram o curso de Técnico Agrícola; três pais de ex-alunos, também, da primeira turma, um técnico administrativo ingresso no primeiro concurso para técnicos da instituição e dois ex-prefeitos do município de Santa Inês da época de indicação, criação, construção e inauguração da instituição no município.

Após análise bibliográfica e documental, foram definidas as categorias teóricas, que são três: materialidade, representação e apropriação. O roteiro para as entrevistas foi estruturado em cinco tópicos de interesse. O primeiro deles refere-se à implantação e funcionamento da instituição, sendo seguido pelos tópicos sobre o papel social da instituição, sobre os aspectos legais, sobre as relações de poder e, por fim, sobre as percepções da instituição para os atores sociais. Chamamos os tópicos de interesse de categorias empíricas da pesquisa. Cada tópico de interesse era composto de questão ou questões, conforme objetivo buscado. As categorias empíricas foram distribuídas nas categorias teóricas e após realização das entrevistas, iniciou-se o tratamento das falas dos entrevistados com base na fundamentação teórica. Analisamos as informações identificando os aspectos essenciais no discurso de cada pessoa entrevistada, de forma individual e por grupo: ex-diretores, docentes, ex-alunos, técnico, pais e ex-prefeitos. A partir daí, construímos as unidades de análise, que são resultado do pensamento, sentimento, compreensão, expressões, percepções da realidade em que viveram essas pessoas que se relacionaram/relacionam-se com a instituição, servindo para explicar o objeto de estudo, respondendo às questões da pesquisa: o que os atores sociais percebem sobre a implantação e funcionamento, função social, aspectos legais e significado do IF Baiano CSI? Resumimos os aspectos fundamentais da estrutura da pesquisa em articulação com os objetivos correspondentes, como disposto no Quadro 1.

A partir da análise dos documentos e entrevistas, foi organizada a trajetória para sistematizar a construção identitária do IF Baiano – CSI, desde EAFSI até as recentes reformas determinadas pela Lei nº 11.892/08, perfazendo três capítulos.

No capítulo I, intitulado *O Fio Condutor*, realizamos um levantamento do contexto histórico a partir da Lei nº 5.692/1971 e do ideário neoliberal como bases para estruturação do IF Baiano – CSI, considerados aqui como os primeiros elementos da construção identitária da instituição.

No capítulo II, *Itinerário do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – Campus Santa Inês*, esboçamos o objeto de estudo, tomando os depoimentos de lideranças políticas da época em que a instituição foi destinada para o município e que acompanharam esse movimento. Abordamos, ainda, os olhares e os

¹⁰Aqui oficial é entendido como de governo, de instituições governamentais.

significados atribuídos à instituição por seus atores sociais (ex-diretores, docentes, ex-alunos, técnico, pais), a partir de como percebem-perceberam a sua implantação e funcionamento.

Quadro 1 - Matriz geral de classificação dos dados

OBJETIVO GERAL			
Explicitar o processo de construção/reconstrução identitária do Instituto Federal Baiano <i>campus</i> Santa Inês, com vista a firmar seu referencial identitário.			
Objetivos Específicos	Categoria Teórica	Categorias Empíricas	Unidades de Análises
Caracterizar a Escola Agrotécnica Federal de Santa Inês (EAFSI), tomando por base os elementos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais e estrutura física, considerando a reforma implementada pela Lei 11.892/08	Materialidade	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação e funcionamento • Relações de poder 	<ul style="list-style-type: none"> • Da História da Instituição • Trajetória de Implantação e Funcionamento e Relações de poder
Aprender as percepções da instituição para os atores sociais que a constituíram/constituem	Representação	<ul style="list-style-type: none"> • Papel social da instituição • Aspectos legais 	• As expectativas sociais da instituição
	Apropriação	<ul style="list-style-type: none"> • Significado da Instituição 	• Significado da instituição para os atores sociais
Perceber como a(s) identidade(s) da instituição foram sendo elaboradas/(re)elaboradas na relação entre determinante legal, gestão e comunidade envolvente	Materialidade Representação Apropriação	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação e funcionamento • Relações de poder • Papel social da instituição • Aspectos legais • Significado da instituição 	• Os elementos constituintes da construção identitária do Instituto Federal Baiano <i>campus</i> Santa Inês.

Fonte: Elaboração de Rosângela Lima de Neves Rodrigues.

O capítulo III, *A Relação entre o IF Baiano– CSI e a Comunidade Envolvente: Dissonâncias*, apresenta a relação de convergência/divergência/convergência entre as determinantes legais, o contexto social e os modos de produção da realidade educacional da instituição a partir da percepção de seus atores-autores, como elementos da construção identitária do IF Baiano – CSI.

1 CAPÍTULO I

O FIO CONDUTOR

1.1 Das Ideias de Escola a Escola de Ideias: O Contexto Histórico Delineado a partir da Lei nº 5.692/1971 – como Base para a Estruturação do IF Baiano – CSI.

Inicialmente desejamos apontar que o objetivo deste capítulo é o de traçar um contexto histórico a partir da Lei nº 5.692/1971, que substituiu a equivalência entre os ramos secundário e profissional, dada pela primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4.024/1961, pela “obrigatoriedade da habilitação profissional para todos que cursassem o que passou a ser chamado de ensino de 2º grau” (KUENZER, 2001, p. 16).

Vale esclarecer que as hipóteses que levantamos quando pensávamos sobre nosso objeto de pesquisa, antes da investigação, nos levavam a crer que para nossa pesquisa, a contextualização legal a partir da Lei nº 9.394/1996, dos Decretos de nº 2.208/1997, 5.154/2004 e da Lei nº 11.982/2008, seriam suficientes, por acreditarmos serem estas prescrições legais a base de elementos para compreensão de nosso objeto. Entretanto, trabalhar com memórias nos surpreende, pois estas não são estáticas, mas dinâmicas, e a análise dos depoimentos nos fizeram buscar o elo que faltava. Dessa forma, foi necessário retrocedermos no tempo que, a princípio, havíamos estabelecido, para compreender questões levantadas nos próprios depoimentos. Assim, fomos buscar na Lei nº 5.692/1971 aspectos que completam o entendimento de nosso objeto.

Quando é autorizada a construção do IF Baiano – CSI, em 16 de março de 1990, a sociedade brasileira vivenciava um período de mudanças na sua estrutura, no que se refere ao sistema econômico e à organização educacional, norteadas pela Lei nº 5.692/1971 que só viria a ser revogada pela LDB nº 9.394, a partir de sua promulgação em 20 de dezembro de 1996. Dessa forma, faz-se necessário traçar um breve histórico do período que compreende a Lei nº 5.692/71 e que tem relevância para a pesquisa, uma vez que a instituição tem a base de sua origem na referida lei.

Na Lei nº 5.692/1971, a profissionalização é o eixo do segundo grau e as escolas técnicas e agrotécnicas de nível médio têm suas propostas curriculares formuladas, segundo Maria Ciavatta e Gaudêncio Frigotto (*apud* SANTOS, 2006, p. 217), na “concepção de capital humano, de investimento no indivíduo, executadas de forma produtivista, dualista e fragmentária”.

A referida lei prescrevia que a formação geral e a formação especial voltada para uma habilitação profissional ocorressem em um mesmo currículo, na totalidade prevista para o ensino de 2º grau. Apesar de, no texto, a Lei nº 5.692/71 especificar que a formação profissional seria ministrada no 2º grau na parte relacionada à formação especial do currículo, esta não especifica quais seriam os conteúdos desta formação especial, sendo delegada ao Conselho Federal de Educação a função de sistematizar estas habilitações.

Com base nesta prerrogativa, o Conselho Federal de Educação elaborou o parecer 45, de 12/1/1972, enumerando 130 habilitações e suas respectivas disciplinas mínimas obrigatórias por área profissional. A organização dessas habilitações tinha como objetivo incorporar ao currículo as demandas do mercado de trabalho, com ênfase num

ensino técnico. Essas habilitações específicas cumpriam a finalidade profissionalizante do ensino de segundo grau definido na lei nº 5.692/71, com as habilitações profissionais que são obtidas mediante o cumprimento de currículos oficialmente aprovados e os respectivos diplomas e certificados, devidamente registrados, conferem aos portadores direitos específicos de exercício das profissões.

A fim de adequar o ensino agrícola às legislações (Lei nº 5.692/71 e Parecer nº 45/72), as instituições passam a organizar seus currículos de acordo com a metodologia do Sistema Escola-Fazenda (SEF). O SEF nas instituições de ensino agrícola ocasionaram mudanças em diversos aspectos. A metodologia pedagógica do Sistema Escola-Fazenda determinava a “organização administrativa e acadêmica, nas especificações educacionais, nas dependências complementares e chegando até às plantas e *layouts*.” (FERREIRA 2002, *apud* CAMPOS, 2005, p.15). Por esse motivo, analisaremos o Sistema Escola-Fazenda (SEF), buscando compreender em que consiste este modelo e por que foi implementado nas instituições de ensino agrícola federal a partir da década de 1960, vigorando até a promulgação da Lei nº 9.394/96.

A lei nº 5.692/71 definiu uma nova política para o ensino agrícola no Brasil, e foi através do Decreto nº 72.434 de 9 de julho de 1973 que é criada a Coordenadoria Nacional do Ensino Agrícola (COAGRI), órgão organizador do sistema agrícola brasileiro que tinha por finalidade prestar assistência técnica e financeira a estabelecimentos especializados em ensino agrícola do MEC. A importância de se falar na COAGRI dá-se em função de ter sido esta coordenadoria a impulsionadora de profundas transformações e mudanças nas instituições agrícolas, possibilitando uma revitalização do Sistema de Ensino Agrícola Federal. Assim, a

(...) COAGRI ampliou e/ou reformou seus prédios e instalações; equipou as escolas com laboratórios, sala ambiente, unidades educativas de produção, quadra para esporte, bibliotecas e acervos. Regularizou as terras, num total de 13.345 hectares; implantou os serviços de orientação educacional e de supervisão educacional; implementou e consolidou o sistema escola fazenda; consolidou as cooperativas escolas; vem oferecendo cursos para habilitar seu corpo docente, e promovendo concursos públicos para a admissão de servidores técnicos e administrativos, bem como aperfeiçoando e reciclando diretores, professores, técnicos e pessoal administrativos. (Brasil-MEC, 1994:21).

Dentre estas mudanças, foi relevante a implementação e consolidação do Sistema Escola-Fazenda (SEF), que foi introduzido no Brasil em 1966, no período da ditadura militar, e teve sua expansão realizada através do MEC, em 1970, em toda Rede Federal de Ensino Agrícola.

Nessa perspectiva, faz-se necessário conhecer a metodologia do SEF, que se baseou no princípio “aprender a fazer e fazer para aprender”, em função desse sistema ter sido o norteador do projeto arquitetônico de construção, da gestão administrativa e pedagógica no funcionamento da, inicialmente, EAFSI, e hoje, IF Baiano – CSI. Conforme depoimento de ex-diretores: “(...) essa Escola em Santa Inês, ela iria funcionar nos moldes, também, das outras Agrotécnicas”¹¹, e no sistema de “(...)

¹¹Depoimento de Natanildo Barbosa Fernandes. Professor. Foi Diretor do Departamento de Atendimento ao Educando da Escola Agrotécnica Federal de Santa Inês de 1996 a agosto de 2007. Segundo Diretor Geral, de agosto de 2007 a agosto de 2011. Entrevista concedida em 01/04/2011.

aprender fazer, fazendo, era o lema, aprender fazer, fazendo.”¹²

A metodologia do SEF foi utilizada nas Escolas Federais por trinta anos, ou seja, até a Reforma da Educação Profissional, em 1996. Entretanto, o SEF continuou a existir na prática das instituições federais de educação agrícola de modo que nos atrevemos a afirmar que este modelo ainda é o fundo de base quando pensamos no funcionamento atual do IF Baiano – CSI.

Diante disso, novas técnicas passaram a fazer parte do cotidiano rural. Os conteúdos veiculados no currículo tinham o objetivo de proporcionar a aprendizagem necessária e obedeciam a princípios lógicos com base na racionalidade técnica, normas e procedimentos padronizados, característicos da Teoria do Capital Humano. Em um primeiro momento, esta noção incita a ideia da educação como forma de integração, ascensão e mobilidade social. E, em um segundo momento, com a crescente incorporação de “capital morto”, por meio do uso da ciência e da tecnologia como forças produtivas diretas e por meio da ampliação do desemprego estrutural e de um contingente de trabalhadores supérfluos. “As noções de sociedade do conhecimento, qualidade total, cidadão produtivo, competências e empregabilidade tentaram convencer de que não há lugar para todos, tentando reduzir o direito social e coletivo ao direito individual.” (FRIGOTTO, 2010, p.31).

Esta perspectiva é fundamental para consolidar a relação entre educação e trabalho, como ressalta o Parecer nº 45/72, quando se refere à qualificação do profissional, e recomenda que “o técnico necessita estar realmente capacitado para o exercício completo de uma ocupação bem definida na força de trabalho” (BRASIL, 1972, p.127). Assim, a teoria do capital humano vela um poder ideológico letal. Conforme apresenta Frigotto (2010, p. 31-32):

(...) o nosso desenvolvimento está barrado porque temos baixos níveis de escolaridade e os trabalhadores não têm emprego porque não investiram em sua empregabilidade, isto é, o quantum de educação básica e de formação técnico profissional que podem torná-los reconhecidos pelo mercado como “cidadãos produtivos” e desejáveis pelo mercado.

Importam lembrar os princípios filosóficos do Sistema Escola-Fazenda, expressos em seu manual:

Escola-fazenda é um sistema que se fundamenta principalmente no desenvolvimento das habilidades, destrezas e experiências indispensáveis à fixação dos conhecimentos adquiridos nas aulas teóricas. É uma escola dinâmica que educa integralmente, porque familiariza o educando com atividades semelhantes às que terá de enfrentar na vida real, em sua vivência com os problemas da agropecuária, conscientizando-o ainda de suas responsabilidades e possibilidades. Portanto, a esse sistema aplica-se adequadamente o princípio: “aprender a fazer e fazer para aprender”. (BRASIL, 1973, p. 1).

Entre seus objetivos destacamos,

a) proporcionar melhor formação profissional aos educandos, dando-lhes vivências com os problemas reais dos trabalhos agropecuários;

¹²Depoimento de José Henrique Dias dos Santos. Professor. Foi Diretor do Departamento de Desenvolvimento Educacional da Escola Agrotécnica Federal de Santa Inês a partir de 1996. Entrevista concedida em 14/06/2011.

b) despertar o interesse pela agropecuária; c) levar os estudantes a se convencerem de que a agropecuária é uma indústria de produção; d) oferecer aos estudantes a oportunidade de iniciarem e se estabelecerem, progressivamente, num negócio agropecuário; e) ampliar o raio de ação educativa do estabelecimento, proporcionando aos agricultores circunvizinhos e aos jovens rurícolas conhecimento das técnicas agropecuárias recomendáveis; f) despertar no educando o espírito de cooperação e auxílio mútuo. (BRASIL, 1973, p. 1).

O Sistema Escola-Fazenda passou por duas fases, a primeira de 1973 a 1980 e a segunda de 1980 a 1986. A primeira fase era organizada em quatro áreas distintas que funcionavam de forma integrada e interligada: sala de aula, cooperativa escolar agrícola (COOP-ESCOLA), Laboratórios de práticas e produção (LPP) e Programa Agrícola Orientado (PAO).

Na segunda etapa do SEF de 1980-1986, foram operacionalizadas mudanças na sua estrutura organizacional, resultando na criação das Unidades Educativas de Produção (UEPs). As Unidades Educativas de Produção substituíram o Programa Agrícola Orientado (PAO) e reordenaram os objetivos do Laboratório de Práticas e Produção (LPP).

Em 1990, foram iniciadas as obras de construção do IF Baiano – CSI. Dessa forma, vamos nos deter na segunda fase de desenvolvimento do SEF, que perdurou até a reforma em 1996 com a promulgação da LDB nº 9.394. Destaca-se que em 1998, o professor José de Oliveira Campos, Diretor Geral da Escola Agrotécnica Federal de Urutaí/Goiás, ministra curso de capacitação sobre o Sistema Escola Fazenda como ficou registrado em entrevista que este concedeu ao jornal Expressão¹³:

Professor, o Sr. se encontra em nossa Escola ministrando o curso de Escola Fazenda. Qual o objetivo desse curso? João Campos: O objetivo desse Curso do Sistema Escola Fazenda é capacitar os recursos humanos da Escola Agrotécnica Federal de Santa Inês, principalmente para a Educação Profissional, envolvendo todo pessoal da parte de formação especial: professores de Zootecnia, de Agricultura, de Administração e Economia Rural, de Olericultura, Desenho e Topografia, enfim toda parte profissional. O Mercado de Trabalho exige um perfil profissiográfico adequado para atender às competências requeridas pelo setor produtivo. A razão pela qual eu estou aqui é justamente para transmitir essa metodologia de ensino a esses profissionais que, por sua vez, irão trabalhar junto aos seus alunos todos os conhecimentos na área de projetos Zootécnicos, projetos Agrícolas e projetos Agroindustriais.

O processo de reforma do SEF se apresenta em documento da COAGRI como uma reformulação de um estudo do CENAFOR. Assim,

o tema “Escola-Fazenda” foi objeto de minucioso estudo realizado pelo Centro de Aperfeiçoamento de Pessoal para a Formação Profissional (CENAFOR), onde são tratados detalhes sobre sua concepção, planejamento e implementação. Esse conteúdo, entretanto, está sendo reformado e atualizado pela Coagri [...] Assim sendo, no presente trabalho, a escola-fazenda será apresentada apenas em suas linhas gerais. (BRASIL, 1978-79, p. 26).

Para se implantar SEF, algumas condições deveriam ser observadas, dentre as

¹³Ver anexo A. O jornal “Expressão” foi uma publicação interna da Escola Agrotécnica Federal de Santa Inês. Número 1 -Ano I , Fevereiro/99, p. 06.

quais:

Qualificação técnica e profissional dos professores e do diretor da Escola; Remuneração condizente aos professores, para que estes pudessem dedicar-se exclusivamente à Escola; Existência de área trabalhável que atendesse às exigências mínimas das atividades do Laboratório de Práticas e Produção (LPP) e das Práticas Agrícolas Orientadas (PAO). (Obs: a relação área-aluno variava de acordo com as condições regionais, que determinavam os tipos de projetos a explorar.) Adequação, em número e eficiência, das instalações e equipamentos, para atender ao desenvolvimento dos projetos agropecuários e às necessidades do internato; Existência de um mercado consumidor de fácil acesso, possibilitando escoamento adequado da produção do Laboratório de Práticas e Produção (LPP) e dos projetos dos alunos (PAO); Motivação dos alunos; Elaboração de um plano detalhado de trabalho, sem improvisações. (BRASIL, 1973, p. 6).

O SEF apresentava distorções, sobretudo, na forma em que estava estruturado. Os alunos preferiam realizar atividades nos projetos do Programa agrícola Orientado (PAO) que lhes davam retorno financeiro, sobrepujando os projetos do Laboratório de Prática e Produção (LPP), cujo retorno era para a instituição, o que pode ser um dos motivos que levou a reestruturação do SEF. As buscas de solução para estas distorções levaram a criação das Unidades Educativas de Produção-UEP's, em substituição ao PAO e LPP:

As Unidades Educativas de Produção-UEP's, ao funcionarem como laboratórios de ensino das disciplinas da parte de formação especial do currículo, incumbidas do processo produtivo das escolas. A UEP foi estruturada de modo que o aluno possa assimilar o conteúdo teórico prático das disciplinas no ambiente onde se processa a produção, ou seja, onde se desenvolvem os projetos orientados e específicos de agricultura, pecuária, agroindústria e artesanato. (BRASIL, 1984a, p. 26).

As UEP's foram construídas e/ou adequadas nas instituições educacionais já em funcionamento na Rede Federal e para as instituições que seriam construídas seguiram essa organização arquitetônica para o desenvolvimento administrativo e pedagógico da seguinte forma:

- UEP Zootecnia I: voltada a animais de pequeno porte como na apicultura, avicultura de corte/postura, cunicultura, piscicultura etc.;
- UEP Zootecnia II: animais de médio porte: caprinocultura, ovinocultura, suinocultura etc.;
- UEP Zootecnia III: animais de grande porte: a exemplo da bovinocultura de corte/leite, bubalinocultura, equinocultura etc.;
- UEP Agricultura I: destinada à olericultura, jardinagem e paisagismo;
- UEP Agricultura II: culturas anuais de interesse regional: arroz, aveia, cevada, feijão, milho, soja, trigo, etc.;
- UEP Agricultura III: culturas perenes: fruticultura de interesse regional, florestamento/reflorestamento, silvicultura;
- Mecanização Agrícola: relativa ao estudo de máquinas e implementos agrícola de tração animal e mecânico;
- Agroindústria: estudo dos processos de transformação de carnes, frutas, legumes, leite e verduras.

Nessa perspectiva, o IF Baiano – CSI foi construído sob essa organização.

Vejam as fotografias das UEPs da instituição:



Figura 1 - UEP de Zootecnia I (2010 – Arquivo do IF Baiano – CSI)



Figura 2 - UEP de Zootecnia II (2010 – Arquivo do IF Baiano – CSI)



Figura 3 - UEP de Agricultura I (2010 – Arquivo do IF Baiano – CSI)



Figura 4 - UEP de Agricultura II (2010 – Arquivo do IF Baiano CSI)

Para o desenvolvimento das atividades em cada UEP, a responsabilidade era de um professor coordenador que planejava, realizava, acompanhava as atividades da UEP de sua responsabilidade. Todas as atividades envolviam os alunos durante o ano letivo, em fins de semanas, feriados, recessos escolares e em férias.

Utilizava-se, também, o sistema de monitoria, componente curricular que objetivava oportunizar aos alunos o desenvolvimento de habilidades sócio afetivas e o exercício da coparticipação no planejamento e na execução de projetos educativos. A monitoria funcionava como um dos elementos do processo de descentralização das decisões e de democratização do saber, era realizado nas UEP's ou em outros locais indicados pelo professor. Realizada por alunos que cursavam o último ano do curso técnico, e organizado com horários que definia os períodos de permanência dos monitores em cada UEP, que podiam ir de uma a quatro semanas, conforme planejamento de cada professor coordenador.

O aluno deveria vivenciar a prática da monitoria em, no mínimo, quatro UEP's da instituição, momento que oportunizava aos alunos rever conteúdos e práticas de disciplinas já cursadas e das que estavam em curso, bem como, desenvolver atividades de caráter gerencial nos diversos segmentos produtivos da agropecuária, mediante projetos desenvolvidos no âmbito da escola-fazenda referentes ao planejamento, à execução e à avaliação da monitoria, bem como a escala anual; participar de reuniões de avaliação no Departamento de Ensino e Produção; elaborar o plano de atividades com o professor coordenador da UEP; e encaminhar os formulários e o relatório final ao professor e, se aprovados, ao Departamento de Educação.

A organização administrativo-pedagógica das Escolas Agrotécnicas na segunda etapa do SEF se caracterizou pela extinção do programa agrícola orientado (PAO), e implantação das UEP's, do sistema de monitoria e pela institucionalização das cooperativas-escolas.

O SEF parece estabelecer um sincronismo de funcionamento na instituição. O que faz o sistema parecer efetivo e eficiente, em virtude de promover integração real entre a área administrativa e a área pedagógica. Parece-nos que todo o corpo docente, técnico-administrativo e alunos estavam envolvidos e conscientes dos objetivos institucionais, trabalhando para que a chamada atividade-meio do setor administrativo e de apoio

proporcionasse plenas condições à atuação pedagógica. Entretanto, sob esse aspecto, os depoimentos dos atores envolvidos com o IF Baiano – CSI revelam não ter consciência sobre esse funcionamento.

Pela orientação da COAGRI, eis a organização administrativa das escolas:

1-Diretoria com Conselho Comunitário; 1.1 Divisões de Atividades Auxiliares (DAA); 1.2 Seções de Execução Orçamentária e Financeira(SEOF); 1.3 Seções de Material e Patrimônio (SMP); 1.4 Seções de Serviços Gerais (SSG); 1.5 - Seções de Pessoal (SP); 2-Divisão de Atividades Técnicas (DAT); 2.1-Seção de Acompanhamento Pedagógico (SAP); 2.2 - Seções de Acompanhamento ao Educando (SAE); 2.3- Seções de Projetos Orientados (SPO); 2.4-Secretaria Escolar (SE). (BRASIL, 1985a, p. 10).

As Escolas Agrotécnicas deveriam:

1-Preparar o jovem para atuar conscientemente na sociedade como cidadão; 2-ministrar o ensino de 2º grau profissionalizante na sua forma regular, nas habilitações de agropecuária, agricultura, enologia e economia doméstica; 3-formar o educando para que pudesse atuar nas áreas de produção, como agente de difusão de tecnologias e nas áreas de crédito rural, cooperativismo, agroindústria, extensão, dentre outros; 4- atuar como centro de desenvolvimento rural, apoiando as atividades de educação comunitária e básica, colaborando para o crescimento da agropecuária local e regional; 5- prestar cooperação técnica ao ensino agrícola dos sistemas estaduais, municipais e particulares. (BRASIL, 1985b, p. 9).

Para se definirem parâmetros norteadores da organização e do funcionamento das habilitações oferecidas nessas instituições, estas tomavam como referência as experiências já realizadas nas próprias Agrotécnicas já em funcionamento. O que exatamente ocorreu com o IF Baiano – CSI, na estrutura arquitetônica, pedagógica, de gestão administrativa. Inclusive para a instituição de Santa Inês todo suporte foi dado pela Agrotécnica de Catu. O SEF era implantado de forma homogênea nas instituições agrícolas.

Sobre a organização e funcionamento dos cursos de Técnico em Agropecuária, Enologia e Economia Doméstica, o Ministério da Educação definia:

1-matrícula anual, para a 1ª série, de 160 alunos distribuídos em 4 turmas de 40 alunos, perfazendo um total aproximado de 460 alunos matriculados nas 3 séries, considerando-se as evasões e transferências; 2 - grade curricular com distribuição quantitativa das matérias e disciplinas de Educação Geral e de Formação Especial e respectivas cargas horárias semanais e anuais por série, com um total geral de 3.870 horas/aulas, sendo 1.560 destinadas à Educação Geral e 2.310 horas/aulas à Formação Especial. Embora a grade curricular fixasse a carga horária por disciplina, os conteúdos programáticos deveriam adequar-se aos interesses dos alunos, à realidade local, respeitando os padrões, valores culturais e aspirações da comunidade. (BRASIL, 1985c, p. 13).

O ensino se organizava através de um currículo estruturado em torno de disciplinas, conforme fixava a lei nº 5.692/71, definindo bases para o ensino de 1º e 2º graus, procurando integrar, ao mesmo tempo, os elementos culturais e técnicos ao ensino do segundo grau.

Esses dois aspectos foram traduzidos por “educação geral” e “formação especial”, também, chamados de núcleo comum e parte diversificada. Partia-se do princípio de que uma autêntica fazenda ou empresa agropecuária é uma organização que deve buscar soluções para seus problemas. Sob essas condições:

O ensino médio se constitui numa ausência socialmente construída, na sua quantidade e qualidade, como indicador da opção pela formação para o trabalho simples e da não preocupação com as bases da ampliação da produção científica, técnica e tecnológica e do direito de cidadania efetiva em nosso país. (FRIGOTTO, 2010, p. 32).

Dessa forma, o foco era na área técnica, a preocupação em unir teoria e prática pela integração disciplinar horizontal/vertical na educação geral e na formação especial e nos respectivos conteúdos.

A COAGRI foi extinta em 1986 pelo Decreto nº 93.613. O decreto que a extinguiu criava a Secretaria de Ensino de Segundo Grau (SESG), que assumiu a coordenação do ensino agrícola. Em estudo realizado por Koller & Sobral que trata da trajetória da COAGRI ao CONEAF como fator da construção da identidade nas Escolas Agrotécnicas Federais detalha que,

com a extinção da COAGRI os dirigentes das escolas Agrotécnicas sentiram necessidade de construir um instrumento político que pudesse garantir alguns avanços conquistados durante os anos de COAGRI. Nesse contexto, é criado o CONDAF, que não veio substituir aquela Coordenadoria de Ensino, mas se constitui numa instituição política com características de representação do ensino agrícola no interior do Ministério da Educação. [...] por ser um conselho representado por diretores de escolas Agrotécnicas, predominava, em muito interesse dos próprios gestores e das suas relações políticas individuais. [...] apesar de a COAGRI ter imprimido uma identidade para o ensino agrícola, sendo criada durante o regime militar, instituiu nas escolas uma cultura educacional pouco crítica e direcionou para a escola-fazenda uma matriz produtiva voltada para o agronegócio. Nesse sentido, a ação dos gestores no interior das escolas seguia a mesma lógica construída pela COAGRI, onde era comum um diretor manter-se no cargo por décadas. (KOLLER; SOBRAL, 2010, p.227).

Colocamo-nos, então, diante de dois fatos curiosos: a criação do CONDAF, conselho cuja composição era de um único grupo, o grupo de diretores das instituições agrícolas, portanto, representando os interesses desse grupo, o que pode denotar um agrupamento de forças, de poder, para conseguir, também, manter privilégios para o grupo, junto ao MEC, e permitir a ação dos gestores de forma independente no interior das instituições, o que nos faz lembrar o depoimento de uma ex-aluna que relatou sua percepção das relações de poder dentro da escola: “ a direção, era como se fossem os donos da escola, tipo eu mando, é meu”.

Entretanto, foi durante o período da COAGRI e da política de ensino por ela adotada, com a implementação do SEF, que se construiu uma identidade, não construída até então, para o ensino agrícola. O IF Baiano – CSI pode ser uma amostra representativa dessa identidade impressa pelo SEF. A matriz produtiva da SEF era voltada para o agronegócio, a forma homogênea de aplicação desse sistema à todas as instituições educacionais agrícolas pode ser uma das questões que dificultaram uma maior proximidade da instituição educativa com a comunidade, principalmente, daquelas em que predominava à agricultura familiar na forma de produzir.

No período entre a extinção da COAGRI (1986) e a implantação da reforma da educação profissional (1997), o ensino agrícola voltou a uma “situação que lhe era

peculiar no período anterior à reforma de 1971, ou seja, a de ser outro ramo do ensino profissionalizante no conjunto dos demais e que, para sobreviver, dependia das articulações políticas empreendidas no interior do MEC” (RODRIGUES, Ângelo. 1999, p. 178). Dessa forma, a gestão das escolas estava fundamentada em práticas identificadas como práticas da COAGRI, da qual o IF Baiano – CSI, não fugiu à regra, visto que o primeiro diretor manteve-se no cargo de diretor-geral por mais de uma década. Frise-se que o referido IF Baiano – CSI tem apenas quinze anos de funcionamento.

Em maio de 1990, o ensino agrícola passou à responsabilidade da então criada Secretaria Nacional de Educação Tecnológica (SENETE), incumbida de traçar as diretrizes e políticas para o desenvolvimento da educação profissional agrícola nos níveis técnico e tecnológico. E a SENETE elabora em 1991, documento denominado Diretrizes de Funcionamento de Escolas Agrotécnicas, que já na sua apresentação diz:

[...] este documento fornece diretrizes sobre aspectos curriculares e de recursos humanos mantendo, inclusive, os mesmos princípios filosóficos e objetivos que têm norteado a adoção do Sistema Escola-fazenda nas escolas Agrotécnicas ligadas ao sistema federal de ensino. (p. 5).

Dessa forma, mesmo com a extinção da COAGRI (em 1986), as Escolas Agrotécnicas mantiveram o modelo SEF como linha norteadora da formação do Técnico Agrícola. Para a aplicação do SEF era necessário uma estrutura pedagógica, administrativa e de espaço físico, arquitetônico, preparadas para atender a essa metodologia. Vejamos adiante (Figura 5), o organograma das Escolas Agrotécnicas Federais conforme estabelecido nas Diretrizes de Funcionamento de Escolas Agrotécnicas Federais.

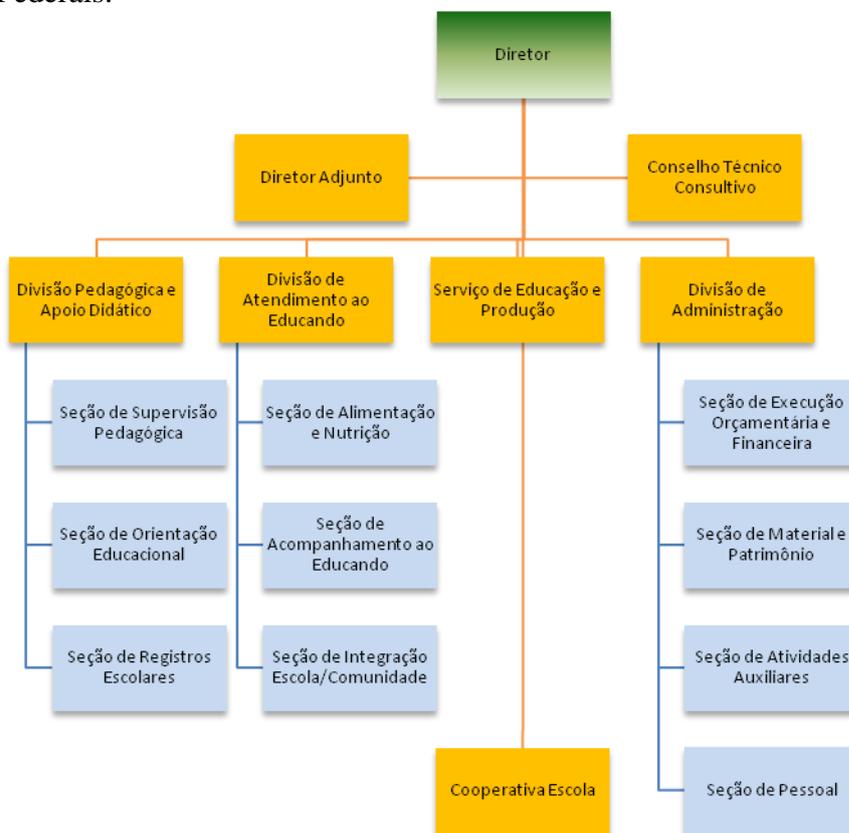


Figura 5 - Organograma das Escolas Agrotécnicas Federais.

Fonte: Diretrizes de Funcionamento de Escolas Agrotécnicas Federais, SENETE, 1991.

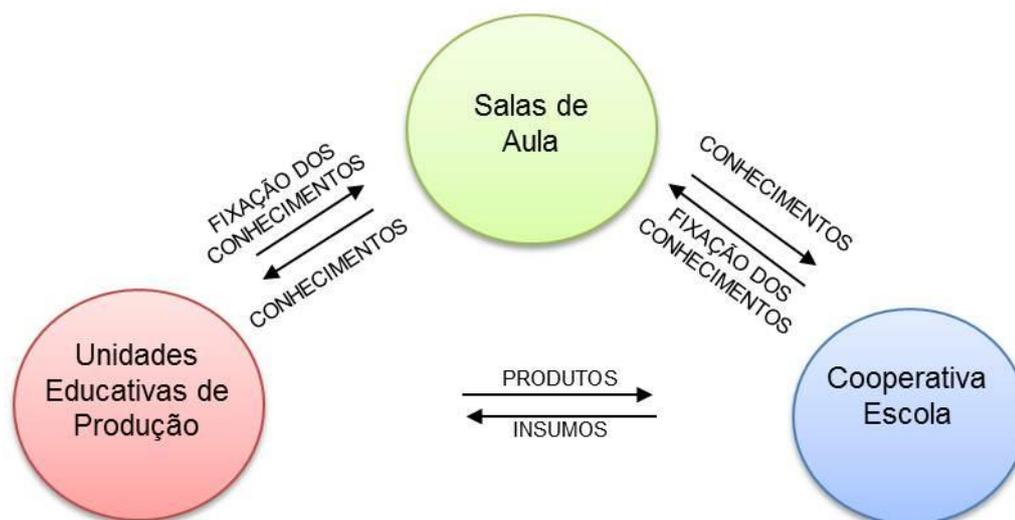


Figura 6 - Esquema do Sistema Escola-Fazenda.

Fonte: Diretrizes de Funcionamento de Escolas Agrotécnicas Federais, SENETE,1991.

Esse esquema (Figura 6) é representativo da organização pedagógica, também estabelecida nas Diretrizes de Funcionamento de Escolas Agrotécnicas Federais.

O processo de modernização¹⁴ da agricultura resultou na implantação de diversas medidas para adequar o ensino profissional agrícola ao processo de industrialização. Entre essas medidas, destaca-se a manutenção da Metodologia do Sistema Escola-Fazenda (SEF) nas escolas Agrotécnicas, nos moldes das figuras 5 e 6 acima expostas.

Campos (2005, p.16), relata que desde a década de 1960 já existiam experiências com a implantação do sistema escola-fazenda nas instituições de ensino agrícola:

As primeiras experiências de implantação do Sistema Escola-Fazenda (SEF) no Brasil foram realizadas na década de 60, em São Paulo, dando origem ao modelo de ensino agrícola cuja diretriz político-pedagógica estava fundamentado na ideia de que a agricultura é uma indústria de produção e lucrativa, quando bem planejada e executada em bases econômicas.

Nessa época, os pressupostos do modelo curricular prescrito no Sistema Escola-Fazenda foram implementados nas escolas Agrotécnicas brasileiras e permaneceram como base da organização pedagógica até a Reforma da Educação Profissional (REP), em 1997, especificamente com as prescrições do Decreto nº 2.208/1997. Sua implantação estava condizente:

[...] com o modelo de política econômica adotado pelo governo brasileiro, e impulsionados pelo fenômeno da Revolução Verde e pelos acordos Internacionais (MEC-USAID), os colégios agrícolas passaram por uma significativa expansão, enfatizando a aquisição de conhecimentos úteis e

¹⁴Modernização é entendida aqui como a transformação tecnológica no meio rural, a tecnificação crescente dos produtores familiares ligados às agroindústrias, a teoria do capital humano e a “revolução verde” foram condicionantes para que o capital agroindustrial demandasse um profissional que desse conta de promover uma nova extensão rural: o técnico em agropecuária. (KOLLER; SOBRAL, p.221).

habilidades manuais no processo e ensino aprendizagem, típicos do paradigma taylorista/ fordista. (TAVARES, 2004, p.42).

O capital controla o Estado e seu planejamento, as políticas educativas, reformas curriculares e, conseqüentemente, as práticas pedagógicas, que se constituem como conhecimento oficial. É nestes moldes que o IF Baiano – CSI é concebido. Portanto, após buscarmos demonstrar o funcionamento das escolas agrícolas sob a metodologia do Sistema Escola-Fazenda, sobretudo, a partir da Lei nº 5.692/1971, nos deteremos no tópico seguinte a traçar algumas considerações a respeito do fundo histórico que delineia a década de 90, momento crucial para compreensão do objeto de nossa pesquisa, uma vez que é nesta década que ele é criado.

1.2 O Ideário Neoliberal como Pano de Fundo para a Educação Técnica e Profissional Agrícola - como Base para a Estruturação do IF Baiano – CSI.

Considerando que uma instituição educacional é uma construção humana, uma organização complexa, que lida com o processo de aprendizagem de diversos saberes, é importante perceber de que forma as reformas educacionais ocorridas na trajetória do IF Baiano – CSI resultaram numa outra institucionalidade.

Falar sobre instituição educacional, sobretudo do IF Baiano – CSI, como instituição social exige, necessariamente, situá-lo em seu contexto histórico, a fim de revelar a trama social em que está inserido. Na História da Educação Brasileira a função desenvolvida pela instituição educacional sempre aparece vinculada às mudanças no sistema produtivo, uma vez que este interfere na estrutura organizativa da sociedade e a educação como parte dessa estrutura vê-se condicionada a tais mudanças.

Assim, a década de 1990 força o modo de produção capitalista a tratar a questão da exclusão e inclusão sob uma nova perspectiva ontológica, para o “que se torna necessária a destruição de subjetividades orgânicas aos regimes anteriores, aliada à formação de novas subjetividades, que se ajustem à instabilidade, à flexibilização, à desqualificação.” (KUENZER *apud* MOOL, 2010, p.254).

O governo redefine o papel do Estado em uma concepção centrada na lógica do mercado, que passa a orientar as políticas públicas, e é nesse contexto e dentro dessa lógica que são montadas as reformas educacionais. É no âmbito dessas reformas na educação profissional da década de 90 que se dá a criação, implantação e funcionamento do IF Baiano – CSI.

No sistema produtivo, ocorreram nesse período importantes transformações para a sociedade, articuladas à economia capitalista regulada pelo mercado. Acontece a passagem do que chamamos de modelo taylorista/fordista ao modelo toyotista de produção, que devem ser entendidas dentro do contexto da política de reformas neoliberais¹⁵, difundidas desde o governo Collor¹⁶, e implementadas no governo do

¹⁵Neoliberalismo aqui é entendido como ideias que têm como identidade histórica o intenso ataque ideológico ao Estado intervencionista. [...] o neoliberalismo se apresenta sob a forma de “reformas”, que é, sobretudo, orientado “para a retirada do Estado de vastos setores dedicados à produção e à regulamentação econômica, no intuito de tornar a sociedade brasileira mais competitiva numa era de globalização econômica.” (FARAGO, 2006, p.44).

¹⁶O governo do Presidente Fernando Afonso Collor de Melo foi de 1990 a 1992.

presidente Fernando Henrique Cardoso¹⁷, que são fortalecidas as ideias da necessidade de indivíduos mais qualificados, que atendessem as novas demandas do setor produtivo.

No espaço social criado por todas essas transformações, uma série de novas experiências nos domínios da organização produtiva e da vida social e política começam a tomar forma. Essas experiências representam os primeiros ímpetus da passagem para um regime de acumulação inteiramente novo, associado com um sistema de regulamentação econômica, política e social bem distinta. Ou seja, a acumulação flexível:

A acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados, e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. Ela envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”(…) Ela também envolve um novo movimento que chamarei de “compressão do espaço-tempo” no mundo capitalista – os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variado. Esses poderes aumentados de flexibilidade e mobilidade permitem que os empregadores exerçam pressões mais fortes de controle do trabalho sobre uma força de trabalho de qualquer maneira enfraquecida por dois surtos selvagens de deflação, força que viu o desemprego aumentar nos países capitalistas avançados (salvo, talvez, no Japão) para níveis sem precedentes no pós-guerra. O trabalho organizado foi solapado pela reconstrução de focos de acumulação flexíveis em regiões que careciam de tradições industriais anteriores e pela reimportação para os centros mais antigos das normas e práticas regressivas estabelecidas nessas novas áreas. A acumulação flexível parece implicar níveis relativamente altos de desemprego “estrutural” (em oposição a “friccional”), rápida destruição e reconstrução de habilidades, ganhos modestos (quando há) de salários reais e o retrocesso do poder sindical – uma das colunas políticas do regime fordista. (HARVEY, 2001 *apud* FARAGO, 2006, p. 26).

Harvey faz uma análise das novas técnicas e novas formas de organização da produção, tecendo considerações sobre o aumento da monopolização. O modelo toyotista de produção traz exigências de polivalência, flexibilidade, versatilidade, com sólida e atualizada formação profissional e cultural. O novo modelo de produção flexível exige novas atitudes e habilidades no processo produtivo. A produção flexível requer um perfil diversificado de trabalhador. No modelo fordista, prevalece o conceito de qualificação do emprego, já no modelo de acumulação flexível vigora o conceito de competência, que passa a dimensionar os novos quadros de empregabilidade.

A competência remete, assim, a um sujeito e a uma subjetividade, levando a interrogar sobre condições subjetivas da produção. No modelo taylorista/fordista a qualificação estava intimamente ligada à lógica de produção baseada na relação intrínseca entre qualificação e postos de trabalho, bem como entre qualificação e trabalho especializado, havendo regras mais claras e objetivas de perfil de trabalhador. Já o modelo de acumulação flexível carrega em si certos padrões de subjetividade,

¹⁷O governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso foi de 1994 a 2001.

valorizando determinados atributos pessoais ligados a individualidade, como: iniciativa, espírito de liderança, capacidade de relacionar-se em grupo, espontaneidade, etc.

Portanto, Harvey trata da acumulação flexível para definir o que aqui denominamos de neoliberalismo, para ele, “o movimento mais flexível do capital acentua o novo, o fugidio, o efêmero, o fugaz e o contingente da vida moderna, em vez dos valores mais sólidos implantados na vigência do fordismo” (2001, *apud* FARAGO, 2006, p.26), na medida em que ação coletiva tornou-se, em consequência disso, mais difícil – tendo essa dificuldade constituída, com efeito, a meta central do impulso de incremento e do controle do trabalho – o individualismo exacerbado se encaixa no quadro geral como condição necessária, embora não suficiente, de transição do fordismo para a acumulação flexível.

Nesse mesmo período ocorrem reformas no sistema educacional brasileiro advindas de políticas educacionais que tiveram como foco a regulamentação de um conjunto de normas legais. Dessa forma, colocamos em cena as prescrições legais desde a criação e o funcionamento do IF Baiano – CSI, a saber: Lei nº 9394/1996, os Decretos n.º 2.208/1997 e n.º 5.154/2004, bem como a Lei nº 11.892/2008 que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, que cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que resultaram em profundas mudanças para as instituições de educação profissional.

O IF Baiano – CSI iniciou suas atividades pedagógicas em 17 de junho de 1996, sob os moldes das já existentes escolas Agrotécnicas que estavam organizadas e moldadas pela Lei nº 5.692/1971, cuja metodologia utilizada era a do Sistema Escola-Fazenda. A Lei nº 5.692/1971 denominada de 2º grau, o antigo ensino médio, o que significava ensino médio e ensino profissional integrado obrigatoriamente, ou seja, o 2º grau pressupunha a profissionalização.

Em 20 de dezembro de 1996 é sancionada a nova Lei da Educação Brasileira, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, apenas seis meses após o início do funcionamento das atividades pedagógicas do IF Baiano – CSI. A promulgação da nova LDB traz a Educação Profissional como uma modalidade de Ensino.

Sobre as primeiras mudanças legais instituídas, que repercutiram no funcionamento do IF Baiano – CSI, o professor José Henrique Dias dos Santos, que na época era Diretor do Departamento de Desenvolvimento Educacional da referida instituição, comenta sobre a necessidade de mudanças na área educacional no Jornal “Expressão”:¹⁸

Com a publicação da nova LDB (Lei de diretrizes e bases da Educação Nacional) em 23 de dezembro de 1996, iniciamos um processo difícil e importante no tratamento da nossa Educação que há muito necessitava de mudanças, pois, como se apresentava não conseguíamos acompanhar o grande desenvolvimento Científico e Tecnológico Mundial.¹⁹

Cabe frisar que o capítulo da LDB que trata sobre Educação Profissional foi regulamentado pelo Decreto nº 2.208 de 17 de abril 1997 e o IF Baiano – CSI contava com apenas dez meses de funcionamento que se deu a partir de 17 de junho de 1996 e com apenas seis meses à época da promulgação da LDB de 20 de dezembro de 1996. Estes dados são relevantes para o objetivo de nossa pesquisa, uma vez que a instituição inicia seu funcionamento sob a organização da lei nº 5.692/71 e fundamentada na

¹⁸ Ver em anexo B. Jornal “Expressão” publicação da Escola Agrotécnica Federal de Santa Inês. Julho de 1999 – Número 2 – Ano I, p. 06.

¹⁹ Depoimento de José Henrique Dias dos Santos.

metodologia do Sistema Escola-Fazenda, tendo que em tão pouco tempo se reestruturar para outra institucionalidade, agora sob a égide das novas determinantes legais citadas, cuja organização pedagógica dar-se-ia, também, em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Nível técnico, instituídas pela Resolução CNE/CEB nº 4/99 com base no Parecer CNE/CEB nº 16/99, os quais vislumbram objetivos que vão além de destreza manual, mas, sobretudo, o desenvolvimento de competências. Diante da incursão de novas determinantes legais associada a incipiente organização institucional existente, qual a identidade dessa instituição?

O professor José Henrique destaca, também, as implicações das reformas diante do pouco tempo de funcionamento da instituição,

Em nossa instituição que está com apenas **dois anos e onze meses, após interpretarmos a legislação básica da reforma** e participarmos de alguns debates sobre a mesma, iniciamos nossa implantação através de reuniões para darmos as informações dos conceitos e princípios da Reforma. Essas reuniões foram realizadas ao longo de 1997 e 1998 com docentes e discentes da nossa escola e dos sistemas de ensino estadual e municipal inclusive Escola Agrotécnica Estadual, pessoal administrativo, pais de alunos, EBDA (Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S.A.), CEPLAC (Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira), prefeitos de algumas cidades circunvizinhas e alguns produtores rurais.²⁰

Entretanto, ele aponta a reforma como importante para a Expansão da Educação Profissional no Brasil, destacando sua relevância:

As Instituições Federais de Educação Tecnológica deverão se constituir centro de referência, inclusive com papel relevante na expansão da educação profissional. O decreto 2.208 que regulamentou o parágrafo 2º do Art. 36 e os Arts. 39 a 42 da LDB, que tratam das profissões técnicas e da Educação Profissional mostrando, dentre outros, que, esta poderá ser desenvolvida em articulação com o Ensino Regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, até no ambiente de trabalho e que os conhecimentos adquiridos através da sua experiência do dia a dia no mundo do trabalho, poderá ser reconhecido para efeito de certificação, continuação de estudos e até habilitação. Os currículos do ensino técnico serão estruturados em disciplinas que poderão ser agrupadas sob a forma de módulos, os quais poderão ter caráter de terminalidade para dar direito a certificados de qualificação profissional. O conjunto de certificados de competências equivalentes a todas as disciplinas e módulos integrantes de uma habilitação profissional dará direito ao diploma correspondente de técnico de nível médio.²¹

Para o referido Diretor do Departamento de Desenvolvimento Educacional do IF Baiano – CSI, as determinações legais que incidem a partir da LDB de 1996, e do Decreto nº 2.208/1997, apresentam entraves a serem superados:

Como toda reforma pressupõe dificuldades na sua implantação quando já se tem uma estrutura sólida, imaginem todas essas mudanças numa escola com menos de três anos de início das atividades. E dentre essas dificuldades listamos: carência de obras imprescindíveis para o pleno funcionamento de nossa Instituição como as Instalações para animais de grande porte, duas salas ambientes, agroindústria, bibliotecas e abatedouro estando essas três últimas paralisadas. Ainda como dificuldades de implementação da REP, citamos a quantidade insuficiente do acervo bibliográfico; deficiência no

²⁰Depoimento citado. [Grifo nosso]

²¹*Ibid.*

processo de aprendizagem dos alunos oriundos das redes Estadual e Municipal de ensino para participar principalmente da concomitância externa; localização geográfica da escola (distante dos centros urbanos); insuficiência de escolas estaduais, municipais e particulares que atendam aos alunos que não ingressaram em nossa instituição para cursarem concomitantemente o Ensino Médio; falta de transporte coletivo para a comunidade escolar (linha regular) no itinerário centro/escola e vice-versa, principalmente no período noturno que desejamos implantar alguns cursos. Com todos esses entraves, mesmo assim, acreditamos no sucesso dessa reforma, cujos reflexos, com certeza não serão obtidos a curto prazo.²²

Vale salientar que o IF Baiano – CSI iniciou o processo de adequação à reforma exigida pelo Decreto nº 2.208/97, apenas no ano letivo de 1999.

Os depoimentos acima deixam latente a importância de se considerar, para a implantação de políticas públicas através de determinantes legais nacionais, que cada instituição educacional está em tempo, espaço e condições diferentes, singulares. Essa atenção é extremamente relevante, uma vez que essas variáveis condicionam os rumos institucionais, sua identidade. Sobre isso, Plencovich, Costantini e Bocchicchio (2008, p. 21), acrescentam que:

As escolas agrícolas são instituições territoriais. Isso implica defini-las sob o aspecto sócio-espacial (conjunto de vínculos simbólicos e materiais entre os grupos sociais e seus espaços) onde a identidade e a cultura estruturam uma valorização territorial específica e as ações refletem os caminhos possíveis de interpretação da realidade. (Tradução nossa).

O capítulo da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 9.394/96 que inicialmente foi regulamentado pelo Decreto nº 2.208, de 17 de Abril de 1997 explicita os objetivos da Educação Profissional, sendo:

Qualificar, requalificar e reprofissionalizar os trabalhadores em geral independente do nível de escolaridade que possuam no momento do seu acesso; habilitar para o exercício de profissões quer de nível médio, quer de nível superior; e, por último, atualizar e aprofundar conhecimentos na área das tecnologias voltadas para o mundo do trabalho, organizada em níveis: I. Básico: destinado à qualificação e reprofissionalização de trabalhadores, independente da escolaridade prévia; II. Técnica: destinado a proporcionar habilitação profissional a alunos matriculados ou egressos do ensino médio, devendo ser ministrado na forma estabelecida por este decreto; III. Tecnológica: correspondente a cursos de nível superior na área tecnológica, destinados a egressos do ensino médio e técnico (BRASIL, 1996).

Dessa forma, o IF Baiano – CSI passa a vivenciar a sua primeira reforma – a Educação Profissional de nível técnico, que passa a ter organização curricular própria, independente do currículo do ensino médio. Assim sendo, a Educação Profissional será concomitante ou posterior à conclusão do ensino médio, mantendo, contudo, vínculo de complementaridade.

Na sequência, a Câmara de Educação Básica (CEB) do Conselho Nacional de Educação (CNE) institui as Diretrizes Curriculares Nacionais de Nível Técnico que descrevem competências e habilidades básicas, por áreas do setor produtivo, e indica a carga horária mínima necessária para a obtenção de uma habilitação profissional em cada uma dessas áreas e a possibilidade de organização curricular por módulos, que

²²Depoimento citado.

implica a possibilidade de saídas intermediárias e, também, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que orientam a organização curricular de forma a organizar os conteúdos de ensino de modo contextualizado, aproveitando sempre as relações entre conteúdos e contextos para dar significado ao aprendido.

O ideário neoliberal foi sacramentado na LDB nº 9.394/1996, sobretudo, pelo que se vislumbra nos objetivos expressos em seu projeto que é aprovado. Segundo Demerval Saviani (2004, *apud* PAMPLONA, 2008, P. 49),

seria possível considerar esse tipo de orientação e, portanto, essa concepção de LDB, como uma concepção neoliberal? Levando-se em conta o significado correntemente atribuído ao conceito neoliberal, a saber: valorização dos mecanismos de mercado, apelo à iniciativa privada e às organizações não-governamentais em detrimento do lugar e do papel do Estado e das iniciativas do setor público, com a conseqüente redução das ações e dos investimentos públicos, a resposta será positiva. Com efeito, em todas as iniciativas de política educacional, apesar de seu caráter localizado e da aparência de autonomia e desarticulação entre elas, encontramos um ponto em comum que atravessa todas elas: o empenho em reduzir custos, encargos e investimentos públicos buscando senão transferi-los, ao menos dividi-los (parceria é a palavra da moda) com a iniciativa privada e as organizações não-governamentais.

Para Denise Bilibio (2011), o período em que se opera a implantação da LDB nº 9.394/1996, marca o desafio da educação nesses novos tempos, é transmitir conhecimentos e saber-fazer evolutivos, tendo como base desenvolver as competências que os novos tempos demandam. No cenário de um mundo globalizado, muito mais que quantidade de conteúdos, o necessário é que a educação prepare o ser humano para que possa estar à altura de aproveitar, explorar, atualizar e aprofundar os seus conhecimentos fundamentais, adaptando-os à realidade em mudança. Já Ferretti (1997), compreende esta realidade não tomando por referência a tecnologia, mas a relação social que a institui e manipula, ou seja, o próprio capital. Afirma o autor:

[...] é importante considerar que o movimento de continuidade/ruptura entre o taylorismo/fordismo e o paradigma toyotista se, de um lado, apoia-se na ciência e na tecnologia disponíveis e no desenvolvimento de estágios mais avançados das mesmas, tem sua origem, basicamente, nas crises recentes de acumulação capitalista, associadas à corrosão do Estado do Bem Estar Social e à resistência organizada dos trabalhadores à produção fordista, agravada pela crise energética do início dos anos 70. (p.228).

As instituições educacionais estão no mesmo tempo, espaço e têm as mesmas condições estruturais para atendimento às exigências do mundo globalizado? Em 20 de julho de 2004 é regulamentado o Decreto nº 5.154, em substituição ao Decreto nº 2.208/97, que regulamenta a oferta de educação profissional tecnológica de graduação e a articulação entre o ensino médio e técnico. Prevê ainda, a possibilidade de progressividade e cumulatividade na formação e na certificação e mantém a estrutura modular de organização da educação profissional amplamente criticada pelos educadores.

Ronaldo Pamplona (2008), em sua dissertação de mestrado “As Relações entre o Estado e a Escola: Um estudo sobre o desenvolvimento da Educação Profissional de Nível Médio no Brasil”, capítulo II, em que trata das políticas para a educação profissional de 1980 a 2004, destaca de modo objetivo as diferenças entre o Decreto nº 2.208/97, já apontado acima, e o Decreto nº 5.154/04, apresentadas no Quadro 2.

O Decreto introduz flexibilidade à educação profissional especialmente no nível médio, e dá liberdade às escolas e Estados (no caso do nível médio) de organizar a sua formação, desde que respeitando as Diretrizes do Conselho Nacional de Educação. O Decreto prevê o desenvolvimento da educação profissional através de cursos e programas, em três planos: formação inicial e continuada de trabalhadores inclusive integrada com a educação de jovens e adultos; educação profissional de nível médio; e educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação.

Estabelece a articulação do nível médio com o nível técnico de educação, em diferentes graus, que o decreto chama de integrado (quando o curso de nível médio é oferecido ao mesmo tempo, que a formação técnica e o aluno têm matrícula única); concomitante (quando os cursos são dados separadamente, até em instituições diferentes); subsequente (quando a formação técnica é oferecida a quem já concluiu o ensino médio).

Quadro 2 - Análise comparativa entre os decretos nº 2.208/97 e nº 5154/04

DECRETO Nº 2.208/97	DECRETO Nº 5.154/04
Organizava a educação profissional em três níveis: básico, técnico e tecnológico (art. 3º).	Define que a Educação Profissional “será desenvolvida por meio de cursos e programas de formação inicial e continuada de trabalhadores; Educação Profissional Técnica de nível médio; e Educação Profissional Tecnológica de graduação e pós-graduação”. (art. 1º)
Define que “ a Educação Profissional de nível Técnico terá organização curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou sequencial a este, com duas matrículas. (art. 5º)	Define que “ a Educação Profissional Técnica de nível médio (...) será desenvolvida de forma articulada com o ensino médio” (art. 4º), e que esta articulação entre a Educação Profissional Técnica de nível médio e o ensino médio “ dar-se-á de forma integrada, concomitante e subsequente ao ensino médio” (incisos I, II, III do § 1º do art. 4º).
O parágrafo único do artigo 5º estabelecia um limite, de 25% do total da carga horária mínima do ensino médio para “aproveitamento no currículo da habilitação profissional”.	Não prevê esse limite, que constituía na prática uma clara herança da mentalidade ditada pela Lei 5692/71.
O artigo 6º definia uma estratégia para a “ formulação dos currículos plenos do cursos do ensino técnico”, que já fora superada pela LDB 9394/96.	A formulação dos currículos ficou estabelecida em seus artigos 5º e 6º.
As orientações definidas nos artigos 8º e 9º, foram devidamente interpretadas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, definidas pelo Conselho Nacional de Educação.	...as quais mantêm maior coerência com o que dispõe o recente Decreto 5.154/04.

Fonte: Pamplona, 2008.

O Decreto nº 5154/04 introduz a terminalidade em “etapas”, ou seja, várias vias de saída durante a formação técnica de nível médio e também a graduação tecnológica, sempre observando que o aluno tenha certificação da terminalidade obtida e a

possibilidade de continuar os estudos aproveitando a etapa cumprida. Este conceito, na verdade, é uma reedição da formação em módulos prevista no Decreto nº 2.208/97.

O IF Baiano – CSI, com a regulamentação do Decreto nº 5.154/2004, entra em seu segundo momento de reformas. Assim, no âmbito de sua autonomia o IF Baiano – CSI opta pela oferta de ensino na forma integrada, promovendo uma nova reestruturação da instituição. Acreditamos esses estarem visando ser esta a forma mais adequada para a instituição.

Na forma integrada, a instituição de ensino deve “ampliar a carga horária total do curso, a fim de assegurar, simultaneamente, o cumprimento das finalidades estabelecidas para formação geral e as condições de preparação para o exercício de profissões técnicas”, de acordo com o parágrafo 2º do art. 4º do Decreto nº 5.151/04. Nesse sentido, cabe observar segundo Cordão e Aur (2004, *apud* CASTRO e REGATTIERI, 2009, p. 28),

[...] o desenvolvimento da articulação na forma integrada exige uma nova e atual concepção, não podendo e nem devendo significar uma volta simplista à forma da revogada Lei nº 5.692/71, que colocava componentes da Educação Profissional no lugar de componentes do ensino médio, empobrecendo o então ensino de segundo grau. Significa, sim, manter a garantia ao ensino médio da sua missão, com a carga horária mínima de educação geral que propicie o cumprimento dos objetivos de uma etapa final e de consolidação da educação básica, que inclui ‘a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando’, e os conhecimentos que possibilitem ‘o prosseguimento de estudos’, tanto no nível da educação superior quanto na educação profissional que, desenvolvida de forma articulada com o ensino médio, conduz o cidadão há uma habilitação profissional em um mundo do trabalho e sociedade em constante mutação.

Outra determinante legal faz-se necessário abordar. Trata-se do Decreto nº 5.840/2006 que institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA que possibilita a oportunidade de trabalhadores jovens e adultos retomarem seus estudos em cursos de ensino médio e de Educação Profissional nas Instituições de Educação Federal. O que significa mais um desafio para o IF Baiano – CSI, mais um elemento para sua institucionalidade.

O IF Baiano – CSI nasce sob a égide da lei nº 5.692/71, vê-se seis meses depois do início de seu funcionamento com a primeira reforma dada pela promulgação da nova LDB nº 9.394/1996. Com pouco mais de dez meses em atividade sofre o impacto das alterações exigidas pelo Decreto nº 2.208/97. Ambas suprimem com mais força a utilização pelas instituições agrícolas da metodologia do Sistema Escola-Fazenda, mesmo conservando seu projeto arquitetônico, político administrativo e pedagógico, marcas do referido sistema.

Além disso, o IF Baiano – CSI vê-se diante da imposição de uma organização pedagógica fundamentada em currículos por competências, presente no parecer CNE/CEB nº 16/99, nº 39/2004 e nº 11/2008, obrigando a suplantar de vez o Sistema Escola-Fazenda. Esta questão será mais bem tratada no capítulo III, posto que compreendemos ser esta suplantação um fator relevante para encontrarmos a identidade do IF Baiano – CSI, em virtude de ainda observarmos a identidade do Sistema Escola-Fazenda presente na instituição.

Dessa forma, o IF Baiano – CSI vivencia desde sua criação três reformas até o ano de 2008. Em 2007 iniciam-se na Rede Federal de Educação Profissional (RFEPT) discussões sobre uma nova reforma para a Educação Profissional, visando expandi-la em duas dimensões: uma vertical, com a oferta em toda Rede Federal de cursos além do

ensino técnico integrado ao médio, de graduação, pós-graduação, e outra se referindo ao aumento do número de unidades de ensino federais, localizando-as onde ainda não tem, com ampliação da estrutura física e humana das unidades já existentes para ampliação de número de vagas.

A partir daí, a RFEPT passa a vivenciar uma expansão gigantesca. Até o ano de 2002, a Rede Federal de Ensino contava com 140 unidades, em 2010 já estava com 214 novas unidades e o governo já anunciou que até 2014 mais 120 novas unidades serão entregues²³, reconfigurando a Educação Profissional Brasileira.²⁴ A universalização do ensino sempre foi uma luta para os brasileiros, entretanto, essa expansão precisa ser acompanhada, participada, com vista à construção de uma educação de qualidade e em consonância com as necessidades. Bem como, perceber:

O sentido transcendente da educação, como capacidade de conhecer e atuar, de transformar e de ressignificar a realidade, pode estar oculto na negativa secular da educação do povo na sociedade brasileira, sempre escamoteada, por um meio ou por outro, na sua universalização. (CIAVATTA, 2007, p.75).

Para o Estado da Bahia são criados dois Institutos: O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IF Bahia), mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia (CEFET), e suas UNED's, distribuídas em vários municípios do Estado e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano), mediante integração das Escolas Agrotécnicas Federais da Bahia e das EMARCs, localizadas em vários municípios do interior do Estado. Cabe destacar que a diferença marcante que caracteriza cada Instituto é a especificidade na educação ofertada pelas unidades de ensino que passaram a compor cada Instituto.

O IF Bahia integrou instituição centenária na oferta de Educação Profissional na Bahia, o CEFET. A educação que ministra está focada em cursos da área industrial. Já o IF Baiano integra Instituições de educação agrícola²⁵. É bom lembrar que, conforme literatura pertinente ao assunto, a educação industrial passou por poucas reformas quando comparada às mudanças pelas quais tem passado a educação agrícola ao longo dos anos. O que faz muita diferença quando pensamos numa reforma que atinge a todas as instituições de ensino, independente de sua territorialização.

Esse plano de expansão prevê, também, como já dissemos acima, a reestruturação da Educação Profissional nas instituições educacionais já existentes na RFEPT. Para isso foi promulgada em 29 de dezembro de 2008 a Lei nº 11.892/08 que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPT), cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. A criação dos Institutos Federais (IF's) prevê que cada instituto atue como instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e *multicampi*, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica as diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos às suas práticas pedagógicas (BRASIL, 2008).

Para que essa finalidade e/ou característica seja cumprida, cada *campus*²⁶ do Instituto Federal tem que estar atento a um conjunto de fatores que contribuem

²³In: http://reuni.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=980:nordeste-tera-55-unidades-de-ensino-superior-e-profissional&catid=36:outras-noticias&Itemid=30, acesso em 02/03/2012.

²⁴Ver anexo C. Mapa de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional.

²⁵Ver anexo J. Matéria publicada na Revista dos Institutos Federais – “Educação Profissional” Edição nº 3 – Ano I/2011.

²⁶*Campus* é a denominação dada a cada unidade que integra o Instituto.

significativamente para o propósito desejado, que é o desenvolvimento local em seu território de abrangência. Estes fatores devem ser elencados a partir da vocação produtiva, econômica, social, cultural, entre outras. É preciso se ter um amplo conhecimento das necessidades da região de inserção para que os cursos ofertados pelos *campi* venham contribuir para a consecução deste fim. (RAMOS, 2011).

No inciso IV do Art. 6º, (BRASIL, 2008) é abordada a questão da importância da educação profissional e tecnológica para o desenvolvimento local, onde se afirma que este tipo de educação deve:

IV- orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal.

Consolidar e fortalecer os arranjos produtivos, a partir do levantamento das potencialidades da sua região de inserção é tarefa imprescindível para que cada unidade de ensino possa lograr êxito na sua finalidade e missão. Assim, os arranjos produtivos locais estão presentes na sociedade produtiva, configurando-se como estratégia de desenvolvimento local e de fomento à geração de renda e ao emprego. (RAMOS, 2011).

Ainda segundo Viviane Ramos (2011), pode-se atentar para a importância de um preciso conhecimento de todas as potencialidades atuais e perspectivas futuras da região de atuação, sendo necessária para isso uma completa análise de cenários e indicadores, sem desprezar a identidade cultural.

Nesse sentido, o IF Baiano – CSI, por estar inserido em uma região cuja base econômica concentra-se prioritariamente nas atividades agropecuárias, por ter uma história de 15 anos na oferta de ensino agrícola e já ter inserido 14 turmas de Técnicos Agrícolas na região, deve ser pensada, também, como a instituição tem participado diretamente da transformação técnica ocorrida em propriedades rurais, especialmente da região, e vem desenvolvendo em sua trajetória o ensino profissional, colaborando para o desenvolvimento do setor primário do país.

O conhecimento dessa trajetória e características identitárias construídas nessa jornada é relevante para a educação do município, da região e do país, a fim de poder optar por fortalecer e ampliar suas atividades no eixo que melhor venha atender a comunidade dos limites de sua área de atuação. A instituição precisa deixar claro para a comunidade seus propósitos, o que se impõe nesse momento principalmente quando o IF Baiano – CSI vivencia sua quarta reforma, com a transformação pela Lei nº 11.892/08.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano), tem sede na capital do Estado, na cidade do Salvador, denominada de Reitoria, que tem autonomia administrativa, financeira, patrimonial, didático-pedagógica e disciplinar, trabalha em conjunto com os *campi*²⁷ a ela vinculados. (Figuras 7, 8 e 9).

²⁷ *Campi* referem-se ao conjunto de *campus* que integra o Instituto.



Figura7 - Localização da Região Nordeste com distribuição das Escolas Agrotécnicas Federais na Bahia antes da reforma introduzida pela Lei 11.892/2008; localização da Reitoria e distribuição dos *campi* do IF Baiano pós lei 11.892/08.²⁸

O IF Baiano – CSI oferece cursos de: Técnico em Agropecuária, Técnico em Zootecnia e Técnico em alimentos (na forma integrada ao ensino médio); Técnico em Informática (na forma subsequente ao ensino médio); Técnico em Alimentos para Jovens e Adultos (na forma PROEJA – integrado ao ensino médio). Também oferta cursos de graduação: Bacharelado em Zootecnia, Licenciatura em Biologia e Licenciatura em Geografia, possui um pólo²⁹ localizado na cidade de Santa Inês, em que são ofertados os Cursos Técnicos em Serviços Públicos e Técnico em Eventos (na forma de EaD), parceria firmada entre o Instituto Federal Baiano e o Instituto Federal do Paraná. A Instituição está ofertando cursos de Qualificação Profissional na área de Padeiro e Confeiteiro e Operador de Processos de Alimentos, com carga horária que varia entre 160 a 240h, para mulheres integrantes do Programa Mulheres Mil, implantado em toda a rede federal no ano de 2012. Outro programa do Governo Federal que a instituição passa a ofertar é o PRONATEC, nas suas duas modalidades: FIC (Formação Inicial e Continuada) e Concomitante, em parceria com o governo do Estado da Bahia, para dar formação técnica aos alunos da rede estadual de ensino que estejam cursando o ensino médio.

A instituição educacional é constituída de diversas variáveis que determinam a organização da instituição. Essas variáveis podem ser resumidas na forma como a sociedade é estruturada. A estrutura societária controla/organiza as instituições educacionais através de leis, decretos, pareceres. As mudanças no sistema produtivo interferem na estrutura organizativa de nossa sociedade, bem como no sistema educacional brasileiro, uma vez que este é parte dessa estrutura, tornando a instituição educacional, por sua vez, condicionada pelas mudanças nas formas em que se apresentam as relações sociais, como mostra o Quadro 3.

²⁸ 1. Reitoria; 2. *Campus* Bom Jesus da Lapa; 3. *Campus* Catu; 4. *Campus* Governador Mangabeira; 5. *Campus* Guanambi; 6. *Campus* Itapetinga; 7. *Campus* Santa Inês; 8. *Campus* Senhor do Bonfim; 9. *Campus* Teixeira de Freitas; 10. *Campus* Uruçuca; 11. *Campus* Valença. Os números 3,5,7,8- referem-se as antigas EAFs; nº 6,9,10,11- refere-se as antigas EMARCs e nº 2,4 – são *campus* novos.

²⁹ Pólo: unidades de ensino descentralizadas, constituídas através de convênios de extensão entre prefeituras e IF's. Os IF's contribuem com o ensino técnico (professores, infra-estrutura para aulas práticas e a prefeitura com espaço físico).

Dessa forma, a educação profissional passa por várias mudanças, em um processo de movimentação e, a cada mudança, é provocada no IF Baiano – CSI a reelaboração de seu papel social.

Quadro 3 - Prescrições legais e a organização pedagógica da IF Baiano – CSI

ANO	ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA	NORMATIVOS LEGAIS
1996	Inauguração da EAFSI em 17 de junho de 1996. Organização pedagógica nos moldes das antigas Escolas Agrotécnicas baseada no Sistema Escola-Fazenda. O ensino de 2º grau (denominação do atual ensino médio) consistia em profissionalização. Era uma única modalidade.	Lei nº 5692/1971 Diretrizes de Funcionamento de Escolas Agrotécnicas – MEC/SENETE, 1990/1991
	Promulgação da nova Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional em 20 de dezembro de 1996. A Educação Profissional torna-se modalidade de Ensino, independente do ensino médio.	Revoga Lei nº 5692/1971 e passa a vigorar a Lei 9394/1996
1997 – 2004	A organização pedagógica da EAFSI é modificada em 1998. Conforme o decreto que estabeleceu os objetivos, níveis e modalidades da educação profissional, tendo como principal decorrência a separação da educação profissional de nível técnico do ensino médio. A organização pedagógica passa a organizar o currículo por competências, conforme a Diretrizes curriculares.	Decreto 2.208/1997 Diretrizes Curriculares Nacionais – Parecer do CNE 16/1999
2005 – 2008	O novo decreto volta a possibilitar articulação do ensino técnico ao médio, com matrícula única, permitindo às instituições a decisão em ofertar educação profissional na forma concomitante ou subsequente ou integrada, entretanto, a organização do currículo continua a ser por competências, conforme a Diretrizes curriculares.	Decreto nº 5154/2004 Parecer do CNE 39/2004 – atualiza as Diretrizes Curriculares.
	Institui o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos.	Decreto nº 5480/2006
2009	A organização pedagógica para o ensino técnico é mantida com base no mesmo Decreto nº 5154/04, porém, com a nova lei, a Escola Agrotécnica passa a ser campus do Instituto Federal Baiano e a ofertar cursos de graduação, além dos cursos que já ofertava. Perde autonomia financeira, administrativa e didático-pedagógica.	Lei 11.892/2008

Elaboração: Rosângela Lima de Neves Rodrigues.

A reelaboração do papel social das instituições de educação profissional, promovida em âmbito nacional, decorrente de políticas educacionais globalizantes, impõe, a partir de uma interpretação mais detalhada, verificar que as alterações advindas de tais políticas não se desenvolvem em toda instituição educacional da mesma forma e com iguais características. O que significa dizer que as relações a nível macro, externo,

quando associadas a nível micro, interno, produz singularidades, reelaboradas e diferenciadas para cada instituição

Assim, conhecer o contexto histórico que desencadeiam essas reformas no âmbito educacional é importante, entretanto, tem uma importância limitada se se procura somente sua significação econômica e política. Quando se coloca a questão das reformas educacionais, apenas subordinada à instância econômica e ao sistema de interesse, dá-se pouca importância ao funcionamento geral das engrenagens do poder no interior das instituições. É como se essas mudanças também desviassem a atenção sobre as “lutas cotidianas”. Foucault, em suas análises sobre o poder para o socialismo soviético e o capitalismo ocidental, diz:

pela direita o poder estava somente colocado em termos de constituição de soberania; e, pelo marxismo, em termos de aparelho do Estado. Ninguém se preocupava com a forma como ele se exercia concretamente e em detalhe, com sua especificidade, suas técnicas e suas táticas. Contentava-se em denunciá-lo no “outro”, no adversário, de uma maneira ao mesmo tempo polêmica e global: o poder no socialismo soviético era chamado de totalitarismo; no capitalismo ocidental, era denunciado pelos marxistas como dominação de classe; mas a mecânica do poder nunca era analisada. (...) a partir das lutas cotidianas e realizadas na base com aqueles que tinham que se debater nas malhas mais finas da rede do poder. (FOUCAULT, 1979, p.6).

Foi necessário tomar o contexto histórico que perpassa as leis nº 5.692/1971, 9.394/1996, 11.892/2008 e os Decretos nº 2.208/1997, 5.154/2004, 5.840/2006 e a política transformadora da década de 90, como fio condutor para embasar o principal objetivo de nosso estudo: explicitar os elementos constituintes da trajetória e construção identitária do IF Baiano – CSI.

2 CAPÍTULO II

ITINERÁRIO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO – *CAMPUS SANTA INÊS*

2.1 Trajetória de Criação do IF Baiano – CSI

Foi através da Lei 8.670, de 30 de junho de 1993, que o governo federal brasileiro criou dezenove novas Instituições Federais de Educação Profissional. Destas, dez são de natureza Agrotécnica e foram distribuídas em vários Estados do Brasil, sendo três delas no Estado da Bahia: uma no município de Guanambi, uma em Senhor do Bonfim e outra em Santa Inês. Ampliou-se, assim, o número de instituições federais de natureza agrícola na Bahia, visto que, até aquela data, existia apenas uma no Estado, que funcionava no município de Catu, vinculada ao MEC desde 19 de maio de 1967 através do Decreto nº 60.731.

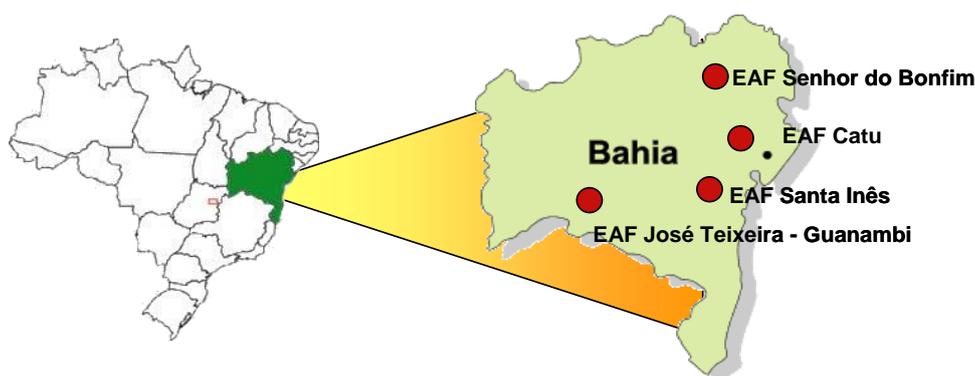


Figura 8 - Localização geográfica das Escolas Agrotécnicas Federais da Bahia antes da Reforma pela Lei 11.892/08.

Fonte/Montagem: Google/Claudia Bocchese de Lima

Dada a importância de uma instituição como esta, a chegada do IF Baiano para Santa Inês, sempre despertou a curiosidade dos munícipes sobre o porquê desse “presente”, uma vez que havia outros municípios no Vale do Jiquiriçá (Figura 9), com muito mais “condições” de receber tamanha “dádiva”, com muito mais importância econômica, com maior nível populacional e com infraestrutura mais adequada. Entretanto, a autorização de criação de uma dessas instituições saiu para Santa Inês.

Segundo o atual prefeito do município de Santa Inês, Sr. Romildo Alcântara de Andrade, a vinda do IF Baiano para o município é fruto de uma luta muito anterior ao decreto de criação³⁰. Relata o prefeito que foi no final do período do governo de José Sarney como Presidente da República do Brasil (1985 a 1990), que a Sra. Abigail

³⁰Depoimento de Romildo Alcântara de Andrade. Médico. Mandatos de Prefeito do Município de Santa Inês: 1977 a 1982; 1989 a 1992; 1997 a 2000; 2009 a 2012. Entrevista concedida em julho de 2011.

Feitosa³¹, então Deputada Federal e proprietária de fazenda no município de Santa Inês, em uma de suas visitas à propriedade, foi à prefeitura e procurou pelo prefeito, que na época era ele próprio, já em seu segundo mandato. Conforme lembra Sr. Romildo, foram palavras da Sra. Abigail Feitosa:



Figura 9 - Mapas do Brasil e Bahia, em destaque o Vale do Jiquiriçá e município de Santa Inês.
Fonte/Montagem: Google/Claudia Bocchese de Lima e Rosangela Lima de Neves Rodrigues.

“Romildo, eu faço parte da Comissão de Orçamento na Câmara e lá eu joguei um projeto para uma Escola Agrotécnica Federal aqui para servir ao Vale do Jiquiriçá, mas, eu sei” palavras dela, “eu sei que dali não vai sair porque eu sou oposição á Sarney”, ela era do partido de oposição ao governo Sarney, “dali só sai àqueles que os deputados tenham certa influência, mais você querendo, essa escola pode ficar aqui em Santa Inês, porque você tem dois trunfos na mão. Tem Prisco Viana, que é Ministro de Sarney, que é o deputado que você sempre votou e você sempre foi ligado a Luiz Viana Filho, que foi governador, sempre seguiu as correntes de Luiz Viana aqui, e Luiz Viana hoje é presidente do congresso e muito amigo de Sarney, tanto ele quanto Prisco, tanto que Sarney botou Prisco para ser ministro”. Era mais ou menos nos anos de noventa.

Convencido pelas palavras da deputada, Sr. Romildo fez contato com Prisco Viana. Ainda conforme suas lembranças, Prisco Viana teria lhe dito:

“Romildo, desse padrão de escola só tem uma na Bahia que é em Catu, mas, Senhor do Bonfim está buscando uma, eu estou buscando uma para Guanambi” Guanambi é a terra de Prisco. Então ele me disse: “vou averiguar”, faltava um tempo muito curto para acabar o governo Sarney, ele averiguou e me chamou para ir a Brasília. Eu fui a Brasília (...). Ele foi me esperar no aeroporto e de lá fomos direto para o Ministério da Educação, cujo ministro era baiano também, Carlos Sant’Ana, que tinha sido meu professor de Física no Colégio da Bahia, era assistente da cadeira de pediatria na Faculdade de Medicina, foi Secretario de Educação, deputado federal e era

³¹Maria Abigail Freitas Feitosa, Nascimento: 17/4/1933, Profissão: Médica, Mandatos Eletivos: Deputada Estadual, 1983-1987, BA, PMDB; Deputada Federal (Constituinte), 1987-1991, BA, PMDB. Data. Posse: 01/02/1987. Filiações Partidárias: PMDB, -1988; PSB, 1988, Falecimento: 14 de agosto de 1991.

Ministro de Educação na ocasião. Carlos Sant’Anna disse: “você tem que correr contra o tempo porque de documento que vai precisar, não é brincadeira”, Aí deu a relação, agora ele disse: “Prisco você tem que tirar de lá da Câmara e jogar na Casa Civil, que era aquele Marco Maciel que foi vice presidente da República, que era o chefe da Casa civil, e Prisco também tinha muita amizade com Marco Maciel, e então resolveu isso. O fato é que foi aprovada.

Diante disso, é celebrado o convênio nº 17/90³² de 14 de março de 1990, entre o Ministério da Educação e a Prefeitura Municipal de Santa Inês, para a construção da Escola Agrotécnica Federal de Santa Inês.

Para o Sr. Emerson Amaral de Almeida, que também acompanhou o processo de implantação, construção e inauguração da instituição, é “Romildo (que) conhece toda a história do porquê a instituição foi destinada para cá”. E relata:

Os tramites para essa escola vir para cá foram feitos de forma aligeirada em virtude do pouco tempo que restava para o fim do governo Sarney e que foi em virtude disso, também, que as obras de construção da escola iniciaram bem antes do decreto de criação. Essa estratégia foi usada a fim de evitar que o novo governo vetasse o projeto da escola. Uma obra já iniciada, uma construção em andamento seria mais difícil de ser vetada, suspensa.³³

Apreende-se na fala do Sr. Emerson que a trajetória de implantação do IF Baiano – CSI iniciou-se bem antes da Lei de criação em 1993 e que a decisão por esse município deu-se por critérios puramente políticos. Forças políticas que, congregadas e aliadas ao privilégio de obter informações asseguram vantagens. Foucault (1979, p.183), diz que:

O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede.

Ainda que as falas anteriormente citadas contribuam para explicar porque foi destinada uma Escola Agrotécnica Federal para Santa Inês, há depoimentos que destacam como dificuldade enfrentada para o desenvolvimento das atividades institucionais a área em que esta foi instalada: em cima de um morro.

Em termos de escola uma das maiores dificuldades trata-se da localização da escola, em cima de um morro, que causa uma grande dificuldade em relação ao abastecimento de água.³⁴

Eram tantas as dificuldades, tantas, na verdade começava com água, naquela época a escola ainda era abastecida com carro pipa, inclusive carro pipa da empresa que fez a construção.³⁵

³²Ver anexo D. Cópia do Convênio 17/90 para construção da Escola Agrotécnica Federal de Santa Inês.

³³Depoimento de Emerson Amaral de Almeida. Médico. Mandato como Vice-Prefeito do Município de Santa Inês de 1989 a 1992 e de Prefeito de 1993 a 1996. Entrevista em janeiro de 2012.

³⁴Depoimento de Natanildo Barbosa Fernandes.

³⁵Depoimento de Nilton Santana dos Santos. Professor. Primeiro Diretor Geral da Escola Agrotécnica Federal de Santa Inês de 5 de outubro de 1995 a agosto de 2007. Entrevista concedida em 31/05/2011.

Abaixo (Figura 10), apresentamos uma fotografia da área de localização da instituição que nos dá uma dimensão da altura do local em que a instituição foi construída.



Figura 10 - Vista aérea do IF Baiano CSI, sem data do registro.
Fonte: Arquivos do IF Baiano CSI.

Acreditava-se que essa localização poderia inviabilizar o desenvolvimento das atividades, em função de ser uma Escola Agrotécnica e água constituir um elemento fundamental. Questões políticas podem ter definido esse local, uma vez que a cidade é cortada por um rio, o Rio Jiquiriçá, e há, no município, áreas com maior facilidade para obtenção de água.

(...)Catu já sabia que essa escola seria construída, inclusive o MEC solicitou do diretor na época que era o João Batista Alves Novais que criasse uma comissão para fazer um estudo quanto a real condições de ser instalada essa escola lá naquela fazenda, eu lembro na época que teve um grupo de professores (...)Isso antes de começar a licitação da construção realmente dessa obra (...) Fizeram um parecer para o diretor de Catu, informando das dificuldades que aquela escola iria ter para funcionar, principalmente, devido ao relevo, porque foi detectado problema de falta de água e, também, muito acidentado a região, morro, quase que não tem área nenhuma plana para desenvolver a agricultura, e esse relatório foi encaminhado para o MEC, com esse parecer informando das condições e das dificuldades ou seja seria inviável a construção da escola naquela área, deveria sim procurar uma outra área com melhor declive para poder construir, mas por questões políticas e questão também do próprio Ministério fechou que seria naquele local, aí não passaram mais informações nenhuma para gente (...).

Sr. Romildo conta que a única contrapartida da prefeitura para instalação da instituição no município de Santa Inês era a doação, pela prefeitura, de uma área de terra com o mínimo de 150 hectares e que foram os representantes do Ministério da Educação, em visita ao município, que definiram o local para instalação.³⁶

³⁶ Depoimento de Nilton de Santana dos Santos.

Tinha que analisar uma área de terra para comprar, então veio um pessoal de Brasília, do Ministério da Educação. Tiveram aqui e saíram olhando, olharam para aquele lado que vai para São Paulinho, para o lado de quem vai para Cravolândia, olharam essa outra terra aqui, aí eles deram preferência à de cá porque ficava à beira de uma rodovia, já visando os futuros alunos que vinham de fora, de outras cidades, que ali o ônibus parava, ficava mais fácil o acesso. Eles também alegaram que às vezes, a escola, depois de um certo tempo iria fabricar alguns produtos e ia botar um stand de venda na beira da estrada, foi isso que eles disseram. Aí eu disse: mais a terra, essa terra não é boa, é seca. Aí eles disseram: não importa, nós não queremos ensinar o aluno onde tem terra boa, que é muito fácil, é só botar lá e plantar. Em Israel, se nasce, se planta até em cima de pedra. Mas a área aqui eles olharam uma dificuldade com água, mas depois eles disseram que com uma tecnologia moderna poderia vir água, depois puxar água da EMBASA, como foi puxado. Eles analisaram isso certo. E das três que eles visitaram, escolheram essa, pelo fato de estar a beira da rodovia, para transporte dos alunos, essas coisas, e então fizemos a aquisição.³⁷

O projeto e o município foram politicamente aprovados, o local escolhido por representantes do Ministério da Educação sob critérios de possibilidade de produção e venda de produtos pela instituição e de acesso de alunos. Condições naturais – como água e tipo de solo –, absorção dos egressos, campo de trabalho, interesse da comunidade e suas necessidades não foram pensadas. Não brota das falas uma preocupação ou planejamento que levasse em conta tais aspectos.

Os governos têm legalidade para decidirem. Podem-se dizer os governos, uma vez que o governo municipal esteve junto ao governo federal durante todo o processo, participando, inclusive, da comissão para a licitação da construtora que iria construir o IF Baiano – CSI, conforme termo de homologação em favor da construtora AKIO LTDA, emitido pelo prefeito municipal que homologa o parecer da comissão de licitação criada pela portaria municipal nº 15/90, composta por um membro da Prefeitura Municipal de Santa Inês (PMSI); presidente da comissão e dois membros; representando o Ministério da Educação(MEC).

A solicitação de nomeação do primeiro Diretor Geral para o IF Baiano – CSI foi feita a políticos de Brasília pelo então prefeito, à época de inauguração da escola, Sr. Emerson Amaral de Almeida, em atendimento à indicação do professor João Batista, que nesse período era Diretor da Escola Agrotécnica Federal de Catu e que indicou o professor Nilton Santana dos Santos para assumir o cargo.

Em 13 de março de 1990 é assinado o Termo de Homologação³⁸. Em 16 de março de 1990 é emitida a Ordem de Serviço³⁹ que autorizava a empresa construtora, vencedora da Concorrência Pública Nacional nº 01/90, a proceder ao imediato início das obras de construção do IF Baiano – CSI. Iniciam-se as obras e durante quase seis anos a comunidade de Santa Inês observa a construção. Vale ressaltar que, inicialmente, o convênio fazia menção de que a instituição seria construída em seis meses. Entretanto, inúmeros aditivos foram assinados até a conclusão da obra, o que levou, inclusive, à citação, pela Procuradoria Geral da União, após auditoria realizada na Prefeitura Municipal de Santa Inês, com o objetivo de verificar a correta aplicação dos recursos repassados pelo Governo Federal. Pretendia-se a apuração de responsabilidades dos prefeitos, empreiteiros e autoridades responsáveis pela aprovação das prestações de

³⁷Depoimento citado.

³⁸Ver anexo E – Termo de Homologação da Comissão de Licitação.

³⁹Ver anexo F – Ordem de Serviço para início das obras de construção da Escola Agrotécnica Federal de Santa Inês.

contas, sobre os indícios de irregularidades nos recursos federais destinados a construção do IF Baiano – CSI, referente a montantes desproporcionais às dimensões da obra, constatações materializadas nos processos: TC475.214193-5, Decisão 713194, e TC-599.087194-3, Decisão 485/950. A obra estava orçada no montante de R\$ 4.291.056,22 (quatro milhões, duzentos e noventa e um mil, cinquenta seis reais e vinte dois centavos) e após investigação, os recursos repassados atingiram a importância de R\$ 20.695.783,56 (vinte milhões, seiscentos e noventa e cinco mil, setecentos e oitenta e três reais e cinquenta centavos).⁴⁰

Sobre a construção da instituição, o primeiro Diretor Geral do IF Baiano – CSI, professor Nilton Santana dos Santos, relata que muitas pessoas não tinham a menor ideia sobre o que seria construído lá:

Alguns não sabiam nem o que ia ser ali, porque eram vários blocos de construções, sala de aula, alojamento, almoxarifado, oficina, refeitório, cooperativa, casas residenciais, setores, então para quem chegava lá não tinha a ideia de que aquilo seria uma escola, pensava mais que era uma indústria, alguma coisa assim(...) tanto que quando nós colocamos a placa já com o nome de Escola Agrotécnica, demorou muito, as pessoas chamavam ali de AKIO, porque AKIO foi à empresa que construiu a escola, acho que até hoje ainda tem gente chamando AKIO⁴¹.

Mesmo estando expostas na entrada do campo de obras duas placas grandes⁴², uma com o nome da construtora e outra com letreiros do governo federal, a comunidade ainda não tinha claro o que seria construído. Os depoimentos nos fazem confirmar que não existe um projeto fundamentado na discussão sobre a construção e instituição do IF Baiano – CSI, baseado nas necessidades locais, territoriais, culturais. Existe um projeto político, pessoal, que aliado a outros projetos de igual natureza, torna-se um projeto forte, ganha legalidade e se concretiza, prevalecendo aquele que tem mais poder reunido, em rede. Assim, o projeto de implantação e construção, representou “o pensamento isolado e desordenado dos comandos políticos, o que estava muito longe de poder comparar-se a uma política nacional de educação.” (ROMANELLI, 2008, p. 43). O IF Baiano em Santa Inês foi um desses projetos.

A maneira como o IF Baiano – CSI é criado, destinado ao município de Santa Inês, sem participação ou mesmo consulta à comunidade local nos dá dimensão de que não houve a participação e envolvimento da comunidade no processo de implantação da instituição. Dessa forma, observa-se que quando esta é associada às obras de uma indústria ou empresa, AKIO, isto decorre da aspiração ou desejo da comunidade em ver a sua necessidade de trabalho atendida ou até da dificuldade que as pessoas têm em imaginar que aquela grande estrutura seria para uma instituição educacional, já que isto representava investimento em educação. Deixar a população à margem do processo de implantação institucional pode fazer com que, “cedo ela se transforme numa instituição ritualista, onde o cumprimento de certas formalidades legais tem valor em si mesmo.” (ROMANELLI, 2008, p.23).

As histórias institucionais são reveladoras de significados e orientações políticas, e o IF Baiano – CSI não foge desta perspectiva. Se no momento de fundação, constituição, delimita-se um rumo histórico, um caminho instituinte, é possível obter

⁴⁰Ver anexo G - cópia de Diário Oficial da União nº 150-E, de 7 de agosto de 1998. Seção 1, p.27-28.

⁴¹Depoimento citado.

⁴²Ver anexo H. Fotografia das placas sinalizadoras na entrada do canteiro de obras, uma da construtora e outra do MEC, discriminando a obra que seria construída.

uma visão oficial e não-oficial, que não se encontra presente nos documentos escritos, mas, exclusivamente, na memória de seus atores-autores.

2.2 Para Além da Implantação e Funcionamento: as Relações de Poder

Em 1996, o IF Baiano – CSI, que teve sua construção iniciada em 1990, ainda não estava com sua estrutura física pronta, pois em vários momentos houve a suspensão parcial das obras diante da limitação de recursos. A instituição precisava funcionar e o que faltava seria concluído com ela já funcionando.

A história da instituição, que se inicia bem antes do início de suas atividades pedagógicas, vai sendo construída gradativamente e o relato dos entrevistados revelam um processo de percepções/representações de grande importância, pois sustentam diversos sentidos sobre a implantação e funcionamento do IF Baiano – CSI. Assim, importa revelar o que pensam os atores sociais envolvidos: ex-diretores, docentes, técnicos, ex-alunos, pais, sobre a implantação e funcionamento do IF Baiano CSI. Ao narrar sobre implantação e funcionamento da instituição, os entrevistados procuraram contar como conheciam e pensavam a instituição. Podemos verificar isso no relato dos ex-diretores da escola:

Tomei conhecimento da Escola Agrotécnica Federal de Santa Inês quando ainda estava na antiga Escola Agrotécnica de Catu em 1995, e naquela ocasião já se cogitava através do diretor geral professor João Batista lá em Catu que essa escola em Santa Inês, ela iria funcionar nos moldes, também, das outras Agrotécnicas. (...) daí então o professor João Batista em algumas reuniões estava para indicar o nome de um servidor que iria responder pela então Escola Agrotécnica de Santa Inês, e a decisão do professor João Batista foi no sentido de indicar o professor Nílton de Santana dos Santos para a função de diretor geral pro tempore da Escola Agrotécnica aqui(...) coube ao professor Nílton formar a sua equipe trabalho, consequentemente, a Escola Agrotécnica de Santa Inês foi implantada por ele(...) a implantação de fato e de direito, as diretrizes, melhor dizendo, ele fez com o suporte da escola Agrotécnica de Catu. A ideia era trabalhar com a parte de agrária, voltados para a questão agrária, o curso Técnico em Agropecuária, Técnico em Zootecnia, Técnico em Agricultura. A gente observa que nos cargos, em nível de SETEC, impera a política partidária, na indicação de colegas nossos que nos representam na SETEC, ultimamente agente tem observado que essa política sinalizou de forma positiva, no sentido de não atender apenas a conveniência política, mas demonstrou um tratamento mais justo as escolas que demonstraram crescimento, isso em relação a orçamento. A legislação prevê que a cada quatro anos é necessário haver um processo eleitoral para eleger reitor do instituto e diretores gerais, essa relação de poder, no meu entendimento, poderia ter uma conotação melhor se a maioria de nossos colegas tivesse um olhar para as questões profissionais para aquela gestão no sentido de trabalhar para o crescimento da escola e não aqueles interesses particulares. Se quase todos, vamos dizer assim, tivesse a oportunidade de passar pelas funções, acho que melhoraria muito essa questão da relação de poder.⁴³

O MEC deu sinal verde para que a escola entrasse em funcionamento e como Catu era que estava coordenando todos os trabalhos, eles solicitaram que Catu indicasse uma pessoa para iniciar a escola. As dificuldades que ia ser encontrada lá para funcionar, o fator água seria primordial, o tamanho da escola não condizia com a realidade dos municípios, a gente achava que iria

⁴³Depoimento de Natanildo Barbosa Fernandes.

ter dificuldade para conseguir alunos, era um desafio. O exame de seleção aconteceu em dezembro de 1995 ou janeiro, se não estou enganado, e a gente ficou quase seis meses sem aula porque não tinha professores, não tinha funcionários, o governo não autorizou concurso público. É um negócio bastante complexo, apesar de dizer a escola tem autarquia, elas fazem o que quer, mas na verdade nos ficamos nas mãos do Ministério, principalmente, do planejamento, em termos de recursos.⁴⁴

Nós chegamos com o objetivo de fazer a implantação dessa instituição, só existia mesmo as paredes, e nós recebemos desde o primeiro clipe até a estrutura do refeitório.⁴⁵

Mais importante que os significados destas falas é o sentido latente nos discursos do grupo de ex-diretores. Isso significa dizer que ser Escola Agrotécnica denota uma identidade, demarcada na gestão administrativa, pedagógica, nos tipos de cursos que seriam ofertados. “A escolha do curso, como já era uma tendência das escolas Agrotécnicas terem sempre o curso de Agropecuária, esse era o foco principal”.⁴⁶

O local em que a instituição fosse instalada teria que adequar-se, independente de possuir ou não uma vocação para a região aos cursos que seriam implantados! O depoimento do primeiro diretor destaca que a instituição de Santa Inês iria funcionar nos moldes das outras Agrotécnicas. O que nos leva a refletir sobre que moldes é esses? Segundo o mesmo depoimento, o diretor da Escola de Catu, por ter coordenado os trabalhos, seria responsável por indicar quem iria dirigir a Escola de Santa Inês. Existiam critérios para a escolha de diretores dessas escolas? Concentra-se numa autoridade para decidir quem dirige a escola? E esta tem autoridade exclusiva para montar sua equipe de trabalho? As decisões são autocráticas? No que diz respeito à SETEC, vigora indicação e conveniência política?

O depoimento professor Nilton Santana dos Santos, primeiro diretor, torna evidente uma contradição na medida em que o MEC autoriza o funcionamento da instituição. Como seria possível a instituição funcionar se não tinham professores, funcionários? Frise-se que o IF Baiano – CSI iniciou as suas atividades pedagógicas apenas em junho de 1996. Como relatou o professor José Henrique: “só existia mesmo as paredes”.

Outro aspecto presente no relato dos ex-diretores é que a implantação e funcionamento da instituição são considerados responsabilidade de uma única pessoa, o diretor geral, conforme fala de um deles: “a escola foi implantada pelo professor Nilton”.⁴⁷ Assim sendo,

Parece-nos lícito afirmar, mais uma vez, que a manutenção do atraso da escola em relação à ordem econômica e à ordem social, longe de ser uma contradição de fato, era uma decorrência da forma como se organizava o poder e, portanto, servia aos interesses dos grupos nele mais notavelmente representados. (ROMANELLI, 2008, p. 191)

Nesse contexto, sob que filosofia o diretor geral implantou a instituição? As falas dos professores trazem-nos elementos que apontam e reforçam a concentração de poder na figura do diretor geral:

⁴⁴Depoimento de Nilton Santana dos Santos.

⁴⁵Depoimento de José Henrique Dias dos Santos.

⁴⁶Depoimento de Nilton Santana dos Santos.

⁴⁷Depoimento de Natanaildo Barbosa Fernandes.

As decisões eram tomadas pela direção, em um regime parecido com o presidencialista. O diretor foi indicado e permaneceu no cargo por 10 anos. Foi assim que a escola funcionou inicialmente, as decisões eram todas tomadas pelo diretor. Eu não considero que participei da implantação, quando cheguei tudo já estava implantado; o funcionamento foi um desafio; os alunos reclamavam muito em ter aula o dia inteiro e da atividade prática; não tivemos definição de como a escola iria funcionar; para começar eu me baseei em minha formação como aluno; não tinha experiência como professor.⁴⁸

No processo de implantação da escola eu tive participação como professor, com algumas falas sem reunião. Eu percebi que na escola existia uma intenção em controlar a pedagogia, as ações dos professores. As coisas não ficavam bem claras. Ficava uma coisa de intenção particular, não ficava uma intenção coletiva. Depois começaram a participar, os professores timidamente a opinar a respeito da escola, criando oposição a determinadas questões ideológicas da escola, daí essas posições começaram a ficar mais claras, começou a criar os tensionamentos com a equipe de professores, dentro de toda essa visão, começou a haver certa participação das pessoas em termos de querer estabelecer um novo rumo para a escola.⁴⁹

Observamos, então, que essas falas põem em relevo questões pertinentes ao tipo de participação em que se veem inseridos e a quem envolve. Assim, que tipos de participação se desenvolvem? Como se distribuem? E quem se encontra envolvido? Quando o professor Juarez Silva Sampaio relata: “No processo de implantação da escola eu tive participação como professor, com algumas falas em reunião”, revela em quais momentos se participava e de como se dava o processo de participação dos docentes: “como professor”. Sobre participação, Demo (2001, p. 97-98) diz que:

Participação é o processo histórico de conquista das condições de autodeterminação. Participação não pode ser dada, outorgada, imposta. Também nunca é suficiente, nem é previa. Participação existe, se e enquanto for conquistada. Porque é processo, não produto acabado. (...) Não vale alegar que não participamos porque não nos deixam. Se isto alegarmos, é porque já temos um conceito paternalista de participação, que é a antiparticipação. Nesse sentido, aí não está o problema, mas o ponto de partida, ou seja, a ausência de participação.

Observamos a participação distribuída em espaços de poder. Para Foucault (1979, p.8), “(...) O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso”. No relato do professor Juarez Silva Sampaio observa-se que participação está associada apenas à fala, ao seu discurso.

O professor Jovan de Jesus associa participação a poder de decisão, do que será e de como será implantado. Segundo ele, como encontrou tudo implantado, considera que não participou da implantação.

Uma vez que o poder não se passa, perde-se. Toda proposta participativa significa divisão de poder, se tiver um mínimo de autenticidade. Não está na lógica do poder dar-se em divisão, repartir-se, mas, ao contrário, concentra-

⁴⁸Depoimento de Jovan de Jesus. Professor da Instituição desde sua inauguração em 1996. Entrevista concedida em 05/04/2011.

⁴⁹Depoimento de Juarez Silva Sampaio. Professor da Instituição desde sua inauguração em 1996 até 2011. Entrevista concedida em 04/04/2011.

se. E isto coloca um desafio particular aos processos participativos. Não deixa de ser uma ironia histórica o fato de que, tratando-se de direitos, são devidos incondicionalmente. No entanto, somente se concretizam quando conquistados. (DEMO, 2001, p. 98).

É possível observarmos no relato do técnico administrativo em educação, Sr. Emerson dos Santos Nunes, menção a vários aspectos percebidos na implantação e funcionamento da instituição. Entretanto, o que mais se destaca é o sentido que suas percepções emitem: a incerteza no sucesso da instituição na região:

A Instituição entrou em atividade no ano de 1996, contando com o trabalho de servidores oriundos de outros órgãos, funcionários cedidos pelas prefeituras da região e pessoal terceirizado. O período de implantação contou com as dificuldades e problemas naturais encontrados no início de qualquer trabalho, como quadro de pessoal reduzido, pouca estrutura e incertezas quanto ao retorno do investimento na região, uma vez que muitos acreditavam que não haveria procura suficiente por parte de estudantes da comunidade, resultando em uma possível descontinuidade de provimento de recursos e investimentos do governo para manter a estrutura da escola. A limitação de água, a falta de opções para os servidores que chegam devido ao pequeno porte da cidade, que dificultava a permanência dos mesmos no município, bem como a distância dos centros mais desenvolvidos economicamente são outros fatores que criam dificuldades para as atividades na Instituição. Felizmente houve boa procura de jovens para estudar na EAFSI, o que justifica e promove seu desenvolvimento, com o aumento da procura a cada ano.⁵⁰

Outro elemento importante para atender à questão de nossa pesquisa sobre a implantação e funcionamento do IF Baiano – CSI refere-se à percepção dos ex-alunos:

A gente viu uma escola totalmente em construção e quem fez parte dessa construção foi à gente. O ensino era puxado, quando a gente chegou lá deparou com uma realidade totalmente diferente. Quando eu entrei eu foquei somente a parte do médio, fazia o técnico porque era obrigatório.⁵¹

Particpei ativamente da implantação, porque a gente chegou e não tinha nada, abrimos buracos, capinamos. Achavam que a escola era de primeiro mundo, acabavam não reivindicando. Era de tempo integral, dava café da manhã e janta. Foi difícil no início, mas, depois a gente se adaptou.⁵²

Os ex-alunos consideram que sua participação na implantação da escola deu-se pelo emprego de sua força de trabalho, plantando, cavando, capinando.

Plantamos várias coisas e ajudamos a implantar serviços na zootecnia, suinocultura e aviário. Era mais focada na área técnica.⁵³

Trabalhava no campo. Estudava a parte teórica em um turno e a prática em outro turno. A gente só pensava na área técnica. Teve muita prática.⁵⁴

⁵⁰Depoimento de Emerson dos Santos Nunes. Técnico Administrativo em Educação do primeiro concurso para servidores técnico para a instituição.

⁵¹Depoimento de Alessandra de Souza Araújo. Ex-aluna. 31 anos. Assistente Social. Entrevista concedida em 29/06/2011.

⁵²Liliane Barbosa Araújo. Ex-aluna. 31 anos. Enfermeira. Entrevista concedida em 27/06/2011.

⁵³Depoimento de Márcia Floripes de Caires Costa. Ex-aluna. 32 anos. Nutricionista. Entrevista concedida em 26/06/2011.

⁵⁴Sabrina dos Anjos Oliveira. Ex-aluna. 31 anos. Administradora. Entrevista concedida em 26/06/2011.

Portanto, a partir dos discursos dos ex-alunos é possível estabelecer uma relação entre violência simbólica de Bourdieu e Passeron (1975, *apud* SAVIANI, 1993, p.29-30):

Todo poder de violência simbólica, isto é, todo poder que chega a impor significações e a impô-las como legítimas, dissimulando as relações de força que estão na base de sua força, acrescentando sua própria força, isto é, propriamente simbólica, a essas relações de força. Vê-se, pois, que o reforçamento da violência material se dá pela sua conversão ao plano simbólico onde se produz e reproduz o reconhecimento da dominação e de sua legitimidade pelo desconhecimento (dissimulação) de seu caráter de violência explícita. Assim, a violência material (dominação econômica) exercida pelos grupos ou classes dominantes sobre os grupos ou classes dominados corresponde a violência simbólica (dominação cultural).

Sobre a participação dos alunos com o trabalho desses para a instituição o ex-diretor, professor Natanildo Barbosa Fernandes expressa que, “os primeiros estudantes tiveram uma contribuição muito grande, muitos deles fizeram calos nas mãos porque regavam as plantas que eram plantadas”⁵⁵

Nesta mesma perspectiva, de participação na implantação e funcionamento do IF Baiano – CSI, relacionados ao emprego da força de trabalho, Dona Maria José Barbosa Araújo e Dona Auristea Braga dos Santos Vieira, mães de ex-alunos, relatam que foram os alunos, praticamente, quem construíram a instituição:

Era tudo novidade. Foi praticamente os alunos quem construiu aquilo tudo lá, plantou, tirou o mato, cavou, fez cerca, achava muito pesado aqueles trabalhos, essa foi a parte ruim.⁵⁶

No início foi muito difícil, muito buraco, muito sol, muito calo na mão, minha filha chegava fedendo a bosta de porco, mas, a gente aguentava.⁵⁷

Vemos que o trabalho braçal era percebido como o “ser técnico”. Inclusive, as narrativas denotam falta de esclarecimentos quanto às atividades que integravam o curso técnico. Não queremos dizer que cavar, capinar não é um tipo de participação, mas, em uma instituição educacional existem várias formas de participar e estas outras formas não aparecem nas falas dos ex-alunos. Isso leva-nos a concluir que a falta de recursos humanos, de funcionários para as atividades de infraestrutura do IF Baiano – CSI fez com que os alunos fossem levados ao trabalho braçal, além dos já realizados no curso técnico, usados como mão-de-obra, sem o claro conhecimento dos alunos sobre suas reais atribuições no curso técnico e o que era colaboração com a instituição em função da falta de funcionários. Diante disso, o corpo se torna força de trabalho quando trabalhado pelo sistema político de dominação característico do poder disciplinar. (Foucault, 1979).

Com relação às regras, à disciplina, é relevante destacar a percepção da ex-aluna Solange Braga Vieira: “a questão da disciplina era excelente, tinha normas, tinha regras e todo mundo seguia. De início foi difícil, tinha muita coisa para estudar”⁵⁸

⁵⁵Depoimento citado.

⁵⁶Depoimento de Maria José Barbosa Araújo. Mãe de ex-aluna. Professora. Entrevista concedida em 27/06/2011.

⁵⁷Depoimento de Auristea Braga dos Santos Vieira. Mãe de ex-aluna. Técnica em Enfermagem. Entrevista concedida em 29/06/2011.

⁵⁸Depoimento de Solange Braga Vieira. Ex-aluna. 32 anos. Enfermeira. Entrevista concedida em 29/06/2011.

O IF Baiano – CSI apresenta características disciplinares marcantes, conforme menciona a ex-aluna Solange Braga Vieira. Para (Foucault, 1979), a disciplina é um tipo de organização do espaço. É uma técnica de distribuição dos indivíduos através da inserção dos corpos em um espaço individualizado, classificatório, combinatório.

Desse modo, disciplina, regras, normas, quando utilizadas para garantir a inclusão, os direitos e a participação das pessoas, são importantes nas relações sociais e institucionais. Contudo, quando são utilizadas como instrumento minucioso de controle, sujeição, força, devem ser atentamente acompanhadas.

Nos relatos sobre a implantação e funcionamento do IF Baiano – CSI percebem-se características referentes às relações de poder permeando toda a trajetória da instituição. Para o ex-diretor, professor José Henrique Dias dos Santos, a distribuição de cargos marca as relações de poder na instituição:

Na implantação da instituição, nos primeiros cinco anos de gestão estavam a mil maravilhas, elogios. Depois dos cinco anos as pessoas que elogiavam começam a criticar, por causa de cargo em comissão. Quando faltavam dois ou três anos para aqueles professores que entraram em 96 pudessem se candidatar as eleições para diretor geral, então politicamente as relações de poder começaram a se modificar, ficaram mais acirradas, começou as críticas.⁵⁹

De forma semelhante é percebida pelo docente:

As relações de poder na escola se dão através dos cargos. Inicia-se uma relação de desigualdade, quem recebe o cargo, manda mais, ganha mais e pode adquirir mais bens, torna-se mais importante. O diretor é quem nomeia para os cargos, e ele escolhe por afinidades ou com as amizades e aqueles que pertencem à mesma linha ideológica dele.⁶⁰

Observamos que a trajetória de implantação e funcionamento do IF Baiano – CSI é acompanhada, nos primeiros cinco anos de existência, de certa estabilidade no que diz respeito aos tensionamentos, às disputas pelo “poder”, aqui entendido como *locus* correspondente aos cargos de expressão, de decisão, como: Diretor Geral, Diretor de Departamento, Coordenador Geral, entre outros. Assim, tão logo o quadro de professores passa a ter condições de disputar por via eleitoral democrática o cargo de diretor geral, as relações sociais internas se modificam, dando início às oposições, aos tensionamentos.

Inicialmente, os tensionamentos dão-se através da disputa por cargos, segundo relatos acima mencionados. Isso revela uma contradição quando cruzamos estes relatos com os do professor Juarez Silva Sampaio. Em seu depoimento, os tensionamentos tiveram início quando os professores começam a participar, a querer um novo rumo para a instituição. Ele diz:

Depois começaram a participar os professores timidamente a opinar a respeito da escola, criando oposição a determinadas questões ideológicas da escola, daí essas posições começaram a ficar mais claras, começou a criar os tensionamentos com a equipe de professores, dentro de toda essa visão, começou a haver certa participação das pessoas em termos de querer estabelecer um novo rumo para a escola.⁶¹

⁵⁹Depoimento citado.

⁶⁰Depoimento de Juarez Silva Sampaio.

⁶¹*Ibid.*

A instituição aparece como um núcleo de produção e acumulação de interesses, um campo de lutas e por isso não há uma adesão “cega” aos interesses de um ou de outro grupo, o que é perigoso porque a instituição pode acabar reproduzindo as relações unicamente exigidas pelo sistema produtivo, preparar mão de obra dócil ao capital, transmitindo valores da ideologia dominante. Para Saviani (2001, p.98),

o discurso sobre direitos, cidadania e participação tem o atrativo do canto da sereia, mas de modo geral é como ela, ou seja, ilusão, engodo, tergiversação. Atrai, porque perfaz o fundo de nossa esperança, mas atrai, mais do que se realiza. Porque o poder é traiçoeiro. Como um presente de grego, guiado pela lógica da vantagem, nada faz sem retorno vantajoso.

Tomemos a análise de Foucault para melhor explicitar a instituição educacional como espaço de contradições e luta contra as formas de poder:

A teoria do Estado, a análise tradicional dos aparelhos de Estado, sem dúvida, não esgotam o campo de exercício e de funcionamento do poder (...) Onde há poder ele se exerce. Ninguém é, propriamente falando, seu titular; e, no entanto, ele sempre se exerce em determinada direção, com uns de um lado e outros do outro; não se sabe ao certo quem os detém; mas se sabe quem não o possui. Cada luta se desenvolve em torno de um foco particular de poder. (FOUCAULT, 1979, p. 75).

É sobre o IF Baiano – CSI que nos fala Foucault: um lugar dominado por professores, técnicos, estudantes, intelectuais, cujas funções consistem principalmente na lida com a construção e socialização do saber. Por isso, o autor define que,

O papel do intelectual não é mais o de se colocar um pouco na frente ou um pouco de lado para dizer a muda verdade de todos; é antes, o de lutar contra as formas de poder, exatamente onde ele é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento: na ordem do saber, da verdade, da consciência, do discurso. (FOUCAULT, 1979, p.71).

Vemos que a compreensão sobre a instituição e os atores nela envolvidos é ampliada. As relações entre o poder do capital e a instituição educacional não são apenas ligados ao sistema econômico, externo à instituição, mas, também às relações econômicas e políticas internas.

Quando ex-alunos e técnicos falam sobre a distribuição de cargos, acabam por apresentá-la como um processo natural:

“Cada um tinha seu poder, não tinha briga por cargos, tinha Nilton o diretor, Henrique o vice e Natan na coordenação”.⁶²

“Tinha o diretor geral e mais dois diretores que mandavam em comum acordo, os professores e alunos participavam no conselho de classe”.⁶³

“A gente observava que tinha aqueles que tinham mais autoridade, a gente achava que eram os donos da escola, quem manda é eu, eu sou o dono, eles implantaram. Eu achava que os professores não participavam”.⁶⁴

“Tinha o diretor e mais uns dois que a gente chamava de generais, tinha uma visão de quem mandava e quem obedecia, mais mesmo assim acho que eles ouviam”.⁶⁵

⁶²Depoimento de Sabrina dos Anjos Oliveira.

⁶³Depoimento de Alessandra de Souza Araújo.

⁶⁴Depoimento de Márcia Floripes de Caires Costa.

A ex-aluna Liliane Barbosa Araújo relata:

Quem tinha o poder de comandar a escola na época era Henrique, que a gente via ter aquela voz ativa na escola, era ele quem botava tudo para funcionar, era ele quem resolvia. Participação eu não percebia não, a gente não tinha voz ativa, não tinha muitas reuniões com os pais, quando tinha era dos docentes com os pais para tratar da parte educativa, em relação às decisões da escola não.⁶⁵

Como natural, também, era vista pelos pais a forma como o poder estava distribuído, organizado, decidido e claramente determinado:

“Quem dirigia a escola era Nilton e Henrique, a gente ia às reuniões”.⁶⁷

“Só ia à escola em reuniões, não sei se eram duas vezes ou uma vez por semestre. A escola tinha muitas regras e isso ajudava o aluno a ter disciplina”.⁶⁸

“Um pai perguntou por que não tinha alojamento feminino, aí um diretor respondeu: só se a gente fizer uma creche ao lado”.⁶⁹

Espaços determinados, conforme depoimentos acima, que nos revelam, às vezes, a perpetuação de distinções, de discriminações e de desvantagem em relação ao gênero feminino. Por que para oferecer alojamento feminino era preciso fazer uma creche ao lado? Isso demonstra a falta de discussão quanto à igualdade de oportunidades para os dois gêneros, bem como da instituição saber lidar com os aspectos da vida real dos alunos, das pessoas. Diante da colocação do diretor, como se colocam os professores e demais servidores? Parece-nos que ao pensar na Instituição em finais do século XX, enquanto espaço de discussões e superação das desigualdades, discutir possibilidade de oferta de alojamento masculino e feminino não se aplica. Diante dos depoimentos, nessa instituição vemos aspectos discriminatórios reforçados.

Analisando o sistema de ensino, Bourdieu e Passeron (1975, *apud* Saviani, 1993, p. 30) demonstra que a,

A violência simbólica se manifesta de múltiplas formas. Para isso, partindo, como já disse, da teoria geral da violência simbólica, buscam explicitar a Ação Pedagógica (AP) como imposição arbitrária da cultura (também arbitrária) dos grupos ou classes dominantes aos grupos ou classes dominados. Essa imposição, para se exercer, implica necessariamente a autoridade pedagógica (AuP), isto é, um “poder arbitrário de imposição que, só pelo fato de ser desconhecido como tal, se encontra objetivamente reconhecido como autoridade legítima.

Os depoimentos apresentam as representações, percepções, compreensões dos entrevistados sobre o IF Baiano – CSI. Moscovici (1993, p.173) nos diz que:

⁶⁵Depoimento de Solange Braga Vieira.

⁶⁶Depoimento citado.

⁶⁷Depoimento de Maria José Barbosa Araújo.

⁶⁸Depoimento de Elenilza Braga dos Anjos. Mãe de ex-aluna. Secretária Escolar. Entrevista concedida em 26/06/2011.

⁶⁹Depoimento de Auristea Braga dos Santos Vieira.

As sociedades se despedaçam se houver apenas poder e interesses diversos que unam as pessoas, se não houver uma soma de ideias e valores em que elas acreditam, que possa uni-las através de uma paixão comum que é transmitida de uma geração á outra.

As relações de poder se revelam verticais, impostas de “cima para baixo”, o que aponta um forte distanciamento de participação e envolvimento dos pais, alunos, professores e técnicos na implantação e funcionamento desta instituição em relação à administração pedagógica, financeira, de planejamento, denotando, desta forma, uma forte falta de pertencimento da comunidade ao IF Baiano – CSI.

A instituição educacional não produz um produto qualquer. Sua ação resulta no saber e isto confere-lhe um poder. O saber é um poder diferenciado. Os sentidos refletidos das análises sobre a implantação e funcionamento da instituição centram-se nas relações de poder, permeadas por interesses pessoais, legitimadas por discursos de verdades.

Diante disso, é possível vislumbrar que:

Cada sociedade possui seu regime de verdade, sua política geral da verdade, define os discursos que devem funcionar como verdadeiros ou falsos, os mecanismos para sancionar uns ou outros, as técnicas e procedimentos valorizados para obter a verdade, assim, enfim, um estatuto que se encarrega de decidir o que é verdadeiro. (...) Por verdade deve-se entender um conjunto de procedimentos revelados pela produção, pela reprodução, colocada em circulação, em funcionamento os enunciados. A verdade esta ligada circularmente aos sistemas de poder e aos efeitos de poder, ao regimento de verdade. (FOUCAULT, 1979, p. 18-19)

Não são consideradas pela maioria as condições concretas que fazem alguns serem mais partícipes do que outros. A imagem reprodutivista do sistema de ensino discutida na teoria de Althusser (1985, *apud* SAVIANI, 1993, p.33), e nos estudos de Bourdieu e Passeron (1975, *apud* SAVIANI, 1993, p.33), sobre a reprodução do “capital cultural” das classes dominantes acabou por gerar conformismos, ceticismos, nos educadores, conseqüentemente nos alunos, promovendo uma relação de cumplicidade inclusive legitimando relações de dominação burocrática, hierarquizada. Conforme Bourdieu (2010, p. 7-8),

(...) num estado do campo em que se vê o poder por toda a parte, (...) é necessário saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido: o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem.

As instituições educacionais federais são organizadas administrativamente, também, pela distribuição de funções gratificadas aos servidores. As funções destinadas aos cargos de direção dão a quem as ocupa prestígio, controle sobre os discursos de verdade e o gerenciamento institucional, promovendo a instituição como espaço de produção de conhecimento e, também, de conflitos. No caso do IF Baiano – CSI, conforme os depoimentos, esses conflitos existiram/existem, mesmo que implicitamente, principalmente quando consideramos que ao longo dos quinze anos de funcionamento da instituição, durante mais de dez anos o cargo de diretor geral foi ocupado pela mesma pessoa: o professor Nílton Santana dos Santos e sua equipe de trabalho.

A percepção das narrativas leva-nos a observar que a trajetória de implantação e funcionamento do IF Baiano – CSI insere uma nova cultura no cotidiano dos atores envolvidos com a instituição e inegavelmente na região. As famílias têm seus hábitos alterados em função de uma nova realidade educacional criada para os alunos da instituição: regime integral de aulas, estudo em dois turnos, maior número de matérias para serem estudadas, esforço físico nas atividades práticas, rotina programada, controle do tempo.

Para a população em geral há uma reconfiguração do espaço territorial, educacional e de desenvolvimento social, além de oportunidade de educação pública, gratuita e de qualidade.

A importância dessa instituição educacional não está restrita à construção de conhecimentos teóricos e práticos para inserção de profissionais qualificados no mercado de trabalho. Seu papel social vai mais além, sendo também sua tarefa promover o desenvolvimento pessoal e social aos estudantes, à comunidade envolvida e ao território em que está inserida. No entanto, se nessa instituição encontra-se uma organização já pré-estabelecida, acaba-se reproduzindo interesses que podem não ser as necessidades da comunidade.

Vemos, na contemporaneidade, uma configuração social bem diferente da que víamos em tempos passados. No passado, as discussões sobre relações sociais circulavam em torno de reflexões sobre dominador e dominado, quem manda e quem obedece e porque as relações sociais deveriam se dar assim. Essas reflexões tinham nas instituições educacionais um terreno fértil.

Hoje, essa realidade reconfigurou-se. Para haver dominador é preciso que exista o dominado, e esse termo é uma condição que cada indivíduo se dá. Ora, se este não se percebe dominado, logo não existe dominador.

Como já mencionamos acima, as instituições educacionais são terrenos férteis para tais reflexões. O fato é que as finalidades implícitas no gerir inicial e que prosseguiram na trajetória do IF Baiano – CSI, manifestas, agora, por seus atores sociais, condicionam as relações sociais internas e estas acabam por permanecer presas às finalidades externas, manifestas em legislações, normas, mudanças de políticas educacionais nacionais.

Sob esta ótica, a ação de quem detém o poder na instituição não é explícita. Ela aparece em um conjunto de forças, através de discursos que lhe naturaliza e dá-lhe o direito, por justiça, ao lugar que ocupa. Essas forças forjam uma identidade que parece homogênea e promove nos demais atores um estado imóvel.

Na falta de princípios consistentes, as relações de poder parecem oportunistas. A democracia, corretamente entendida, implica uma teoria de poder usando a definição das formas de distribuição e controle do poder coletivo, de modo a alcançar o máximo de segurança, eficiência e liberdade.

Não queremos apregoar a abstenção das relações de poder. É óbvio que em uma instituição essas relações não podem deixar de existir, mas, precisamos reconhecer como acontecem essas relações.

(...) era uma escola onde ela tinha certas atitudes, um certo controle da pedagogia, existia uma vontade em controlar a pedagogia da escola, em controlar as ações de professor com relação ao processo de ensino/aprendizagem, existia essa intenção, a primeira intenção que ficou para mim foi essa, mas eu percebi que em alguns momentos isso não ficava claro, ficava assim uma coisa muito de intenção particular, não ficava uma intenção coletiva, para ficar claro teria que ter essa intenção coletiva onde todos pudessem estar participando realmente das decisões pedagógicas, das

decisões didáticas da escola, das decisões administrativas, e ficava um pouco difícil da gente entender porque que a escola estava funcionando, como era que funcionava o esquema da escola em termos de internato, como funcionava a escola em termos dos cargos, das posições das pessoas, como era que gerenciava essas posições, como é que gerenciava a parte pedagógica, quem é que trazia a questão do currículo, a questão da formação da escola, o que é que a escola pretendia enquanto formação, tudo isso era preocupação inicial, foi dessa forma que eu comecei a perceber que a escola ela tinha, ela tinha uma preocupação particular, não existia uma preocupação coletiva.⁷⁰

“A escola tinha muitas regras e isso ajudava o aluno a ter disciplina”.⁷¹

Que instituição educacional desejamos? Uma instituição democrática, com projeto político pedagógico participativo, com decisões colegiadas e coletivas. Ordenar e não justificar, não faz uma instituição que cultiva o saber pensar, ao contrário, tutela, assiste, formas perversas de conduzir as relações humanas e institucionais. Mannheim (1972, 67-68) afirma que:

Uma teoria democrática de poder deve ser uma teoria de conjunto. O poder não significa a simples violência, o emprego da força pública pela polícia ou pelo exército. Tampouco desejamos restringir o nosso conceito de poder ao poder político. Referimo-nos ao poder (...) que se faz presente sempre que a pressão social opera sobre o indivíduo para induzi-lo a seguir determinado comportamento. (...) poderíamos distinguir várias formas de poder e falar de domínio e manipulação. O primeiro se refere nas relações em que o detentor do poder expressa seus desejos dando ordens; o segundo, às relações em que o detentor do poder exerce influência sem especificar o comportamento esperado.

Nessa perspectiva, percebe-se que os sentidos atribuídos à percepção presente nas falas dos entrevistados da implantação e funcionamento do IF Baiano – CSI oculta a origem das intenções de quem detém o poder daqueles que a implantaram e moveram seu funcionamento. Estes sentidos nos remetem a ausência de consciência política, o que assegura a legitimidade desse poder. Chauí (2002, p.222), conceitua e aponta ideologia como condição que:

Oferece a uma sociedade dividida em classes sociais antagônicas, e que vivem na forma da luta de classes, uma imagem que permite a unificação e a identidade social – uma língua, uma religião, uma raça, uma nação, uma pátria, um Estado, uma humanidade, mesmos costumes. Assim, a função da ideologia é ocultar a origem da sociedade, (...) dissimular a presença da luta de classes, (...) negar as desigualdades sociais, (...) e oferecer a imagem ilusória da comunidade (o Estado) originada do contrato social entre homens livres e iguais. A ideologia é a lógica da dominação social e política.

Considerando que as práticas cotidianas em uma instituição educacional se desenvolvem em um movimento de divergências, conciliações, tensões, compreender esse movimento é entender a singularidade institucional, não para hierarquizá-la como superior ou inferior, mas para compreender seus rumos, caracterizando sua identidade.

Sanflice (2006, p. 20) destaca a relevância do estudo sobre as Instituições educacionais apontando que “se produz um trabalho com as instituições escolares para

⁷⁰Depoimento de Juarez Silva Sampaio.

⁷¹Depoimento de Elenilza Braga dos Anjos.

interpretar o sentido daquilo que elas formaram, educaram, instruíram, criaram, fundaram, enfim, o sentido da sua identidade e da sua singularidade”.

Ao buscarmos entender a história do IF Baiano – CSI sob a perspectiva de seus atores estamos buscando entender como se desenvolve o processo educativo. Saviani (2003a, p.86), acredita que a instituição educativa “propicia de forma sistemática, o acesso à cultura letrada reclamada pelos membros da sociedade moderna”.

Neste contexto, a forma principal e dominante de educação passa a ser a escolarizada. Consideramos nessa pesquisa a instituição educacional como um dos espaços destinados à educação formal, que é utilizada para difundir verdades construídas e manifestadas implícitas e explicitamente, beneficiando socialmente um grupo e tendo como finalidade a manutenção do poder. Entretanto, a instituição educacional pode produzir um discurso desmistificador, ou seja, outro poder, reestruturando as diretrizes ideológicas de dominação para a construção de uma sociedade mais justa, mais igualitária, promotora de oportunidades para toda sociedade.

3 CAPÍTULO III

A RELAÇÃO ENTRE O IF BAIANO – CSIE A COMUNIDADE ENVOLVENTE⁷²: DISSONÂNCIAS?

3.1 Por uma Dialética de Convergência/Divergência/Convergência – Uma Reconceitualização

A História é um processo e é nesse sentido que devemos entender a trajetória do IF Baiano – CSI. Dessa forma, foi necessário recorrer a determinantes legais anteriores ao funcionamento da instituição em 1996, a fim de compreender melhor sua configuração. Inicialmente, consideramos as legislações que nos pareciam ser as determinantes legais que serviram de base à organização institucional: a Lei nº 9.394/96 (LDB), os Decretos nº 2.208/97 e 5.154/04 e a Lei nº 11.982/08. Entretanto, os depoimentos dos atores que constituíram e constituem a instituição revelaram elementos que formam uma miríade de conexões entre o objeto investigado e o contexto que delineamos nos capítulos anteriores.

Assim, desta análise, verificamos a necessidade de retrocedermos ainda mais, chegando à Lei nº 5.692/71, ao Parecer nº 45 de 12/01/72 e ao Decreto nº 72.434 de 9 de julho de 1973, que cria a Coordenadoria Nacional do Ensino Agrícola (COAGRI). A COAGRI é o órgão que passa a organizar o Sistema de Ensino Agrícola Brasileiro com a implementação do Sistema Escola-Fazenda na Rede Federal Agrícola. Conhecê-la foi, portanto, necessário, uma vez que suas práticas permeiam a construção e a organização tanto administrativa quanto didático-pedagógica do IF Baiano – CSI, conforme discorreremos no capítulo I.

A busca pela compreensão dos processos de movimentação, adaptação, elaboração e reelaboração identitárias dessa instituição educacional e de suas representações e significações seguem para uma História da Instituição que faz perceber e elucidar essa unidade educacional não como simples resultado de forças históricas externas ou internas, mas pelas inter-relações construídas em suas práticas cotidianas, experimentadas por um corpo social que tem garantido papel ativo como atores na construção de sua própria história institucional e, conseqüentemente, na definição de sua identidade cultural.

Falar sobre instituição educacional como instituição social exige, necessariamente, situá-la em seu contexto histórico, a fim de revelar a trama social em que esta está inserida. Na história da educação brasileira a função desenvolvida pela educação sempre aparece vinculada às mudanças no sistema produtivo, uma vez que este interfere na estrutura organizativa da sociedade e a instituição educacional como parte dessa estrutura vê-se condicionada a tais mudanças.

Ao percorrermos a História da Educação Brasileira vamos verificar que esta está às voltas com inúmeras legislações que caracterizam seu sistema educacional. Essas legislações provocam reformas, alterações na forma de organização interna das instituições de ensino e, em relação à educação profissional agrícola, em especial, que

⁷²Comunidade envolvente é aqui entendida como o conjunto de atores sociais diretamente/indiretamente envolvidos com a instituição educacional: gestores, docentes, alunos/ex-alunos, técnicos (servidores administrativos) e responsáveis (pais/mães).

passou por sucessivas reformas em pouco espaço de tempo, as legislações devem ser consideradas como um dos elementos pertinentes quando se busca seu referencial identitário. Embora Giddens (2002) coloque que a identidade não é uma entidade passiva, determinada somente por influências externas, ao construir suas auto-identidades, os indivíduos provocam influências sociais institucionais e globais em suas consequências e implicações.

Sobre o caráter de mudança provocada pelas determinantes legais quando associadas à forma de gerir a instituição e aos demais atores envolvidos, Hall (2006, p. 14) associa-as “ao processo de mudança conhecido como ‘globalização’ e seu impacto sobre a identidade cultural.”

E esta se relaciona ao que Giddens (2002, p. 10-11) denomina de modernidade tardia em que:

Institucionaliza o princípio da dúvida radical e insiste em que todo conhecimento tome a forma de hipótese – afirmações que bem podem ser verdadeiras, mas que por princípio estão sempre abertas à revisão e podem ter que ser, em algum momento, abandonadas. Sistema de conhecimento acumulado – importantes influências de desençaixe – representam múltiplas fontes de autoridade, muitas vezes contestadas internamente e divergentes em suas implicações.

Diante disso, Hall (1987, *apud* HALL, 2006, p. 12-13), argumenta que:

O sujeito previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, esta se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas. Correspondentemente, as identidades, que compunham as paisagens sociais “lá fora” e que asseguravam nossa conformidade subjetiva com as “necessidades” objetivas da cultura, estão entrando em colapso, como resultado de mudanças estruturais e institucionais. [...] A identidade torna-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam.

Giddens, Harvey e Laclau (*apud* Hall, 2006), enfatizam que a natureza das mudanças do mundo pós-moderno é a descontinuidade, a fragmentação, a ruptura e o deslocamento numa linha comum, ou seja, as sociedades são atravessadas por diferentes divisões e antagonismos sociais que produzem uma variedade de diferentes posições de sujeitos, isto é, identidades. Dessa forma, as mudanças nas instituições educacionais, prescritas por determinações legais, não promoveram apenas alterações na estrutura organizacional administrativa e didático-pedagógica dessas instituições, mas, sobretudo, implementaram mudanças culturais.

O indivíduo deslocado, descentrado, imbuído de várias identidades, é o indivíduo que conjuntamente constitui a instituição educacional, que se vê em meio a uma diversidade de interesses, sobre a qual se abre uma brecha que, Bauman, chama de “crise de identidade”:

A ideia de identidade nasceu da crise do pertencimento e do esforço que esta desencadeou no sentido de transpor a brecha entre o “deve” e o “é” e erguer a realidade ao nível dos padrões estabelecidos pela ideia – recriar a realidade à semelhança da ideia. (2005, p. 26).

Nesse sentido, Hall (2006, p.12) afirma que “a identidade então costura o sujeito à estrutura. Estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos mais unificados e predizíveis”.

Na História da Educação da Rede Federal Brasileira, desde 1909 com a Escola de Aprendiz e Artífices, que objetivava “tirar crianças da rua”, até 2008 com a criação dos Institutos Federais, as instituições educacionais profissionalizantes passaram por diversas mudanças: de nomes, de atividades, de funções. Todas elas através de determinações legais. Assim, superado seu papel assistencialista, utiliza-se um conceito geral para a função social da escola pública que “atribui um papel consistente de socialização da cultura e ao mesmo tempo de contribuição para a democratização da sociedade (PARO, 2000, p.84)”. Destarte,

[...] quando falamos da instituição escola, da sua missão e das crenças em seu entorno, estamos de fato procurando revelar um mundo criativo e complexo. Esse mundo de complexidade se inicia na construção de sua própria identidade, havendo a necessidade de questionar sempre qual é de fato a sua verdadeira função para consolidar o desenvolvimento da sociedade.

A atenção ao estudo da história do saber que é produzido pela instituição educacional ou das aprendizagens, modelos pedagógicos, função, origem dos sujeitos, destinos sobre os futuros institucionais, revela-nos particularidades de cada instituição educacional e as prescrições legais tendem a desenvolver interpretações particulares, em consonância com as suas necessidades, objetivos e conveniências. (MAGALHÃES, 2004).

Tais interpretações adquirem significado como representação da instituição, como identidade institucional. Uma vez que provocam uma abertura interpretativa, podemos mencionar os conceitos de capital cultural e de *habitus*⁷³ como foram definidos por Bourdieu (*apud* MAGALHÃES, 2004, p. 115): “a configuração da apropriação na história de uma instituição educativa traduz-se, no curto e médios prazos, pelo conceito de aprendizagem e, a longo prazo, por um quadro mais amplo e subjetivo de integração e apropriação – *habitus*.”

A relação entre as instituições educativas e a comunidade envolvente estrutura-se numa abordagem cruzada dos planos macro, meso ou micro-histórico, por uma dialética de convergência/divergência/convergência e de uma reconceitualização espaciotemporal: o nacional/universal, o regional, o local. É nesse redimensionamento que as abordagens de tipo meso permitem representar com rigor e atualidade a instituição educativa como totalidade, em permanente relação e desenvolvimento. (MAGALHÃES, p.134).

Dessa forma, ao tratarmos do IF Baiano – CSI no campo da mesoabordagem fazemos emergir um processo investigativo que alarga o conhecimento sobre a história

⁷³O *habitus*, na acepção consagrada por Pierre Bourdieu, é uma competência prático-simbólica dos indivíduos, que corresponde a um compósito (estabilidade, progressão, novidade), cuja aquisição e desenvolvimento é por parte dos sujeitos educacionais uma compreensão dialética da realidade, com sentido reflexivo, mediada pelo campo cultural (saberes práticos e saberes teóricos), atualizado sob a forma de repertório cognitivo. MAGALHÃES, 2004, p. 33.

institucional para além dos aspectos econômicos, arquitetônicos, pedagógicos, indo, pois, em direção aos aspectos simbólicos, referentes às relações de comunicação e de poder, memórias individuais e memórias coletivas e relação educativa. Essa abordagem levanta questões de representatividade. Assim, “as instituições produzem uma representação oficiosa, assinalando em relatórios a sua imagem e o seu histórico junto ao poder central, da inspeção e do seu público alvo” (MAGALHÃES, 2004, p. 127).

A mesoabordagem é “um enfoque particular sobre a realidade educativa que valoriza as dimensões contextuais e ecológicas, procurando que as perspectivas mais gerais e mais particulares sejam vistas pelo prisma do trabalho interno das organizações escolares”. (NÓVOA 1995, *apud* MAGALHÃES, 2004, p. 133).

Aspectos importantes que consideramos ao investigar o IF Baiano – CSI referem-se ao estudo do espaço real da instituição, que vai revelar como se deu a organização do sistema de ensino brasileiro, uma vez que apontamos como homogeneizantes a implantação de políticas públicas, cujos processos desconsideram contexto social, comunidade envolvente e as linguagens de cada instituição. Desconsideram, ainda, que estas se apresentam em diferentes tempos e espaços, em função da complexidade das instituições educacionais que, na sua composição, encontramos uma diversidade de detalhes e particularidades que devem ser observadas nas reformas que exigem mudanças na instituição, principalmente, ao considerarmos que o poder estabelecido pensa que impõe aos indivíduos o “como fazer”, mas estes se apropriam e reinventa esse “como fazer”, fazendo instituir uma nova prática, outra linguagem. (CERTEAU, 2009).

PopKewitz (1997), ao tratar sobre reforma educacional, busca estabelecer a diferença entre reforma e mudança a fim de que os termos claramente entendidos possam nos fazer compreender quando da ocorrência de um, do outro ou de ambos no âmbito institucional. Dessa forma, a reforma acontece quando mobiliza os públicos-alvo e as relações de poder na determinação do espaço público. Ela abrange diferentes conceitos ao longo do tempo, em conformidade com o contexto histórico e as relações sociais. Já a mudança apresenta-se, à primeira vista, com caráter menos normativo e mais relacionada ao contexto histórico e social. Mudar significa entender a interação entre a tradição e as transformações como processos de produção e reprodução social. Além disso, implica atenção nas relações entre conhecimento e poder como estruturantes das percepções e práticas sociais. Esta última, caracterizam o que buscamos fazer ao tratarmos do IF Baiano – CSI.

Quando se coloca a questão das reformas educacionais apenas subordinadas à instância econômica e ao sistema político, dá-se pouca importância ao funcionamento geral das engrenagens do poder. Segundo Foucault,

pela direita o poder estava somente colocado em termos de constituição de soberania; e, pelo marxismo, em termos de aparelho do Estado. Ninguém se preocupava com a forma como ele se exercia concretamente e em detalhe, com sua especificidade, suas técnicas e suas táticas. Contentava-se em denunciá-lo no “outro”, no adversário, de uma maneira ao mesmo tempo polêmica e global: o poder no socialismo soviético era chamado de totalitarismo; no capitalismo ocidental, era denunciado pelos marxistas como dominação de classe; mas a mecânica do poder nunca era analisada. (...) a partir das lutas cotidianas e realizadas na base com aqueles que tinham que se debater nas malhas mais finas da rede do poder. (FOUCAULT, 1979, p.6)

Foucault contribui, assim, para que também o IF Baiano – CSI seja compreendido para além do discurso de posição de “situação” e de “oposição”, à medida em conduz à compreensão de como o poder, suas técnicas e táticas operam em rede na instituição.

Para Magalhães (2004, p.66):

A pedagogia institucional não consigna apenas à instituição enquanto espaço físico, caracterizado por uma determinada arquitetura; alarga-se ao grupo e às representações que subjazem aos intervenientes na relação educativa, bem como aos projetos de vida que a relação dos sujeitos com a instituição permitiu idealizar e tornar realidade. A identidade dos sujeitos, suas memórias, destinos e projetos, como a memória e a representação da instituição, cruzam-se e fecundam-se mutuamente enquanto construção histórica. A apropriação é, por consequência, o resultado da ação, por parte dos sujeitos – um processo não forçosamente imediato à ação.

É justamente a partir da identidade dos sujeitos, de suas memórias, de seus destinos e projetos, que buscamos explicitar os elementos constituintes da construção identitária do IF Baiano – CSI, como resultado daquilo que foi apropriado pelos atores, ou seja, como sua reconceitualização. Desse modo, é a partir da construção cotidiana realizada pelos atores sociais que compõem a instituição educacional que buscamos a percepção que esses possuem sobre o IF Baiano – CSI. Cabem-nos desvelar como pensam o papel social da instituição, os aspectos legais, impactos e seu grau de conhecimento sobre os processos de mudanças.

Os discursos presentes nos depoimentos explicitam a razão de um diferencial entre a política educativa projetada e legislada e os resultados sobre as práticas reais cotidianas. Nesse sentido, os depoimentos de três ex-diretores são elucidativos:

Eu entendo que a escola veio para cumprir seu papel social, não só junto ao município de Santa Inês, mas, também junto aos diversos municípios que compõe, principalmente, o Vale do Jiquiriçá. O município de Santa Inês cresceu, a gente tem uma estrutura melhor de supermercados, proporcionou oportunidade de emprego aqui na escola. É muito importante na formação de técnicos. Houve mudanças, toda mudança ela remete a alguns ajustes, gera desconforto, porque quando se traça um planejamento, principalmente, pedagógico, com diversas reuniões, com decisões e etc., e vai levar adiante aquele modelo e quando vem a mudança, todos ficamos, assim, pensativos e traz transtornos, até se adaptar novamente a essa realidade, vem outra mudança, fazer um novo trabalho, uma readaptação.⁷⁴

A verdade era que deveria atender um público muito maior de escolas da zona rural do que da própria cidade e isso não aconteceu em função do exame de seleção que era dirigido mais para o aluno da cidade. A escola de Catu foi quem sempre deu apoio à gente na elaboração do projeto pedagógico, essa parte assim de grade curricular, matriz curricular, Catu sempre teve agropecuária. No início o papel da instituição foi muito importante, acho que a comunidade abraçou,

⁷⁴Depoimento deNatanaildo Barbosa Fernandes.

achavam que aquilo seria um sonho muito alto para aquela região. O governo autorizou que funcionasse como ensino médio e aí foi uma preocupação bastante grande porque teve problema, o ensino médio nosso sempre foi uma referência até mesmo em nível de Brasil, é um ensino de qualidade e os alunos que estavam ingressando nessa escola eles tinham uma tendência muito mais para o ensino médio visando um vestibular do que na realidade ser um técnico, tanto que quando abriu essa possibilidade, que o aluno podia fazer a opção de fazer só o médio, muitos abandonaram o ensino técnico e ficaram apenas para concluir o ensino médio.⁷⁵

Atender aos estudantes unindo a prática à teoria ou dando as duas ao mesmo tempo, era o objetivo maior, era o aprender a fazer, fazendo, era o lema, aprender a fazer fazendo. O objetivo era dar um curso integrado, o estudante ingressava na instituição para fazer o curso técnico em agropecuária e o ensino médio também, com o decreto 2.208 a gente tinha quase todo tipo de modalidade, tínhamos o curso integrado, tínhamos a concomitância interna e a concomitância externa.⁷⁶

O cargo de diretor do IF Baiano – CSI é um posto de representatividade política bastante evidente, que confere prestígio a seu ocupante. Isso nos ajuda a entender os motivos pelos quais a aceitação pelas pessoas sobre a funcionalidade do IF Baiano – CSI enquanto propulsor de progresso, conforme identificamos nos relatos. Sobre a função social da instituição, o caráter funcionalista⁷⁷ é destacado quando esta significou desenvolvimento estrutural para a cidade, emprego para as pessoas da região e não lhe imputam o caráter cultural, de conscientização política e organização social que também lhe são inerentes.

Nos depoimentos, várias assertivas são reveladas: integração entre os municípios do Vale do Jiquiriçá, em função da instituição atender com seus serviços alunos de outros municípios além de Santa Inês, promotora de desenvolvimento econômico, possibilidades de novas frentes de trabalho, formação de técnicos para a área agrícola e zootécnica, associação entre teoria e prática, além de funcionar como canal de visibilidade e “status” à cidade de Santa Inês.

Sobre as reformas em virtude das determinações legais, as falas revelam que estas provocam transtornos, desorganizam o planejamento já existente. Entretanto, percebemos que são vistas como naturais e positivas, porque ampliam possibilidades institucionais, trazem progresso. A relação dessas reformas com os aspectos legais é somente de obediência, de maneira que não fica evidente o confronto entre as interrupções e/ou continuidade das reformas como implicações nas relações de conhecimento e de poder. A legitimidade que está instituída socialmente é recebida como inquestionável e vantagens são percebidas sem que sejam associadas ao seu contexto e efeitos sociais.

Diante disso, fica claro porque a noção de progresso aparece como resultado de um trabalho que melhore a condição social das pessoas a partir do desenvolvimento de bens materiais: a instituição educacional oferece as condições para isso e os atores são responsáveis pela materialização disto.

⁷⁵Depoimento de Nilton Santana dos Santos.

⁷⁶Depoimento de José Henrique Dias dos Santos.

⁷⁷Funcionalismo aqui é entendido como atendimento a função estrutural, de necessidades. Os funcionalistas relacionam a instituição educacional como reprodutora do consenso.

Nos depoimentos dos docentes encontramos referência a conhecimento e poder político. A função do IF Baiano – CSI não atendia às necessidades sociais, mas, contrariando a percepção dos ex-diretores, foi implantada na instituição uma política compensatória, de mobilidade social, que assegurava a reprodução do poder. Vejamos o relato do professor Juarez Silva Sampaio:

Quando eu cheguei à escola era Agrotécnica, ela tinha características de ensino agrônomo e zootécnico, ela utilizava técnicas da agricultura e da zootecnia, mas gerenciaram a escola dentro da possibilidade estritamente de poder ter uma ascensão para algumas pessoas. Eu não conseguia ter clara a função da escola, as pessoas que estavam à frente diziam vamos trabalhar nesse sentido e eu não conseguia ver isso, não tem uma diretividade. De um lado a gente vê uma escola que quer um ensino técnico, mas não voltado ao ensino técnico, mas voltado à universidade, por outro lado a gente vê um ensino que não é médio e nem técnico, é um ajuntamento que a gente não sabe o que dá. Isso vem acontecendo e se solidificando a cada dia. A qualidade está só no discurso, a escola tem estrutura para oferecer educação com qualidade, mas está deixando a desejar em função da falta de objetivos. Há um distanciamento da escola com a cidade.⁷⁸

No que se refere a reformas e mudanças o referido professor declara que:

A primeira mudança que acompanhei foi a do Decreto 2.208 que você poderia ter a concomitância externa, poderia optar dentro da própria instituição pelo ensino técnico ou pelo ensino médio. Foi um decreto que abria para várias possibilidades. Os estudantes não queriam o ensino técnico, principalmente o agrônomo e zootécnico, porque eles não vislumbravam empregabilidade e foi estabelecida também a cultura do vestibular na região, essa escola veio como a escola do acesso a universidade, de passar em vestibular, antes os estudantes começaram a optar só pelo ensino médio, começou a cair o ensino técnico drasticamente, sem contar que com isso começou a ficar veiculado uns discursos que a escola não poderia mais oferecer alojamento, iam cortar orçamento, alimentação, iam ter vários cortes, começou todo esse discurso também, esse foi um impacto muito forte desse decreto (...). Agora na transformação para IF, para Instituto federal, tem de ter mais desdobramentos, desse decreto que praticamente a gente não tinha muita informação, a gente não tinha leitura, as discussões dele só começaram aqui em 2008, já para 2009, quando já estava bem consolidado em outros lugares, aí começou as discussões aqui, a gente não tinha informação quase nenhuma, a internet aqui não chegava, pouca informação, aí o que acontece, prevaleceu ele, a gente entrou no decreto 2.208 meio sem saber o que estava fazendo, entramos, ainda facultava não entrar, ficar com o velho, como sempre foi, como foi, também, agora, quando a transformação para o IF, para o instituto federal, também facultava ficar com o outro mais antigo, e a gente sempre entrando na modernidade, nessa modernidade, entrando como?

⁷⁸Depoimento citado.

Ainda sobre as mudanças o professor passa a retratar a mais recente, que ele também esta vivenciando na instituição e demonstra discordância de como estas acontecem, sobre quais discursos e poucos esclarecimentos:

Essa mudança que saiu do 5.154 para o decreto que vem estabelecer os institutos federais, a lei que vem estabelecer os institutos federais, houve uma certa diplomacia em aceitar ou não, a direção convidou todos os funcionários para ir a um auditório, nesse auditório foi colocada a votação para a possibilidade ou não da entrada da escola no regime de instituto federal, abriu-se a votação só tiveram três votos contrários, eu fui um dos votos⁷⁹ contrários a entrar nesse instituto, nessa questão de instituto e a gente pode até justificar por várias situações que a gente sabe que realmente a escola funcionaria do mesmo jeito, continuaria funcionando. [...] mas o que foi o principal discurso era o discurso capitalista mais uma vez, o discurso do capital, se a gente não entrar nos vamos ficar de mala e cuia na mão, não vamos ter dinheiro pra isso, não vamos ter dinheiro pra aquilo, não vamos ter dinheiro, não vamos ter dinheiro, um discurso meramente capitalista, não foi assim: a gente vai entrar porque a gente quer que a escola se transforme num grande local da ciência, a gente quer que a escola se transforme num local onde a gente vá ter um referencial científico de qualidade, laica, uma escola pública, pra todos, onde a gente possa dar acesso ao filho do produtor, ao filho do pedreiro, do trapicheiro, do alfaiate, do sapateiro, acesso a escola e que possa chegar a ter um nível acadêmico igual a qualquer um outro, eu não vi esse discurso, eu vi o discurso seguinte: se não entrar a gente não vai ter dinheiro. Olha tratar a escola com dinheiro, gente é mesmo que tratar aí, você esta tratando erradamente, tratar escola, você tem que tratar escola do ponto de vista acadêmico, conhecimento, até porque a gente sabe que conhecimento às vezes não precisa nem de dinheiro.⁸⁰

Vemos que no IF Baiano – CSI as reformas e mudanças são legitimadas pelo discurso de verdade de quem gere, sobrepondo-se em virtude da total incapacidade de resistência de quem é gerido, neste caso, dos docentes. A mudança é colocada pelos gestores na perspectiva de que “um mundo melhor surgirá”. Não são colocadas questões como: Em que se constituem as reformas? Quais os seus significados variáveis ao longo do tempo? Como são produzidos esses significados? As reformas são incorporadas à função da instituição como controle social ou emancipação institucional? Diante disso, o mesmo professor aponta:

[...] a gente tem que entender como é que funciona esse mecanismo do consumo, esse mecanismo de relação de capital, de poder, isso tudo esta dentro da economia, porque a gente se submete a tanta situação para ter um carro, para poder ganhar um dinheirinho a mais, porque se submete a isso? Economicamente é questão da troca de bens que o capital estabelece e a gente, eu acho que uma escola ela não tem esse papel, a escola, ela tem um papel social, um papel de desenvolvimento das pessoas e da qualidade de vida, os valores, a justiça, a igualdade, essa é o papel da escola, eu não entendo uma escola que não tenha

⁷⁹Ver anexo I. Ata de reunião no IF Baiano CSI para discutir a proposta de adesão para transformação em Instituto.

⁸⁰Depoimento do professor Juarez Silva Sampaio.

esse papel não, uma escola que só tenha um papel ou que bota só nos seus discursos ou nos seus objetivos de plano de curso, ou de plano de aula, ou de planejamento pedagógico, ou de planejamento institucional a questão da cidadania, da justiça, da ética, e tal, que vem tudo isso, e não prática, aí que vem aquela lacuna entre teoria e prática, escola tem que estreitar mais aí e juntar teoria e a prática e fazer dela uma só, tanto a prática quanto a teoria é muito boa, tanto a teoria quanto a prática é muito boa, e se puder fazer as duas juntas, melhor ainda, esse é o papel da escola, é a escola que eu penso para o futuro.⁸¹

“É a escola que eu penso para o futuro”. Com essa frase, o professor caracteriza uma das finalidades em se investigar instituição educacional na perspectiva da mesoabordagem, pois conseguimos identificar nos atores envolvidos com a instituição sua projeção de futuro.

A trajetória pessoal dos atores envolvidos aparece no discurso do professor Jovan de Jesus, diretamente relacionada à trajetória do IF Baiano – CSI. É importante assinalarmos isso, visto que a compreensão dessa história, dessa relação, emite informações de como se davam as práticas no interior da instituição e como são marcantes na construção identitária institucional do IF Baiano – CSI.

Eu não conhecia Santa Inês, já tinha ouvido falar na cidade e era uma época que não tinha perspectiva na minha área, não estava surgindo concursos e era o primeiro concurso que eu fazia para professor, eu não tinha interesse inicialmente de ser professor e só depois do mestrado, eu tinha recém concluído o mestrado é que eu fui despertar a possibilidade de vir a fazer um concurso público para professor, mas não era meu interesse inicialmente, sempre tinha perspectiva de trabalhar ou como extensionista ou talvez até como pesquisador, mais como extensionista do que pesquisador. Então fiquei sabendo do concurso muito próximo já da realização, acho que no início de 96, mais ou menos em fevereiro, alguém comentou que haveria um concurso da Escola Agrotécnica de Santa Inês, e a partir daí, até meu irmão já tinha falado: “porque você não faz o concurso para professor”? Eu disse assim: o primeiro que tiver eu vou fazer, e aí foi quando surgiu realmente, tinha a informação que haveria depois a confirmação que as inscrições seriam abertas em abril, a gente tá próxima de completar 15 anos, acho que abriu no dia 23 de abril, pronto, vim fazer, eu e mais alguns colegas viemos fazer a inscrição e esse foi o meu primeiro contato com Santa Inês, com o local, passei a conhecer Santa Inês no dia da inscrição, feita a inscrição, o concurso foi logo em seguida, aconteceu em 5 e 23 de maio as duas etapas, a primeira etapa foi feita aqui em Santa Inês mesmo e a segunda etapa em Catu, e a partir daí veio a aprovação, eu fiquei em primeiro lugar naquele concurso e pra mim foi uma alegria enorme, apesar nunca ter pretensão em ser professor, mas, passar num concurso público, diante da concorrência que aconteceu naquele momento, pra mim foi uma satisfação enorme. A partir daí se abriu um novo horizonte pra mim. Eu acho que é um desafio, eu encarei aqui como um desafio, tanto porque eu nunca tinha trabalhado anteriormente, não tinha nenhuma

⁸¹ *Ibid.*

experiência como professor, estava vindo para uma região que eu não conhecia, não tinha nenhuma informação e a gente tinha ali que já iniciar o ano letivo, já para começar no dia 17 de junho, já com aula e a gente começou, começamos, e aqui o novo desafio foi o próprio funcionamento. [...] Eu imagino que alguém tenha imaginado que a escola seria importante para o desenvolvimento dessa região, naquele momento para mim não ficou claro o que se pretendia aqui, a não ser que era um curso de formação de técnicos em agropecuária. A gente está aqui há bastante tempo e não tem um trabalho feito com a comunidade.⁸²

Esse completo desconhecimento dos docentes sobre como se daria a estrutura e funcionamento da instituição, denota um processo de marginalização dos mesmos no que diz respeito aos trâmites e decisões que definiriam a construção identitária do IF Baiano – CSI. Trata-se de um complicador na construção inicial da instituição, pois deixa brechas para condução da base organizacional da instituição conforme entendimentos próprios, interesses de um único grupo, de um grupo que possa estar conduzindo, também, sem a menor consciência do que seja necessário à instituição e à comunidade em que está inserida. Outro elemento importante é a falta de informação/conhecimento e formação inicial e continuada para os docentes que são inseridos em uma modalidade educativa pouco conhecida. A fala do professor Jovan de Jesus é emblemática:

[...] Foram mudanças, assim, muito rápidas, foram mudanças sucessivas, então a escola, lógico, ela não tinha se organizado ainda, talvez, para funcionar de uma forma e logo em seguida ela já tinha que iniciar de outra maneira, acho que mudanças, assim, sucessivas, acabam atrapalhando até porque a gente não tinha, inicialmente, definido esse objetivo, eu acho que o direcionamento se a gente tivesse apontado quais seriam esses objetivos, tivessem bem claros, qual é a proposta da escola de funcionar, acho que isso teria ajudado ao funcionamento da escola desde o início e talvez ela pudesse se ajustar melhor as mudanças, acho que as mudanças foram obrigando a escola a sofrer ajustes sem ela ter definido inicialmente qual era seu objetivo principal, ou quais eram seus objetivos, eu vejo dessa maneira, eu acho que é importante que a escola defina qual e a sua proposta, para qual ela foi instalada aqui, se não foi definida inicialmente, então que se defina, agora o quanto antes essa definição acontecer acho que mais fácil será o funcionamento ou talvez os ajustes que ela possa fazer, porque ela vai direcionar exatamente os ajustes para atender aos seus objetivos. E agora, recentemente, com a criação do IF Baiano, passando até a oferecer cursos de nível superior, então aumentou ainda mais as suas obrigações, as demandas aumentaram ainda mais e ela ainda estava no processo de estruturação dos próprios cursos técnicos, não tinha ainda aqui, assim, tem ainda carências na sua estrutura, até mesmo para atender aos técnicos, ao curso técnico. No momento que você cria um curso superior essa demanda, e aqui foram criados três cursos ao mesmo tempo, então para a escola que ainda não estava estruturada, ainda sem os laboratórios, sem um aumento no número de salas de aula, sem ampliação de sua biblioteca, de uma hora para outra você passa a

⁸²Depoimento de Jovan de Jesus.

oferecer uma maior quantidade de cursos, chegada de um maior número de alunos, praticamente dobrou já o número de alunos, certamente ela vai sentir ainda mais, as carências serão sentidas ainda em maior intensidade, então a gente não sabe até quando a gente vai ter que correr atrás dessa, a gente esta numa defasagem das necessidades em relação a estrutura que a gente tem para oferecer aos cursos, a gente vai ter que correr para poder atender, para poder ajustar, isso no tempo, a gente não sabe exatamente, quanto tempo a gente vai estar com uma estrutura capaz de atender o que já tem hoje, no momento, em termos de curso técnico, se, agora, de cursos do nível superior.⁸³

As lembranças do professor Jovan de Jesus aparecem em total consonância com os relatos do professor Juarez Silva Sampaio, quando se trata da definição de objetivos para o IF Baiano – CSI, e deixam evidente que a falta desses objetivos e orientação sobre esses veem comprometendo o desenvolvimento institucional. Percebemos um movimento de convergência nas percepções de um grupo, ao mesmo tempo que divergem das percepções de outro grupo. Esse movimento é definidor do que realmente é instituído.

[...] A gente começou realmente do zero, pegamos as primeiras turmas, os alunos, eles também, acho que muitos não tinham esse regime de ter aula durante o dia inteiro, pela manhã e a tarde, eles reclamavam bastante por conta da atividade prática, principalmente no início que não existia mão de obra praticamente, era reduzida a mão de obra, para dar suporte, também, nas atividades os alunos tiveram que fazer muita coisa nesse início, mas foi bastante interessante, pra mim foi bastante enriquecedor, assim, a nível de experiências mesmo, de conhecimento, que passei a adquirir com o convívio aqui com os colegas professores também, alguns até vindos de escolas Agrotécnicas, os professores da área da zootecnia, por exemplo, os demais colegas, também, do nível médio, o contato com os alunos, eram, não só dessa região aqui, eram de diferentes regiões também que vieram. Inicialmente não tivemos nenhuma definição, a gente não seguiu, pelo menos não recorde de ter tido nenhuma orientação no sentido que a escola iria funcionar ou que ia seguir um determinado modelo, foi para começar [...]. Na verdade, aqui é um curso técnico, sou técnico agrícola, tenho formação, sou agrônomo, já tinha feito mestrado, então pelo meu conhecimento das informações que eu tinha, das necessidades que você tem, que um técnico agrícola tem, eu me baseei na informação que eu tinha, anterior, para direcionar aquilo que eu poderia fazer, no curso, pelo menos inicialmente, já que a gente não tinha orientação, baseou mesmo na minha experiência anterior, na minha formação como aluno, não professor, porque eu não tinha experiência como professor.⁸⁴

O depoimento do professor é muito revelador quando refletimos sobre o lugar ocupado pela educação no Brasil, independente de esfera de poder. No caso do IF Baiano – CSI, da Rede Federal, denuncia o descaso e a falta de comprometimento com

⁸³Depoimento de Jovan de Jesus.

⁸⁴Depoimento citado.

a qualidade da educação oferecida; qualidade que não foi observada desde a criação, localização, funcionamento e organização pedagógica. E o professor continua:

[...]A estrutura, como eu falei, existia estrutura de prédios, a instalação estava montada, a instalação em termos de prédios, de galpões, e algumas coisas ainda por serem feitas, por exemplo não existia agroindústria, a biblioteca ainda funcionava provisoriamente em salas de aula, estava em construção, a estrutura não estava completa, muita coisa ainda não funcionava adequadamente, apesar de existir as instalações, os galpões, como eu falei, não existia ainda os animais, ainda não tinham sido adquiridos, então ela foi sendo montada com o próprio funcionamento, a partir daí é que começou realmente a estruturar , então a compra dos animais, a instalação da horta, de algumas culturas, então a partir daquele momento é que começou a decidir com a equipe que estava ali, no meu caso ligado diretamente a CGPP, tinha uma pessoa que veio de Catu, que tinha experiência lá, Heráclito, que era técnico agrícola, e que naquele momento respondia pela coordenação de produção e pesquisa(CGPP) e aí os três primeiros professores, eu, da área de agricultura, e mais dois colegas, Willams e Asdrubal, eram os professores da área da zootécnica, inicialmente formou o começo, a equipe técnica para iniciar o trabalho de campo, aí logo em seguida aconteceu um concurso, aí parece que passou Diógenes, e aí foi chegando o pessoal, outras pessoas da área técnica, além disso a gente contava com algumas pessoas terceirizados, que ajudavam na parte de campo, mais ainda era muito pouco, assim, profissionais ligados, então foi onde realmente para começar, apesar de já existir alguma coisa de estrutura, um desafio muito grande , porque você começar nessa perspectiva de formação de técnicos, mesmo a gente já tendo uma experiência por já ter feito curso técnico, por já ter feito agronomia, já ter uma noção como aluno, eu não tinha uma experiência como professor, pra mim, apesar de que outros colegas já tinham tanto a experiência como alunos, como eles, tinham, alguns colegas, tinham curso de Ciências agrárias, eles tinham feito licenciatura, então eles já conheciam, de alguma forma, eles já conheciam, quando eu fiz o concurso era permitido porque eu tinha o mestrado, e foi exigido o mestrado, então para eu poder fazer o concurso.⁸⁵

Espera-se da Educação Profissional, o que não se espera de outras modalidades que não têm essa natureza: um retorno social importante. Costuma-se cobrar muito desse tipo de instituição, devendo o resultado do seu trabalho ser notório, principalmente para a comunidade na qual ela está inserida, sob pena de perder sua importância e o respaldo social tão necessário ao seu movimento enquanto instituição educacional. Assim, cabe-nos tomar conhecimento de como se estabelece essa relação e em que condições são relevantes:

[...] Eu acho que a escola ficou distanciada muito tempo da cidade, acho que ela poderia desde o início ter uma interação maior com a cidade, acho que principalmente a parte de extensão, que a escola poderia fazer um trabalho de extensão desde o início e realmente os primeiros anos, eu não recorro de tem feito nenhum trabalho

⁸⁵Depoimento deJovan de Jesus.

relacionado à escola, a gente sentia essa carência, tanto é que em 2003, então já tinha passado aí bastante tempo, muitos anos, a gente decidiu fazer um trabalho voluntário na cidade, que a gente chamava projeto fundo de quintal. [...] A gente começou a discutir o que poderíamos fazer, via-se que era uma cidade com bastante carência, as pessoas não tinham alternativas de trabalho, muita gente vivia ou da aposentadoria ou aquelas pessoas ligadas a prefeitura, por exemplo, e a escola, a gente não via uma participação da escola para tentar mudar essa realidade, eu acho que pelo tempo que ela já tinha iniciado as atividades, tinham iniciado a alguns anos, eu acho que já poderia ter sido feito alguma coisa de concreto. Aí nos partimos então para esse projeto. O projeto, então, um trabalho voluntário, que as pessoas, tiveram a participação de alguns professores, também convidamos alguns alunos, ex-alunos, e começou a ter contato com algumas pessoas da comunidade, nós nos reuníamos na casa Cáritas, foi cedido pela igreja, fazíamos reuniões semanais, começamos a discutir lá, então com esse grupo, formou um grupo de pessoas e buscamos ali identificar na cidade, na comunidade, os bairros onde tinham pessoas mais carentes que a gente pudesse fazer lá junto com eles implantação de hortas domésticas para melhorar a nutrição das pessoas, desenvolver, diminuir o ócio, que as pessoas realmente tinham, mas a gente sabia que elas tinham potencial, até porque, certamente, muitas pessoas que moram nas zonas suburbana, na periferia das cidades, elas são oriundas do campo e que foram para a cidade porque não tinham nenhuma perspectiva, elas achavam que na cidade iriam encontrar alguma coisa e acabaram não encontrando e foram acomodadas, ficaram acomodadas, algumas faziam o que as pessoas costumam chamar de biscate, aquela coisa de trabalho informal, sem registro, que é pontual, faz um dia, não sabe quando vai ter, então iniciamos a partir daí, um trabalho, que foi um trabalho bastante gratificante também, fazíamos nos finais de semana, íamos aos domingos, sábados, domingos, antes de tudo visitamos as comunidades para saber do interesse das pessoas, se elas estão pré dispostas, que era um trabalho, a gente fez questão de ressaltar que não tinha ligação com partido político, nem era ligado a prefeitura, porque sempre, em alguns momentos as pessoas se utilizam de algumas estratégias para poder chegar próximo e tirar algum proveito disso, e a gente quis mostrar para eles que o interesse realmente era de desenvolver uma atividade que eles poderiam participar e a única coisa que eles precisavam ter era a disposição para acompanhar o trabalho, ter alguém da família que pudesse participar junto, a gente ia mostrar como é que fazia.⁸⁶

Ao relatar as primeiras tentativas de inserção dos profissionais da instituição, por iniciativa própria destes, na comunidade, reflete a consciência dos docentes dessa necessidade e até de considerarem ser essa, também, a função social da instituição. E o professor continua:

A escola só mais tarde que nos trouxemos para aqui que ela poderia participar também, a gente trouxe essa informação de que a gente já tinha iniciado um trabalho na comunidade, chamado projeto fundo de

⁸⁶ Depoimento de Jovan de Jesus.

quintal e a escola de alguma forma, ela poderia dar suporte fornecendo pelo menos alguma coisa de material, esterco ou tentando envolver os próprios alunos, porque já existiam alunos, a gente fez aqui durante um, não recordo, teve uma semana, teve um evento aqui que a gente trouxe alguns, pessoas que participavam do projeto, algumas pessoas das comunidades que vieram aqui, deram depoimento, fizemos painéis com os alunos e aí houve, com fotografias, divulgando esse projeto para tentar envolver mais pessoas também, tentando interagir realmente, fazer aquela interação da escola, tentando fazer de alguma forma. Houve aqui um reconhecimento de que alguns professores estavam fazendo um trabalho na comunidade que isso era importante, uma coisa assim, mas coisa assim concreta mesmo, de um suporte maior a gente não teve não, continuou sendo um trabalho voluntário como antes.⁸⁷

Quando passam a perceber a função social do IF Baiano – CSI para além dos muros da instituição, os docentes passam a atuar nessa direção. Sobre a atuação nesse processo, o professor Jovan de Jesus relata:

[...] Um grupo de professores aqui com conhecimentos em várias áreas que já poderiam estar ajudando a comunidade também, depois de algum tempo a escola começou a oferecer, acho, teve uma época aí de um projeto, não me recordo, de um financiamento que veio, acho que foi recursos do FAT, aí foram oferecidos alguns cursos, acho que foi a primeira iniciativa, veio esses recursos, foram oferecidos, que eu recorde foi a primeira iniciativa, veio financiamento então foram oferecidos por alguns professores, cursos, algumas oficinas, algumas coisas assim, para treinamento de pessoas da comunidade. Foi o primeiro grande evento que envolveu escola e comunidade, que foi financiado com recursos do FAT.⁸⁸

O que antes era apenas voluntário de um grupo de servidores da instituição passa a ter pequena participação institucional. A instituição insere-se na comunidade com outro projeto, financiado.

Depois disso, assim, teve alguns trabalhos esporádicos, assim, eu lembro de alguns professores começaram com os assentamentos, começaram a fazer visitas aos assentamentos para ver se poderia ser feita a assistência para essas comunidades, novamente iniciativa de professores, que eu recorde, só que alguns professores buscaram junto a própria instituição suporte até porque o professor tinha que fazer deslocamentos para fazer visitas as comunidades, a tentativa de levar alunos também e é um trabalho difícil que você precisa realmente de ter uma estrutura montada, tem que ter uma pré disposição para fazer, trabalhos como esse que envolve as pessoas.⁸⁹

A fala do professor cobra da instituição uma maior integração com a comunidade, o que já se sabe serem viáveis, proveitosos e até exitosos, em função de já se ter iniciado um trabalho.

⁸⁷Depoimento citado.

⁸⁸Ibid.

⁸⁹Ibid.

São trabalhos possíveis de serem feitos, tem pessoas aqui que podem ficar para desenvolver trabalhos junto com as comunidades, mas precisa realmente de estar estruturado, inclusive tem que ter planejamento, a hora que tiver o planejamento, a definição de que tipo de assistências a escola pode fazer, de que tipo de trabalho de extensão, atividade pode ser feita, uma discussão com o grupo de professores das várias áreas, nesses quase 15 anos muito pouco foi feito, acho que poderia ter sido feito muito mais, em junho/2011 a gente está completando 15 anos de funcionamento, em quinze anos a gente já tem aí uma década e meia, já podemos falar, já é um tempo razoável vamos dizer assim para já se ter sido feito um trabalho concreto, já se ter resultados inclusive para divulgação, assim a nível de, para outras comunidades ou a nível de Bahia e a ter a nível de Brasil para se mostrar que dentro de uma região de semi árido ou aqui dentro no Vale do Jiquiriça que você tem diferentes ambientes com diferentes características, pode ser feito trabalhos importantes, interessantes que vai levar certamente ao desenvolvimento da região, a melhoria da qualidade de vida das pessoas, acho que assim para uma instituição como a nossa, acho que ela fica, restrita a questão do ambiente interno dela, na questão das aulas, da formação, dos cursos, acho que isso aí é pouco para uma instituição como essa, felizmente, assim, a gente já vê que, agora, recentemente, o projeto Mãe Terra, um projeto que surgiu, o interesse de uma comunidade, de algumas comunidades aqui próxima do entorno e que vieram buscar na escola esse suporte e que felizmente houve a formação de uma parceria, e hoje, efetivamente já existe, tem um trabalho mais concreto de extensão, a gente pode falar dessa experiência, eu tenho, estou participando desse projeto, a gente vê que é um projeto que já mostra resultados. Eles implantaram nessa região cultivo de pinho para produção de madeira e foi explorado isso por uma empresa particular, foi explorado por bastante tempo e depois essa empresa fechou e as pessoas que trabalhavam ali ficaram sem opção, inclusive as áreas que foram adquiridas pela empresa hoje estão abandonadas, estão em processo de degradação, despertou na comunidade a vontade de desenvolver alguma coisa que pudesse dar sustentação a elas porque elas ficaram sem uma alternativa, praticamente, de trabalho, elas a partir dessa necessidade, acho que de uma discussão deles mesmos, eles viram que se eles se reunissem para discutir os problemas deles, levantar as demandas, eles fossem, talvez, a busca de parceiros, de alguma ajuda, eles pudessem resgatar a condição deles de produtores rurais que estavam pouco. Eles vieram através de uma pessoa, não recordo agora o nome dela, uma senhora lá, tipo uma representante, ela foi a busca, ela cedeu a área, acho que ela tinha na propriedade dela para que formasse ali, desse o ponto de partida, onde as pessoas pudessem se reunir, onde pudessem ser realizados cursos, e então ela foi atrás dessas parcerias, então conseguiu isso através de uma organização não governamental, acho que a REDES, veio até a escola e então a partir daí foi feita, elaborada um projeto de desenvolvimento para essas comunidades, a partir daí iniciou-se esse trabalho, então já tem aqui a participação, no caso, da escola, participação de alguns professores, de diferentes áreas, tanto da agricultura quanto da zootecnia e reuniões e cursos, me parece que já existem resultados, acho que já podem ser apresentados, por sinal já esta sendo feito esforços no sentido de estender, de aumentar o período do projeto,

acho que esta terminando o projeto, se não me engano, acho que tem validade por um ano e agora estão tentando renovar a validade do projeto por mais um ano ou dois anos.⁹⁰

São assinaladas as características agrícolas da instituição e das possibilidades destas serem ampliadas se trabalhados com a comunidade que, também, é de natureza agrícola, entretanto, isso é ofuscado pela falta de diretividade e de clareza sobre sua função. O interesse que fica claro para o professor Juarez Silva Sampaio, por exemplo, é que gerenciaram a instituição “dentro da possibilidade estritamente de poder ter ascensão para algumas pessoas”⁹¹, marcando as relações de poder. Menciona, também, a dualidade do ensino, em virtude da falta de clareza sobre os objetivos da instituição, sendo a escola técnica, mas o ensino voltado para preparar o estudante para a universidade. O distanciamento da escola com a comunidade é enfatizado. Sobre as mudanças provocadas pelo Decreto nº 2.208, o professor entendeu que abriu possibilidades, pois os alunos não queriam o ensino técnico em virtude de não visualizarem emprego na área. Fortalece-se ainda mais as distâncias entre o ensino técnico e médio e os alunos passam a trancar a matrícula do ensino técnico, cursando apenas o médio.

Sobre o funcionamento dos cursos durante esses quinze anos de funcionamento, decorrente das reformas prescritas em um primeiro momento pela Lei nº 9394/1996, Decreto nº 2.208/97, Parecer nº 16/1999, em seguida pelos Decretos nº 5.154/2004 e nº 5.840/2006, e agora, pela Lei nº 11.892/2008 (Quadro 4 e Quadro 5), os relatos demonstram que os docentes tinham conhecimento das mudanças, porém não sabiam explicar porque se davam e como funcionavam. Para o professor Jovan de Jesus:

[..] Inicialmente o curso da escola funcionou integrado, o curso era integrado, depois é que passou a ser: o aluno poderia fazer médio e técnico com duas matrículas, na verdade, o aluno fazia duas matrículas e era como se o aluno fizesse dois cursos em separados, fazia médio e técnico ou poderia ser concomitante ou subsequente, os alunos tinham, inicialmente se chamou de modular, alguns até ou o que já tinham feito o curso, 2º grau, ou que estavam cursando em uma outra escola, ou até em outro município poderia vir fazer só a parte técnica, funcionou dessa forma.⁹²

⁹⁰Depoimento de Jovan de Jesus.

⁹¹Depoimento citado.

⁹²Depoimento citado.

Quadro 4 - Cursos oferecidos pelo IF Baiano CSI de 1996 a 2008 como Escola Agrotécnica Federal de Santa Inês

	ANO	CURSO	FORMA	ORGANIZAÇÃO
ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE SANTA INÊS	1996 – 1998	Técnico em Agropecuária	Integrada ao Ensino Médio	Matrícula e currículo único
	1999 – 2005 (Conforme determinação do Decreto nº 2.208/ 1997)	Curso em Informática Subsequente ou Pós-médio. Curso Técnico Agrícola com Habilitação em Agropecuária; Curso Técnico Agrícola com Habilitação em Zootecnia.	Para alunos com ensino médio completo, também denominado de pós-médio. Concomitância interna (o aluno cursa na instituição o ensino médio e o ensino técnico, com duas matrículas – uma para cada curso, podendo trancar uma e prosseguir com a outra e vice-versa ou as duas a qualquer tempo); e Concomitância Externa (matrícula em duas instituições. Pode trancar a matrícula na instituição de ensino a qualquer tempo).	Em módulos. Foi ofertada uma única turma, teve início no ano de 2009 e conclusão no ano 2000. As matérias da área técnica são ministradas/distribuídas em módulos com terminalidade. São duas matrículas e dois currículos, um para cada curso.
	A partir do de 2006 (Conforme determinação do Decreto nº 5.154/2004)	Técnico em Agropecuária Técnico em Zootecnia	Integrada ao Ensino Médio	Matrícula e currículo único
	2007	PROEJA – Educação Profissional para Jovens e Adultos – Curso Técnico em Agropecuária	Integrada ao Ensino Médio	Matrícula e currículo único. 18 meses de duração (inicia uma turma no ano de 2007 e conclui no ano de 2008).

Elaboração: Rosangela Lima de Neves Rodrigues.

Quadro 5 - Cursos oferecidos pelo IF Baiano CSI após a Lei 11.892/2008 até 2012.

	ANO	CURSO	FORMA	ORGANIZAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO CAMPUS SANTA INÊS	(Regidos pelo Decreto nº 5.154/2004)	Técnico em Agropecuária Técnico em Zootecnia	Integrada ao Ensino Médio	Matrícula e currículo único
	2009	Técnico em Alimentos	Integrada ao Ensino Médio	Matrícula e currículo único. 24 meses de duração. (Início em 2009 e conclusão em 2011)
		PROEJA – Educação Profissional para Jovens e Adultos – Curso Técnico em Alimentos.	Subsequente ou Pós-médio. Para alunos que tenha concluído o ensino médio, também denominado de pós-médio.	Em módulos. (2009.2 inicia uma turma no turno vespertino e em 2010.1 uma turma no turno noturno)
		Técnico em Informática		
	2010	Técnico em Agropecuária Técnico em Zootecnia Técnico em Alimentos	Integrado ao Ensino Médio	Matrícula e currículo único
	Técnico em Informática	Subsequente ou Pós-médio		
	2010.2	Licenciatura em Geografia e Biologia, Bacharelado em Zootecnia.	Superior	Cursos superiores iniciaram em 2010.2
	2012	Técnico em Agropecuária Técnico em Zootecnia Técnico em Alimentos	Integrado ao Ensino Médio	Matrícula e currículo único.
		Técnico em Informática	Subsequente ou pós-médio	Em módulos (duração de 18 meses)
		Licenciatura em Geografia, Licenciatura em Biologia e Bacharelado em Zootecnia	Superior	
	2012. 2	PROEJA – Educação Profissional para Jovens e Adultos – Curso Técnico em Agropecuária.	Integrado ao Ensino Médio.	Na forma de Alternância.
	2012	PROGRAMAS	Mulheres Mil; PRONATEC (FIC e Concomitância Externa)	MULHERES MIL está em andamento. PRONATEC (FIC e Concomitância Externa) aguardam início do curso, previsto para o primeiro semestre do ano.

Elaboração: Rosangela Lima de Neves Rodrigues.

No depoimento do Técnico Administrativo em Educação, Sr. Emerson dos Santos Nunes, o papel social do IF Baiano – CSI e os aspectos legais aparecem de forma bem clara, demonstrando seu conhecimento do funcionamento institucional e das implicações advindas das mudanças e deixando bem evidente a importância que atribui à instituição:

O papel social da EAFSI não está limitado à cidade de Santa Inês, mas se estende por uma área que ultrapassa mesmo as fronteiras do Vale do Jiquiriçá, embora sua maior atuação esteja dentro dessa região. Sua importância se deve tanto ao papel relevante que tem na educação de jovens e adultos, em sua formação pessoal, profissional e cultural, como também na produção, promoção, integração e divulgação do conhecimento para a sociedade como um todo, bem como suporte técnico para produtores rurais e outros, incluindo-se aí oficinas, cursos rápidos, reuniões, feiras temáticas, exposições, etc. Inicialmente oferecia apenas cursos técnicos profissionalizantes em áreas ligadas à Agropecuária, adicionando-se depois o curso de Informática. A partir da criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008), a importância da instituição aumenta ainda mais, pois a mesma passa a oferecer cursos de nível superior, preparando-se para uma grande ampliação em número de alunos, bem como em sua estrutura e funcionamento, que deve ocorrer a cada ano, materializando-se a realização de um grande anseio das populações local e circunvizinhas, que precisavam se deslocar para longe pra cursar uma faculdade, quando isso era possível. A mudança para Campus do IF Baiano trouxe melhorias, mas também alguns problemas práticos na agilidade dos trabalhos, e um aumento da burocracia, resultantes da centralização de diversos procedimentos e deliberações na Reitoria do Instituto.⁹³

Em relação aos ex-alunos, os depoimentos revelam que “ser uma Escola Federal” já traz uma identidade: a de ensino melhor, de qualidade. A preferência pelo Ensino Médio e da preparação para os exames vestibulares é afirmada em detrimento ao Ensino Técnico, o que demonstra não haver uma integração entre os ensinos. Os relatos sinalizam que o IF Baiano – CSI:

Tem um ensino melhor por ser uma Escola Federal, pelo ensino, pelos professores. Formação melhor do que a da outra escola da cidade. (...)Essa relação da comunidade com a escola, de quem os filhos que estavam estudando lá, os jovens que estavam estudando lá fazia essa ligação da escola com a cidade e até a questão da amizade e tudo com todo mundo, eu acho que acabava fazendo essa ligação, mainha, por exemplo, se envolveu de uma forma tão (risos), acho que todos os pais se envolveram muito com a escola, sempre que tinha eventos tinha coisas e tudo, acho que fazia uma ligação. É importante, e dava um valor danado, eu acho. Participavam sim, acho que os pais davam força também, porque não foi fácil, não sei com os outros que você já entrevistou, mas não foi fácil pra gente daqui de Santa Inês que tinha aquela vidinha mais pacata, mas assim, em casa, aquela coisa mais da escola pra casa, e ter que acordar todos os dias da semana cedo, subir no caminhão, ir pra escola passar o dia inteiro sem a sua família, vinha

⁹³Depoimento de Emerson dos Santos Nunes.

pra casa só pra dormir, aí o horário de estudar também era só aquele horário a noite e pronto, no outro dia já tinha, de segunda a sexta tinha que fazer essa rotina, foi uma mudança brusca de rotina, assim de vida eu acredito que foi na época e isso acabou envolvendo muito as famílias aqui, os pais acabam sentindo falta também dos filhos, três anos assim com essa rotina do dia todo, acho também que essa foi uma das coisas que, que contribuíram para muita evasão no início. Em relação às mudanças, [na organização pedagógica, administrativa], eu não sei, nem percebia.⁹⁴

O ensino era melhor, a escola era federal, os professores eram de fora, outra opção de curso. Para a gente foi bom, a meu ver foi uma questão política, algum político forte conseguiu trazer essa escola para cá, porque foi implantada aqui a gente não sabe. A gente ficou com uma grade escolar no primeiro ano, a segunda turma já foi outra grade e a terceira turma outra grade, eu não sei explicar, eles mudavam assim, não aí eles num falavam por que mudavam as grades, só sei que as grades mudavam. Então não estava associando, a gente via assim, não era uma mudança tão discrepante, pra gente notar não, eram poucas mudanças, a gente via assim era mais disciplinas ou então menos disciplinas, a gente veio ter química no segundo ou foi no terceiro ano, eles já tiveram a partir do primeiro, essas mudanças assim sabe. É também tem a questão dos professores, que no início era reduzido os professores, aí foi, foi agente foi ter professor de física depois que a gente entrou no segundo, a gente estava há um ano e não tinha professor de química, essas coisas. (...) E como foi uma escola nova vai adequando as necessidades também. [...] teve uma época que o governo estava cortando as verbas da escola, tanto que a gente começou a não almoçar mais lá, a gente passava o dia todo lá, não vinha pra casa aí já começou, o governo cortou alimentação, aí só ficou o almoço, para os internos, só os internos e alunos que era de outras cidades que não ficavam na escola, quem era da cidade tinham que vim almoçar na cidade, aí começaram a abrir algumas exceções quem não podia vim não sei quê, alguma coisa assim. (...) depois começaram a liberar café da manhã, só pela manhã, aí a escola queria produzir pra pagar essa alimentação, aquelas coisas né, as dificuldades que vinham depois na escola, aí eles tentaram não sei se conseguiram, mais tentaram produzir para sustentar a escola por que o governo estava começando a cortar, pelo menos era o que eles falavam nos momentos de cantar o hino, que tinha, eles falavam esses problemas pra gente, eles sempre passava o que estava acontecendo pra gente, todas as quartas feiras que eles reunião os alunos, cantavam o hino e falava e dialogava com os alunos o que estava acontecendo, porque eles estavam precisando fazer isso, essas coisas.⁹⁵

A escola veio com papel muito importante eu acho, porque tem horas que você tem um objetivo, mas não, nem por isso você alcança, eu acho que ela não alcançou o objetivo dela, que era enriquecer a parte realmente agrícola, da agricultura, da pecuária e tal mais na região eu acho que não influenciou muito não, em outro aspecto, em relação às pessoas que fizeram o médio lá, passou em faculdades logo em

⁹⁴Depoimento de Márcia Floripes de Caires Costa.

⁹⁵Depoimento de Sabrina dos Anjos Oliveira.

seguida mesmo sem ter feito o cursinho porque tinha o médio, uma base muito, muito forte tinha um ensino de qualidade mesmo a qualidade era muito, muito grande, o que eu acho mais importante mesmo foi que fugiu do objetivo deles, foi essa parte do ensino. Foi importante, porque, claro, aqui nunca teve e não tem um pré-vestibular, funcionou como pré-vestibular. Olha quem mandava na escola na verdade tinha um corpo, um corpo de diretores, lembro assim vagamente mais tinha um corpo de diretores onde, acima de tudo mandava o diretor geral mais sempre em comum acordo com os diretores coadjuvantes, coadjuvantes era isso mesmo. Eu acho que fizeram má escolha em relação a técnico agrícola pela área que escolheram no caso de Santa Inês. Pela topografia, pelo solo, nada foi à frente em relação a plantio, a parte agrícola não deu certo. A meu ver fugiu o que eles pensavam no início. Eu sei que a gente era obrigada a fazer o médio e o técnico.⁹⁶

Na época era a opção mais plausível, era a melhor opção, eu escolhi pelo nível médio e não pelo técnico. A gente ficou encantada com a estrutura da escola. Eles falaram que o ensino era bom, seria tempo integral, falaram que a gente ia lhe dá com pecuária, agricultura. Explorava demais a gente, botava para fazer muita coisa: ajudar na cozinha, carregar saco de ração, a gente entendia que era nossa função ali. Eu não sei identificar nenhum benefício que a escola tenha trazido para a cidade além da educação. [Sobre os aspectos legais], não me lembro de nada.⁹⁷

A escola era referência no ensino, foi o que me preparou para o vestibular. De início a gente sabia que ia lhe dar com bicho e terra, depois a gente foi entendendo que não era só a parte técnica, tinha a questão do médio e estava sendo preparado para o vestibular. No início a gente só queria a parte técnica, com o tempo a gente não queria a parte técnica e aproveitava mais a parte do médio, o técnico era só para cumprir uma obrigação. [Sobre os aspectos legais], não lembro.⁹⁸

Essas falas destacam percepções divergentes, em alguns pontos, em relação aos demais grupos pesquisados, apontando resistência em relação ao contexto político e econômico da época sobre a formação de técnicos. O governo implementa a obrigatoriedade de se fazer um curso técnico para um mundo do trabalho em que não havia emprego e esses alunos, mesmo não tendo consciência disso, redimensionam o papel do IF Baiano – CSI, que passa a ser acessado como formação de qualidade para ingresso na universidade. Passamos, pois, a pensar em uma relação conflituosa na instituição, já que se formou uma nova base de atuação institucional: formar um Técnico Agrícola que se prepara para ingressar na universidade.

O IF Baiano – CSI altera a rotina das famílias daqueles que se tornam seus alunos. O prestígio em ter um filho estudando em uma instituição federal, próxima de casa, na sua região, deixava os pais encantados e orgulhosos. Estar presentes quando eram convocados significava fazer parte da instituição e era um privilégio para poucos, já que essa era a escola das oportunidades. Essa percepção da família em relação à

⁹⁶Depoimento de Alessandra de Souza Araújo.

⁹⁷Depoimento de Liliane Barbosa Araújo.

⁹⁸Depoimento de Solange Braga Vieira.

instituição remete-nos a refletir sobre a ideologia da igualdade de oportunidades, independente das desigualdades de condições, o que nos faz lembrar Castoriades (1982), quando nos fala sobre a importância em se considerar detalhes. O IF Baiano – CSI como instituição de oportunidades oferecia condições de ingresso e permanência a todos?

No olhar dos pais, vamos perceber a importância do IF Baiano – CSI:

Eu achei importante a chegada da escola, foi muito bom pra cidade principalmente agora que está implantando a faculdade. Eu achei que foi bom e continua sendo bom. (...) É os professores, eles sempre falavam sobre os alunos, falavam sobre os trabalhos e tinha alguns pais também, os pais vinham de fora, muita gente de fora. (...) A escola tinha bons professores, eles fizeram um bom trabalho, os alunos que estudaram lá passavam logo no vestibular.⁹⁹

O dia todo fora, não tinha costume do filho estudar o dia todo, é uma coisa diferente que saía, chegava à hora de chegar aqui, mas o carro atrasava, ficava preocupada, tentando ligar para a escola para saber. (...) A Escola era bom, nunca teve problema assim, com certeza, eu dava toda a força, ela não gostava de faltar, quando ficava doente, ficava preocupada, mais conseguia vencer, conseguiu vencer. Eu só ia reuniões, quando tinha reuniões de pais, era assim que agente participava. A cidade ficou mais conhecida, vinha gente de vários lugares estudar aqui. Gente de Salvador, da divisa com Minas Gerais. A cidade não tinha visibilidade, e hoje tem. Mudaram a grade, eles falaram, diziam que a escola que mudava, mas não davam detalhes para a gente entender.¹⁰⁰

Eu fui lá visitar a estrutura, quando vi a estrutura da escola, foi aí que eu disse: vocês vão estudar naquela escola. (...) Estudou muito e passou [no processo seletivo para ingresso na escola] e começou a estudar e foi uma transformação. Foi nessa escola que minha filha sentiu a necessidade de estudar e o hábito da leitura, foi difícil, foi bom, ela amadureceu. (...) Não quero que ninguém fale mal daquela escola.¹⁰¹

Chegamos até aqui nos apoiando na representação do IF Baiano como instituição reprodutora das relações de poder impostas pelo sistema dominante que se organiza em torno do sistema econômico e político, legitimado pelas prescrições legais e discursos de verdade que naturalizam as formas administrativas autocráticas e oportunistas, interna e externamente à instituição. Entretanto, é relevante perceber que o IF Baiano – CSI não foi utilizado apenas como inculcador da cultura dominante, como reprodutor das verdades sociais que querem fazer pensar a educação como homogeneizadora de resultados. “A evolução se dá **apesar** dos sistemas de ensino. Ocorre que a realidade só se encaixa parcialmente neste esquema. Ela é contraditória e múltipla”. (PETITAT, 1994, p. 6. Grifo do autor).

Dessa forma, pôr em evidência a participação dos atores envolvidos na constituição do IF Baiano, seja de forma direta, indireta, consciente ou inconsciente,

⁹⁹Depoimento de Maria José Barbosa Araújo.

¹⁰⁰Depoimento de Elenilza Braga dos Anjos.

¹⁰¹Depoimento de Auristea Braga dos Santos Vieira.

através de sua trajetória histórica, é lançar luz sobre as contradições do presente, é não se deixar amordaçar pelo imobilismo e pelo determinismo da mera reprodução, mas buscar unir a construção institucional e a construção societária de forma dialética, inclusiva e includente.

3.2 Planos Simbólicos e Plano Material – Suas Relações.

Magalhães (2004), ao descrever a pedagogia tradicional, destaca que o paradigma mais relevante que a caracteriza é o do presságio-produto. Desde a Grécia Clássica, é frequente nos textos e nas reflexões sobre educação a existência de uma preocupação central nos responsáveis pela educação é na escolha de bons mestres: confiados os alunos a bons mestres, estavam garantidos os bons resultados. Nessa perspectiva, aponta o autor:

O paradigma do presságio-produto também se aplicou aos contextos, às relações de sociabilidade (grupos, companhias), às instituições, como à própria hereditariedade dos sujeitos. Este paradigma favoreceu um determinado otimismo pedagógico de que resulta talvez o maior desafio que a ciência da educação tem enfrentado: o da tensão gerada pelas expectativas positivas sobre a função da educação (predição), quer no que se refere à regeneração dos indivíduos e das sociedades, quer no que se refere às transformações históricas e à sensação de fracasso, ineficácia, com a correspondente quebra nas estruturas educativas. (MAGALHÃES, 2004. p. 42)

São recorrentes na sociedade brasileira compreensões sobre a educação voltadas à caracterização das instituições educacionais como espaços que oferecem aos indivíduos certezas como: quem estuda vence na vida, tem emprego melhor, é bem educado, inteligente, importante, tem acesso à universidade. A escola ocupa, assim, um lugar importante no universo simbólico da sociedade.

Castoriadis (1982) chama essas compreensões de funcionalistas. Atribui-se um caráter funcionalista à instituição educacional à medida que se coloca todas elas em um mesmo plano, desconsiderando detalhes e especificidades. Ele denomina detalhes fazendo referência à realidade ou ao conteúdo, que não se refere ao funcional, mas ao simbólico e que podem ser determinadas considerando as implicações lógicas racionais precedentes.

Corrêa (2005, p. 132), diz que “dentro do ideário neoliberal, a escola é considerada como parte da solução dos problemas gerados pela crise que essas sociedades atravessam, na ótica conservadora e neoliberal, como sendo a resposta para um mundo em crise”.

As instituições educacionais são organizadas considerando a soma de aspectos materiais internos, de relações sociais construídas cotidianamente por sujeitos que lhes dão sentidos e significados e de determinações legais. O resultado dessa relação permite-nos perceber a importância da instituição nas vidas das pessoas, nos seus objetivos e projetos futuros.

Dessa forma, o IF Baiano – CSI, ao iniciar seu funcionamento, ainda como EAFSI, já traz as características de sua natureza definidas, conforme encontramos no documento Diretrizes de Funcionamento de Escolas Agrotécnicas: “As escolas agrotécnicas, (...) possuem especificidades que as distinguem das demais, pois procuram

conjugar educação-trabalho-produção, possibilitando o avanço progressivo para a melhoria da qualidade do ensino tecnológico na área agrícola”(MEC, SENETE, 1991, p. 9). São os moldes que seriam utilizados na implantação e funcionamento do IF Baiano – CSI propalados em depoimentos já citados.

Analisando o primeiro Projeto Pedagógico do IF Baiano – CSI, programado para o quadriênio 1999-2002, vê-se descrito no capítulo IV, item B, p. 137, denominado Perspectivas Institucionais, a Visão do Futuro Institucional:

A Escola Agrotécnica Federal de Santa Inês será reconhecida como referência de qualidade na Educação Profissional, buscando a vanguarda das transformações científicas e tecnológicas, aprimorando a qualidade das relações com as pessoas a quem está servindo e cumprindo a sua responsabilidade social.

Percebemos que ambos os documentos deixam claro o caráter de educação profissional da instituição, entretanto, somente nas diretrizes há enfoque na área agrícola. Considerando que seu funcionamento inicial, em 1996, se deu com base nas diretrizes, mas que em 1997 vigora o Decreto 2.208 abrindo possibilidades de oferta de outros cursos, e que em 1999 a instituição passa a ofertar além dos cursos da área agrícola, curso de informática (ver quadro 4), provocando flexibilidade no enfoque agrícola, é possível compreender porque, no projeto pedagógico de 1999, o foco agrícola não é mencionado.

Diante disso, buscamos analisar semelhanças e diferenças nas narrativas dos entrevistados em função dos interesses e experiências semelhantes ou comuns aos grupos diante das práticas cotidianas, a fim de apreender os significados dessa instituição para todos os envolvidos.

Nos depoimentos dos ex-diretores encontramos referências às oportunidades oferecidas pela instituição para a comunidade, desenvolvimento, educação de qualidade e valorização para a região, aprendizagem pessoal, emoção e “status”, em virtude de ser esta uma instituição federal:

Vejo a escola e a instituição que hoje esta servindo a essa região com bons olhos por conta do resultado que a gente tem, levando-se em consideração a realidade dos egressos. É um papel decisivo, oferecer uma educação de qualidade, gratuita e que possa proporcionar a essas pessoas uma oportunidade de melhorar seus conhecimentos e de encarar a vida com menos sofrimento e com um leque de opção.¹⁰²

Em termos de experiência para mim foi muito positivo, eu aprendi muita coisa, acho que foi uma aprendizagem em minha vida, primeiro como gestor e segundo que eu vi o resultado da escola para a comunidade, de Santa Inês, foi um crescimento muito grande, a escola trouxe uma renovação e uma esperança muito grande para o povo.¹⁰³

Ela é como se fosse um filho pra mim. O significado é realmente de você fazer um filho, então ali é um dos meus filhos. A instituição influenciou no crescimento, no desenvolvimento da cidade de Santa

¹⁰²Depoimento de Natanaildo Barbosa Fernandes.

¹⁰³Depoimento de Nilton Santana dos Santos.

Inês. E o federal para qualquer região, todo mundo imagina, e o nível para a região era ótimo.¹⁰⁴

Entretanto, os docentes acrescentam outros significados à instituição:

*Primeiro, eu pensei que ela significaria um mundo acadêmico no campo, significava muito para mim isso. Depois percebi que ela significava um campo de luta política. Agora ela representa um campo de ascensão acadêmica: todos querem fazer mestrado e doutorado pela questão financeira. Não representa a sua estrutura social, não vejo discurso social dentro da escola.*¹⁰⁵ [grifo nosso]

Vejo como um desafio, apesar das dificuldades, acho que muito ainda pode ser feito e eu quero fazer parte disso junto com meus colegas, com os profissionais que estão aqui hoje, das várias áreas e imagino que a instituição possa nos próximos anos contribuir de forma melhor do que foi feito até agora, definindo exatamente essas estratégias, se planejando, se organizando pra tal, para poder atender melhor as demandas que existem da comunidade, fazer um trabalho de pesquisa, extensão, passar a ser um referencial para essa região aqui, na região do semi árido e do Vale do Jiquiriça, poder ser um referencial, ser reconhecida pelo trabalho que vai desenvolver, então é dessa forma que eu vejo, eu imagino ainda com boas perspectivas o trabalho apesar de todas as dificuldades que a gente falou, desde seu início, mas vejo com boas perspectivas.¹⁰⁶

O professor Juarez Silva Sampaio sintetiza a trajetória institucional em três momentos distintos e sequenciais: mundo acadêmico no campo, campo de luta política e campo de ascensão acadêmica. Múltiplos fatores que precisam ser destacados, uma vez que estes são determinados e determinantes e revelam uma instituição centrada em interesses. Já a fala do professor Jovan de Jesus revela-nos a esperança da instituição ainda poder fazer muito para o desenvolvimento local.

Foucault, em sua obra *Arqueologia do Saber* (1969) define discursos como práticas que sistematicamente constroem os objetos de que falam. O importante numa abordagem cultural, quando partimos das falas dos atores, é perceber que pessoas diferentes podem ver o mesmo fato a partir de perspectivas muito diferentes.

No capítulo II, discorremos sobre implantação e funcionamento do IF Baiano – CSI, mapeamos os aspectos políticos que a destinaram para o município de Santa Inês, as dificuldades enfrentadas pela instituição, alunos e servidores e em vários depoimentos foram enfatizados os conflitos internos e determinantes legais externas que promovem mudanças na instituição. Mas o sentido da fala do Sr. Emerson dos Santos Nunes, Técnico Administrativo em Educação, é sempre enfática sobre a importância do IF Baiano – CSI:

A instituição tem um significado muito importante como pólo educacional e cultural, oferecendo oportunidade de formação e preparação profissional e cidadã para jovens e adultos das comunidades próximas, e mais além, que visem boa formação profissional e cultural para o mercado de trabalho, tanto a nível médio

¹⁰⁴Depoimento de José Henrique Dias dos Santos.

¹⁰⁵Depoimento de Juarez Silva Sampaio.

¹⁰⁶Depoimento de Jovan de Jesus.

quanto a nível superior. Além disso, a instituição tem papel relevante na área socioeconômica, principalmente para o município de Santa Inês, uma vez que proporciona emprego para muitas pessoas, a nível efetivo, terceirizado e também oportunidade de estágios remunerados. Representa, pois, um horizonte de que abre novas portas para a formação pessoal e o desenvolvimento regional, onde a comunidade é carente e limitada no que se refere à formação e preparação tão necessária no mundo moderno, cada vez mais exigente, especializado e ao mesmo tempo diversificado.¹⁰⁷

Magalhães (2004, p. 118), destaca que:

O destino de vida dos sujeitos corresponde a uma atualização do *habitus* (apropriação por transferência e aprendizagem de saberes, valores, capacidades, técnicas, atitudes, desequilibrando e ampliando o seu repertório cognitivo, em novos contextos). (...) As aquisições cognitivas e técnicas, as representações e as apropriações atualizam-se em cada novo desafio.

Essas condições e esses fatores são observáveis como produtos no IF Baiano – CSI, na sua representação e apropriação pelos atores, com referência ao instituído. Tal como é apresentado nas percepções dos ex-alunos sobre o IF Baiano – CSI:

O ensino era bom, a experiência de trabalhar no campo, era boa, mas eu achava um exagero à quantidade de horas. Mudou a rotina de todos, pois acordavam cedo e passavam o dia inteiro na escola, os pais se envolveram muito, a mudança brusca na rotina envolveu muito os pais. Não segui na área, mas foi importante pra mim.¹⁰⁸

Foi fundamental na minha formação, eu não segui na área, mas aproveitei o ensino médio para crescer profissionalmente. [...] A escola deveria ter continuado como era antes, mais infelizmente as pessoas não tiveram interesse né? Não é tão interesse, porque as pessoas só associavam ser na área de agricultura, então só vai tu que quer ser agricultor, acho que pensavam isso né, não pensavam só na parte do ensino médio. Eu acredito que muita gente vai pra lá por causa do ensino médio, porque você vê que poucas pessoas continuam na área, pelo o menos no que eu tenho conhecimento. Na parte de zootecnia, como eu queria ser veterinária então eu ia tratar com os animais, essas coisas. Quando eu cheguei lá que eu vi na prática o cuidar dos animais não era realmente aquilo que eu queria, mas, eu aproveitei o ensino médio para crescer profissionalmente.¹⁰⁹

Foi o início de tudo em minha vida, principalmente profissional, apesar das dificuldades, serviu como aprendizagem que nunca vou ter mais em minha vida, estabeleci um elo com os professores,

¹⁰⁷Depoimento citado.

¹⁰⁸Depoimento de Márcia Floripes de Caires Costa.

¹⁰⁹Depoimento de Sabrina dos Anjos Oliveira.

principalmente com os alunos que vai ser eterno. Emociono-me quando lembro. Não segui na área.¹¹⁰

Foi muito importante pra minha, pra minha formação tanto é formação em relação pra minha educação né, como formação mesmo como pessoa, como ser humano. Não, não me lembro de nada, não lembro eu não gostava muito principalmente agricultura, porque na época era os dois não tinha essa coisa de, de ser não, fazia o geral, agropecuária, pecuária e agricultura, isso, na época a gente não tinha essa escolha que tem hoje não. Agropecuária, mais assim o nível, o nível técnico pra mim num, num o que me interessava mesmo era o nível médio, não tinha assim. Acho pelo ensino médio, eu acho que sim não sei se é não sei se é porque eu dava a maior importância ao médio né do que ao técnico, mais eu acho que é o médio. Na época, mais ou menos, na época não tinha assim uma visão né, da importância da escola. Não, não que eu lembre, a gente ficou levando. Acho que a função era na área de educação mesmo né, educação e formação técnica que eu acho que, que é mais importante né, porque essa questão de você não, não ter uma opção a mais, além da do nível superior né, que no caso é, é o nível técnico assim, pra você conseguir um emprego, é uma alternativa né assim de emprego e eu acho e nesse sentido dessa a desejar né, porque assim os colegas, meus colegas mesmos da época acho que ninguém pouquíssimo acabaram seguindo essa área técnica. É, é não tinha muito campo né, é talvez pode ser isso. Não, não. Para mim foi importante e cansativo. Em relação à educação, tive educação de nível médio de uma qualidade melhor, influenciou meu futuro profissional, não segui na área, mas, teve importância, também, para minha formação como pessoa porque tinha um convívio social com meus colegas.¹¹¹

A noite era tão bom a gente tinha o grupo de oração, a escola ia trazer a gente em casa depois, que era noite, a gente não podia ficar lá. Almoçava, tomava café e jantava e depois a gente vinha, tinha a o momento cívico, que eu acho que hoje não tem mais, então isso tudo para a gente era bom, ensinava ter mais amor, ter mais respeito, e ver que não era só está na filinha e cantando o hino, tinha o momento e era bom. À noite, tinha que estudar. Era muito bom, disciplinou mais assim, pelo menos eu fui disciplinada pela escola. Foi um ponta pé inicial pra minha vida profissional. Meu potencial foi à escola que me despertou.¹¹²

Segundo Plencovich, Costantini e Bocchicchio (2009, p. 151):

A identidade é uma marca fundamental das instituições, não é uma marca indelével ou determinante que ocorre naturalmente, mas uma moldura em movimento que se constrói ao longo do tempo e está em dinâmica constante. As trajetórias adquirem uma configuração que as identifica para dentro e para fora do sistema. Porém, há momentos nas instituições em que os acontecimentos propiciam o apartamento de seus ideais primários e há outros em que as extremidades são

¹¹⁰Depoimento de Alessandra de Souza Araújo.

¹¹¹Depoimento de Liliâne Barbosa Araújo.

¹¹²Depoimento de Solange Braga Vieira.

fechadas, também há momentos em que a atividade consiste em é sustentar-se, consolidar-se, reproduzir-se ou inovar, de qualquer forma, juntamente com as marcas originais, as instituições não são uma obra pronta, mas são o resultado da construção dos atores. (Tradução nossa).

Fazendo-nos compreender que os relatos nos revelam marcas importantes para compreensão identitária do IF Baiano – CSI, que não podem ser entendidas como estáticas ou naturais, uma vez que resultam da construção de seus atores no tempo e em constante dinamismo. Sua trajetória adquire uma configuração que a identifica dentro e fora do sistema. O que a faz desprender-se de seus ideais primários, iniciais, reconceitualizando-se. Suas funções originais não são dadas para sempre, são resultado da construção de seus atores. A fim de compor a construção dos sentidos da instituição, trazemos os depoimentos dos pais, cujas percepções sobre o IF Baiano – CSI denotam gratidão, oportunidade e prestígio:

“Eu achei a vinda da escola para cá muito boa para a cidade.”¹¹³

“A gente tinha orgulho de dizer que o filho estudava na Escola Agrotécnica, uma Escola Federal. A escola foi muito importante, o conhecimento que se adquire lá é para a vida toda.”¹¹⁴

“A escola veio na hora certa. Essa escola foi uma benção de Deus aqui em nossa comunidade.”¹¹⁵

Diante dessas falas, faz-se enriquecedor lançar mão da expressão de Franco Ferraroti (1990, *apud* MEZZANO, 1996, p.44): “é necessário que o cotidiano se converta em história para que a história seja de todos”. O IF Baiano – CSI é, então, denso movimento de convergência e divergência, que nem sempre acontece de forma harmônica, mas provoca reelaboração de suas atividades e isso precisa ser compreendido, de modo que no aportar de novas reformas, as mudanças sejam reelaboradas por aqueles que fazem a instituição. Assim, o estudo de nosso objeto de pesquisa, a partir de uma reconceitualização resultante da dialética de convergência/divergência/convergência e centrada na mesoabordagem, em articulação com os planos macro e micro-histórico, promove a inter-relação entre materialidade, representação e apropriação, permitindo compreender o IF Baiano – CSI sob a ótica do permanente desenvolvimento.

¹¹³Depoimento de Maria José Barbosa Araújo.

¹¹⁴Depoimento de Elenilza Braga dos Anjos.

¹¹⁵Depoimento de Auristea Braga dos Santos Vieira.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A História das instituições educacionais é uma temática recente no âmbito da historiografia da Educação Brasileira. Verifica-se a predominância de temas que privilegiam o campo filosófico, o sistema de ensino e as ideias pedagógicas sobrepondo-se à realidade educacional. A partir dos anos de 1990, ampliam-se os estudos sobre instituições educacionais. Entretanto, esses estudos foram sempre voltados às instituições mais antigas e socialmente mais prestigiadas.

As instituições educacionais mais modestas, destinadas à população carente, e as de formação profissional, estão pouco estudadas. Do mesmo modo, raras são as análises que privilegiam a abordagem de tipo meso, em que os aspectos simbólicos, relações de comunicação, representação, conhecimento, poder, memórias individuais e coletivas, relações educativas, aparecem contempladas.

Dessa forma, buscamos superar o conhecimento do espaço educacional apenas como objetivação, de desenvolvimento linear, de iguais perspectivas através dos tempos. A História da Educação reclama uma aproximação dos atores, da comunidade envolvente, visto que a construção dos fatos educativos envolve uma objetivação e subjetivação. Para a realização desse tipo de análise, a exploração das memórias dos participantes diretos e indiretos que fizeram e fazem parte do IF Baiano – CSI constituiu-se um importante instrumento para compreensão da trajetória e construção identitária dessa instituição.

A pesquisa realizada sobre a trajetória e construção identitária do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – *Campus* Santa Inês proporcionou-nos conhecer os elementos que constituíram/constituem esta instituição ao longo de seus quinze anos de existência e, assim, possibilitou-nos compreender as dificuldades de perceber o que se “é”, o que “deve ser”, em decorrência de determinantes externos e, também, internos, sobre o que se “quer” ser.

Nesse sentido, constatamos que desde sua criação como Escola Agrotécnica Federal de Santa Inês (EAFSI), o atual Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano *Campus* Santa Inês (IF Baiano – CSI) tem sido submetido há reformas sucessivas e em pouco espaço de tempo.

As análises realizadas com base nos objetivos delineados para esta pesquisa permitem-nos destacar aspectos relacionados às prescrições legais, as quais foram implantadas na instituição desde seu funcionamento, em 17 de junho de 1996, perdurando até a recente reforma em decorrência da Lei nº 11.892/2008. Destaca-se que procuramos, de forma sucinta, sistematizá-las a fim de contextualizar o percurso histórico e explicitá-las como elementos que compõem a construção identitária do IF Baiano – CSI.

No levantamento documental realizado, relacionamos as prescrições legais que determinaram as reformas e continuidades na organização do IF Baiano – CSI: a Lei nº 5.692/1971, o Parecer 45/1972, as Diretrizes de Funcionamento de Escolas Agrotécnicas elaboradas pela SENETE em 1991, LDB nº 9394/1996, o Decreto nº 2.208/1997, o Parecer nº 16/1999, o Decreto nº 5.151/2004, Decreto nº 5840/2006 e a Lei nº 11.892/2008. São documentos oficiais que direcionam, em nível externo, a organização arquitetônica, pedagógica e administrativa do IF Baiano – CSI.

Para o âmbito da mesoabordagem, lançamos mão dos depoimentos dos atores/comunidade envolvente que fizeram emergir, a partir de suas memórias,

representações e sentidos, às vezes percepções individuais, outras percepções de grupos, que nos revelaram o IF Baiano – CSI como um organismo vivo, cuja organização extrapola um plano macro, baseado numa instituição sistemática regida somente por prescrições legais, e um plano micro, intrínseco à sala de aula. Trata-se de uma instituição cuja identidade resulta da relação entre macro-meso-micro.

As percepções dos atores envolvidos com a instituição, foco de nossa pesquisa, apresentaram múltiplos sentidos atribuídos ao IF Baiano – CSI. A hipótese inicial de nossa pesquisa, que apontava para a existência de uma identidade negativa, foi revisada na medida em que acessamos as fontes e nos deparamos com as percepções dos atores mencionando uma instituição que reproduz o discurso de verdade imposto pela classe hegemônica da instituição educacional como promotora de ascensão social, provedora de desenvolvimento, de caráter funcionalista e conflituoso, mas revelaram, sobretudo, o IF Baiano – CSI como uma instituição com abordagens construtivistas e interacionistas, mesmo permeada por conflitualidade no âmbito econômico, nas relações sociais, disputa pelo poder político, econômico e de prestígio, internos à instituição, esta constrói e reconstrói saberes que proporcionam fortemente o saber pensar, posicionar e relacionar-se para um projeto positivo, mesmo que limitado, de sociedade. O que nos faz superar as funções meramente funcionalistas e reprodutivistas atribuídas à instituição educacional no universo simbólico societário.

Aspectos importantes a considerar, além do tipo de instituição que investigamos, são os processos e os modos de produção da realidade desta instituição: IF Baiano – CSI que nos evidenciaram como as prescrições legais, os normativos gerais e a comunidade envolvente são tomados de forma homogênea pelas políticas públicas universalizantes que desconsideram aspectos como espaço temporal e sociocultural de cada instituição educacional, sua localização e o território educacional já constituído, incitando nessa relação à construção por seus atores/autores uma reconceitualização institucional.

Nossa desconfiança sobre a falta de qualidade nas instituições educacionais sempre foram voltados aos aspectos pedagógicos das instituições, entretanto, devemos considerar os aspectos extrainstitucionais que atuam no sistema educacional brasileiro e são responsáveis pela maior parte das causas que promovem condições que dificultam a eficiência das instituições educacionais.

Na busca pelos elementos constituintes do processo de construção identitária do IF Baiano – CSI, a partir dos aspectos internos da instituição e das percepções dos atores/autores, os fatores externos apareceram de modo vigoroso. Ao investigar esta instituição, foi possível perceber como ela reflete, também, a forma como está estruturada a sociedade e o lugar ocupado pela Educação Profissional no Brasil.

De início, constatamos que o IF Baiano – CSI foi organizado sob as prescrições da lei nº 5.692/1971 e nos moldes das já existentes Escolas Agrotécnicas, o que significa dizer, que sua organização administrativa, pedagógica e arquitetônica seguiam a metodologia do Sistema Escola-Fazenda (SEF). Mesmo com a reforma no sistema de ensino dada pela LDB nº 9.394/96, a base do SEF continua a existir nas Escolas Agrotécnicas, o que vai gerar um funcionamento conflituoso com a promulgação do Decreto nº 2.208/97, Parecer nº 16/99 e das práticas governamentais de política neoliberal, que significava o Estado mínimo na administração de algumas instituições, dentre elas, a educacional.

Verificamos que essa visão tinha uma razão de ser, dado o contexto político-econômico em que se encontrava a instituição. Entretanto, toda concepção que alimentava sua organização começa a chocar-se com o referido contexto.

Interpretar a materialidade, a representação e a apropriação que resultam na

construção identitária do IF Baiano – CSI, considerando seu caráter relacional com os diversos fatores em seu contexto social, significou, pois, trazer à luz do conhecimento, interdisciplinar, multidisciplinar, transdisciplinar, uma gama de fatores e experiências, muitas vezes silenciadas e/ou desprezadas pelos próprios atores envolvidos no processo. São experiências que vão nos falar de como estes atores, na condição de docentes, técnicos, gestores, alunos, construíram, forjaram ou reelaboraram nas práticas cotidianas a(s) identidade(s) institucional (ais).

Concluimos que, ao mergulhar no universo singular da instituição educacional, relacionando-a ao seu contexto, caminhamos na direção de transformar o espaço educacional, o processo educativo e a sociedade, criando uma identidade institucional que corresponda aos interesses da sociedade na qual a instituição se insere. As políticas públicas e as reformas legais prescritas de forma homogênea para a educação nacional, quando chegam a cada instituição e relacionam-se com aspectos de personalidade, geográficos, de gestões administrativas e socioculturais, produzem diferentes acomodações ou formas de resistência. Essas características materializadas formam uma identidade singular a instituição.

Em virtude dessa realidade, compreendemos que os problemas que o IF Baiano – CSI enfrenta, dentre eles, uma identidade institucional não consolidada, não tem origem somente nos planos administrativos e pedagógicos internos a instituição, pois, é necessário entendermos que as prescrições legais e o contexto social são, também, determinantes em sua relação.

Entretanto, compreendemos que o problema maior não são as múltiplas percepções que fazem a instituição, mas a dificuldade dessas percepções dialogarem na construção de uma identidade forte para o IF Baiano – CSI.

Assim sendo, pudemos confirmar o problema inicial e evidenciar que, as análises sobre o IF Baiano – CSI enquanto entidade orgânica e de relação, permitiram-nos compreender as conflitualidades internas: de comunicação, participação nas decisões, relacionamento, pedagógicas, e de poder; e, externas: prescrições legais, estrutura econômica e social, contribuindo para elucidar, parcialmente, um viés sobre o instituído e os instituintes, e para provocar a realização de outros estudos nessa perspectiva.

5 FONTES

Entrevistas

- ALMEIDA, Emerson Amaral de. Entrevista em 05/01/2012. 20 minutos.
- ANDRADE, Romildo Alcântara de. Entrevista em 03/10/2011. 32 minutos.
- ANJOS, Elenilza Braga dos. Entrevista em 26/06/2011. 12 minutos.
- ARAÚJO, Alessandra de Souza. Entrevista em 29/06/2011. 11 minutos.
- ARAÚJO, Liliane Barbosa. Entrevista em 27/06/2011. 15 minutos.
- ARAÚJO, Maria José Barbosa. Entrevista em 27/06/2011. 8 minutos.
- COSTA, Márcia Floripes de Caires. Entrevista em 26/06/2011. 21 minutos.
- FERNANDES, Natanaildo Barbosa. Entrevista em 01/04/2011. 53 minutos.
- JESUS, Jovan de. Entrevista em 05/04/2011. 37 minutos.
- NUNES, Emerson dos Santos. Entrevista em 07/02/2012.
- OLIVEIRA, Sabrina dos Anjos. Entrevista em 26/06/2011. 23 minutos.
- SAMPAIO, Juarez silva. Entrevista em 04/04/2011. 39 minutos.
- SANTOS, José Henrique Dias dos. Entrevista em 14/06/2011. 34 minutos.
- SANTOS, Nilton Santana dos. Entrevista em 31/05/2011. 51 minutos.
- VIEIRA, Auristea Braga dos Santos. Entrevista em 29/06/2011. 10 minutos.
- VIEIRA, Solange Braga. Entrevista em 29/06/2011. 23 minutos.

Impressas

Manual do Candidato do Processo Seletivo, ano 2000.

Normas Internas da Escola Agrotécnica Federal de Santa Inês, 2000.

Normas Internas da Escola Agrotécnica Federal de Santa Inês, 2001.

Normas Internas da Escola Agrotécnica Federal de Santa Inês, 2006

Plano de Desenvolvimento Institucional da Escola Agrotécnica Federal de Santa Inês – versão 1.

Projeto Pedagógico da Escola Agrotécnica Federal de Santa Inês, 1999. Quadriênio (1999-2002).

Projeto Pedagógico da Escola Agrotécnica Federal de Santa Inês, 2000. Quadriênio 2001-2004.

Projeto Pedagógico Institucional – versão preliminar, 2009.

Regimento Interno da Escola Agrotécnica Federal de Santa Inês, 1998.

Relatório Anual da Coordenação de Assistência ao Educando, 2008.

6 REFERÊNCIAS

ALBALADEJO, C. y Bustos Cara, (compils.) (2004), Desarrollo local y nuevas ruralidades en Argentina, UNS, INRA-SAD, Médiations, IRD/UR 102 Y Dynamiques Rurales, Bahía Blanca. In: PLENCOVICH, M. C.; COSTANTINI, A. O.; BOCCHICCHIO, A. M. **La educación agropecuária em la Argentina** – Génesis y estructura. Buenos Aires-Argentina, Ediciones Ciccus, 2008.

ALMEIDA, L. S. de. **O vale do Jiquiriçá no contexto do circuito espacial produtivo do cacau**. 2008. 116 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – IG, Universidade Federal da Bahia, Salvador-Bahia, 2008.

AMORIM, A. **Escola: uma organização social complexa e plural**. São Paulo: Editora Viena, 2007.

BAUMAN, Z. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

_____. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BILIBIO, D. **Metodologia interativa: desafio para o ensino de química aplicada ao Curso Técnico em Agroindústria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) - campus Erechim**. 2011. 129 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BOURDIEU, P. & PASSERON, J-C. A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. In: SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia**. Campinas, Editora Autores Associados, 1993.

BRASIL. MEC/COAGRI/DAP. **Bases para elaboração de currículos plenos para estabelecimentos de ensino agrícola que adotam o Sistema Escola-fazenda**. Brasília: Coagri, 1978-79 (série pedagógica — 02).

_____. MEC/SEPS/COAGRI. **Educação Agrícola de 2º grau - Linhas Norteadoras**, MEC, 1984a.

_____. **Proposta de reestruturação do modelo pedagógico do ensino agrícola brasileiro**. Brasília: SENETE, 1994.

_____. **Decreto Federal nº 2.208, de 17 de abril de 1997**. Regulamenta o parágrafo 2º do art. 36 e os artigos 39 a 42 da lei federal n. 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Educação profissional: legislação básica. Brasília: SEMTEC, 2001g.

_____. **Decreto nº 60.731, de 19 de maio de 1967. Transfere a Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura para o Ministério da Educação com a denominação de Diretoria do Ensino Agrícola.** In: Educação agrícola. Linhas norteadoras. Brasília: COAGRI, 1984 d.

_____. Decreto nº. 72.434, de 9 de setembro de 1973. Cria a Coordenação Nacional do Ensino Agrícola. In: **Legislação brasileira do ensino do segundo grau.** Coletânea dos atos federais. Brasília: DEM, 1978.

_____. Decreto n. 93.613, de 24 de novembro de 1986. **Extingue a Coordenadoria Nacional de Ensino Agrícola e cria a Secretaria de Ensino de Segundo Grau.** Diário Oficial da União de 11 de maio de 1990 a.

_____. Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006. **Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências.**

_____. Decreto-lei n. 2.548, de 15 de abril de 1998. **Aprova o Regimento Interno e o Quadro Demonstrativo dos cargos de direção e funções gratificadas das escolas agrotécnicas e dá outras providências.** Diário Oficial da União n. 72, seção 1, 16 de abril de 1998, Brasília.

_____. **Diretrizes de Funcionamento de Escolas Agrotécnicas.** Brasília, MEC/SENETE, 1991.

_____. **Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.** Brasília, Ministério da Educação, 2008.

_____. Lei nº 8.670 de 30 de junho de 1993. **Dispõe sobre a criação de Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais e dá outras providências.**

_____. MEC/COAGRI. **Caracterização ocupacional do técnico em agropecuária.** Brasília, 1983.

_____. MEC/SEPS/COAGRI. **Diretrizes de funcionamento de uma Escola Agrotécnica Federal — habilitações de técnico em agropecuária e em economia doméstica.** Brasília: Coagri, 1985b (série ensino agrotécnico — 1).

_____. MEC/SEPS/COAGRI. **Diretrizes de funcionamento de uma Escola Agrotécnica Federal — habilitações de técnico em agropecuária e em economia doméstica.** Brasília: Coagri, 1985c (série ensino agrotécnico — 1).

_____. Ministério da Educação. Brasília. **Lei nº 5692 de 11 de agosto de 1971, Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.**

_____. Ministério da Educação. Brasília. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.**

_____. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CEB nº 16/99, Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico.** Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Brasília, SEMTEC, 2001.

_____. Ministério da Educação. **Referências Curriculares Nacionais da Educação Profissional de Nível Técnico.** Brasília, MEC, 2005.

_____. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Média e Tecnológica de Educação Profissional: Legislação Básica.** 5ª ed. Brasília: MEC, 2001.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio.** Brasília, Ministério da Educação, 1999.

_____. Parecer CNE/CEB nº 17/97. Estabelece as Diretrizes para a Educação Profissional. In: **Educação Profissional: Legislação Básica.** Secretaria de Educação Média e Tecnológica. 5ª ed. Brasília, SEMTEC, 2001.

_____. **Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para Formação Profissional/CENAFOR.** Manual do Sistema Escola-fazenda, 1973.

_____. **Decreto n. 90.922, de 6 de fevereiro de 1985.** Regulamenta a lei n. 5.524, de 5 de novembro de 1968, que dispõe sobre o exercício da profissão de técnico industrial de nível médio. Documenta n. 264. Brasília, 1985a.

_____. **Decreto nº 5154 de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.** Brasília, Ministério da Educação, 2004.

BUFFA, E. História e filosofia das instituições escolares. In: ARAÚJO, J.C.; GATTI JÚNIOR, D. (orgs). **Novos temas em história da educação brasileira:** Instituições escolares e educação na imprensa. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2002.

BURKE, P. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2008.

CAMPOS, J. de O. **Análise comparativa dos modelos curriculares de educação profissional agrícola:** Sistema Escola-Fazenda e Formação por Competência no CEFETUrutai/ GO.2005, 90 p. Dissertação de mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2005.

CASTELLS, M. **O poder da identidade.** São Paulo-SP: Editora Paz e Terra, 2001.

CASTORIADIS. **C.A instituição imaginária da sociedade.** 3ª ed. Paz e Terra, 1982.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano**: 1. artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

_____. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 2008

CHARTIER, R. **História cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: DIFEL, 2002.

CHAUÍ, M. **Filosofia**. São Paulo, Ática, 2002.

CIAVATTA, M. Do espaço da fábrica para o espaço da escola (III): a educação profissional e tecnológica no espaço da antiga fábrica. In: CIAVATTA, M.(Coord.). **Memória e temporalidades do trabalho e da educação**. Lamparina, FAPERJ, 2007.

_____. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In: RAMOS, Marise. (Org.). **Ensino médio integrado**: Concepções e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

CORDÃO, F. A. e AUR, B. A. Estrutura e organização atual da Educação Profissional no Brasil, artigo para o International Centre for Technical and vocational Education and Training (Unesco/UNESCO). In: REGATTIERI, Jane. E CASTRO, Margareth. (Orgs.). **Ensino Médio e Educação Profissional – desafios da integração**. UNESCO, 2009.

CORRÊA, V. As relações sociais na escola e a produção da existência do professor. In: RAMOS, Marise. (Orgs.). **Ensino médio integrado**: concepções e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

DEMO, P. **Pobreza política**. Campinas: Editora Autores Associados, 2001.

FARAGO, C. C. **A batalha da Copel**: governo, parlamento e movimento social em ação. 2006. 190 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – CHLA, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, 2006.

FERREIRA, K. B. de C. A semiformação do ensino agrícola na Escola Agrotécnica Federal de Rio Verde/GO – Goiânia, UFG, 2002, (Dissertação de Mestrado). In: CAMPOS, José de Oliveira. **Análise Comparativa dos Modelos Curriculares de Educação Profissional Agrícola**: Sistema Escola-Fazenda e Formação por Competência no CEFET Urutaí/ GO.2005, 90 p. Dissertação de mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2005.

FERRETTI, C. J. Formação profissional e reforma do ensino técnico no Brasil: anos 90. In: **Educação e Sociedade**, Campinas, ano XVIII, nº 59, p. 225-269, ago. 1997.

FERRAROTI, F. La Historia y lo cotidiano, Buenos Aires, Centro Editor de América Latina, 1990. In: MEZZANO, Alicia Corvalán. Lembranças Pessoais – Memórias Institucionais: Para uma Metodologia de Questionamento Histórico-Institucional. In:

BUTELMAN, Ida. (Org.). **Pensando as Instituições: Teorias e Práticas em educação**. ARTMED, 1996.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Almedina, 1969.

FREIRE, Paulo. **A Educação na Cidade**. São Paulo: Cortez, 1991.

FRIGOTTO, G.; CIVATTA, M.; RAMOS, M.A. gênese do decreto nº 5.154/2004: um debate no contexto do controverso da democracia restrita. In: RAMOS, M. (Org.). **Ensino médio integrado – Concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

FRIGOTTO, G. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. In: MOLL, J. (Org.). **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. São Paulo: ARTMED, 2010.

GATTIJÚNIOR, D. A história das instituições educacionais: inovações paradigmáticas e temáticas. In: ARAÚJO, J.C. E GATTI JÚNIOR, D. (orgs). **Novos Temas em história da educação brasileira: Instituições Escolares e Educação na Imprensa**. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2002.

GIDDENS, A. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GUBA, E. S.; LINCOLN, Y. S5.Fourth generation evaluation. Newbury Park: Sage, 1989. In: OLIVEIRA, M. M. de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, RJ, Editora Vozes, 2008.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP & A, 2006.

HARVEY, D. A Condição Pós-moderna. São Paulo, Editora Loyola. In: FARAGO, C. C. **A batalha da Copel: governo, parlamento e movimento social em ação**. 2006. 190 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – CHLA, Universidade Federal do Paraná, Curitiba-Paraná, 2006.

HOBSBAWM, E. RANGER, T. (Orgs.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

JESUS, E. S. de. **“Gente de promessa, de reza e de romaria”**: experiências devocionais na ruralidade do recôncavo sul da Bahia (1940-1980). 2006. 142 f. Dissertação (Mestrado em História) – FFCH, Universidade Federal da Bahia, Salvador-Bahia, 2006.

KOLLER, C. e SOBRAL, F. A construção da identidade nas escolas Agrotécnicas federais – a trajetória da COAGRI ao CONEAF. In: MOLL, Jaqueline. (Org.). **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. São Paulo, ARTMED, 2010.

KUENZER, A. As políticas de educação profissional – uma reflexão necessária. In: MOLL, Jaqueline. (Org.). **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo – desafios, tensões e possibilidades**. São Paulo, ARTMED, 2010.

_____. **Ensino Médio e Profissional: as políticas do estado neoliberal**. Cortez, 2001.

MAGALHÃES, J. P. **Tecendo nexos: História das instituições educativas**. Bragança Paulista-SP, Editora Universitária São Francisco, 2004.

MANFREDI, S. M. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo, Cortez, 2002.

MANNHEIM, K. **Liberdade, poder e planificação democrática**. Mestre Jou, 1972.

MEZZANO, A. C. Lembranças pessoais: memórias institucionais: para uma metodologia de questionamento histórico-institucional. In: BUTELMAN, I. (Org.). **Pensando as instituições: teorias e práticas em educação**. ARTMED, 1996.

MINAYO, M. C. de S.. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ, Editora Vozes, 2010.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em Psicologia Social**. Editora Vozes, 1994.

NASCIMENTO, J. C. do. **Memórias do aprendizado: 80 anos de ensino agrícola em Sergipe**. Edições Catavento, 2004.

NOSELLA, P., BUFFA, E. As pesquisas sobre instituições escolares: balanço crítico. In: **II Colóquio sobre Pesquisa de Instituições Escolares**. UNINOVE, São Paulo, 2005.

NÓVOA, A.; DEPAEPE, M.; JOHANNINGMEIER, E. (Ed.) The colonial experience in education. Historical issues and perspectives. *Paedagogica Historica*. International Journal of the History of Education. Gent: C. S. H. P., v. I, p. 353-382, 1995. Supplementary series. In: MAGALHÃES, Justino Pereira. **Tecendo Nexos: História das Instituições Educativas**. Bragança Paulista-SP, Editora Universitária São Francisco, 2004.

OLIVEIRA, M. M. de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, RJ, Editora Vozes, 2008.

PAMPLONA, R. M. **As relações entre o estado e a escola: Um Estudo sobre o Desenvolvimento da Educação Profissional de Nível Médio no Brasil**. 2008. 104 f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) – PPGEA, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica-Rio de Janeiro, 2008.

PARO, V. H. **Gestão democrática da escola pública**. Editora Ática, São Paulo, 2000.

PETITAT, A. **Produção da escola/produção da sociedade:** análise sócio-histórica de alguns momentos decisivos da evolução escolar no ocidente. Porto Alegre, Artes Médicas, 1994.

PLENCOVICH, M. C.; COSTANTINI, A. O.; BOCCHICCHIO, A. M. **La educación agropecuaria en la Argentina:** génesis y estructura. Buenos Aires-Argentina, Ediciones Ciccus, 2008.

POPKEWITZ, T. **Reforma educacional:** uma política sociológica – poder e conhecimento em educação. Porto Alegre, Artes Médicas, 1997.

RAMOS, V. S. **Desenvolvimento local e território: uma reflexão sobre o papel dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia,** 2011. 79 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011.

REGATTIERI, J.; CASTRO, M. (Orgs.). **Ensino médio e educação profissional:** desafios da integração. UNESCO, 2009.

RODRIGUES, Ângelo C. **A educação profissional de nível médio:** o sistema escola fazenda na gestão da coordenação nacional de ensino agropecuário/COAGRI (1973-1986). 1999. 206 f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

RODRIGUES, Marco A. R. **Avaliação da qualidade da água do Rio Jiquiriçá a jusante da cidade de Ubaíra-Bahia-Brasil através de variáveis físicas, químicas e biológicas.** 2008. 145 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) – PRODEMA, Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus-Bahia, 2008.

ROMANELLI, O. de O. **História da educação no Brasil (1930/1973).** Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2008.

SANFELICE, J.L. **História, instituições escolares e gestores educacionais.** Revista HISTEDBR Online, Campinas, nº especial, ago.2006, p. 20-27.

SANTOS, J. dos. Início dos anos 1990: Reestruturação Produtiva, Reforma do Estado e do Sistema Educacional. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. (Orgs.). **A formação do cidadão produtivo:** a cultura do mercado no ensino médio técnico. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006, p.187-199.

SAVIANI, D. **História da educação e política educacional.** Revista HISTEDBR, N.3, julho. 2001, HISTEDBR, UNICAMP.

_____. **Escola e democracia.** Campinas, Editora Autores Associados, 1. ed. 1993.

_____. **Escola e democracia.** Campinas, Editora Autores Associados, 2ª edição, 2001.

SILVA, J. M.; SILVEIRA, E. S. da. **Apresentação de trabalhos acadêmicos:** normas e técnicas. Editora Vozes, 5ª edição, 2009.

TAVARES, M. G. **Formação dos trabalhadores para o meio rural**: os impactos da Reforma da Educação Profissional no Ensino Técnico Agrícola. 2004, 132p. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação, Paraná: UFPR.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis, RJ Editora Vozes, 2009.

7 ANEXOS

A – Jornal Expressão. Publicação interna da Escola Agrotécnica Federal de Santa Inês. Número 1 -Ano I , Fevereiro/99, p. 06. Entrevista com o Professor João Campos.

B - Jornal Expressão. Publicação interna da Escola Agrotécnica Federal de Santa Inês. Julho de 1999 – Número 2 – Ano I, p. 06. Entrevista com o Professor Henrique Dias dos Santos.

C – Mapa de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional a partir da Lei nº 11.892/08. Extraído de catálogo Informativo do MEC: Institutos federais, uma conquista de todos os brasileiros, 2009.

D - Convênio 17/90 para construção da Escola Agrotécnica Federal de Santa Inês. Fonte: Arquivos do IF Baiano – CSI.

E - Termo de Homologação da Comissão de Licitação. Fonte: Arquivos do IF Baiano – CSI. Fonte: Arquivos do IF Baiano – CSI.

F - Ordem de Serviço para início das obras de construção da Escola Agrotécnica Federal de Santa Inês. Fonte: Arquivos do IF Baiano – CSI.

G - Diário Oficial da União nº 150-E, de 7 de agosto de 1998. Seção 1, p.27-28. Fonte: Arquivos do IF Baiano – CSI.

H - Fotografia das placas sinalizadoras na entrada do canteiro de obras, uma da construtora e outra do MEC, discriminando a obra que seria construída. Fonte: Arquivos do IF Baiano – CSI.

I - Ata de reunião no IF Baiano CSI para discutir a proposta de adesão para transformação em Instituto. Fonte: Arquivos do IF Baiano – CSI.

J – Matéria da Revista Educação Profissional, Ano I/2011. Revista dos Institutos Federais do Nordeste.

L – Termo de consentimento e livre participação na pesquisa.

M – Roteiro de perguntas para os entrevistados organizados em tópicos de interesse.

N – Cartaz de divulgação do Processo Seletivo obedecendo as prescrições do Decreto nº 2.208/97 – oferta de cursos na forma concomitante. Fonte: Arquivos do IF Baiano – CSI.

Falando Séria

Dia 25 de setembro de 1998, é com muito prazer que entrevistamos o Professor José de Oliveira Campos, Diretor Geral da Escola Agrotécnica Federal de Urutai-GO.

E.C. Boa tarde, professor.

J.C. Boa tarde.

E.C. Professor, o Sr. se encontra em nossa Escola ministrando o curso de Escola Fazenda. Qual o objetivo desse curso?

J.C. O objetivo desse Curso do Sistema Escola Fazenda é capacitar os recursos humanos da Escola Agrotécnica Federal de Santa Inês, principalmente para a Educação Profissional, envolvendo todo pessoal da parte de formação especial: professores de Zootecnia, de Agricultura, de Administração e Economia Rural, de Olericultura, Desenho e Topografia, enfim toda parte profissional. O Mercado de Trabalho exige um perfil profissional adequado para atender às competências requeridas pelo setor produtivo. A razão pela qual eu estou aqui é justamente para transmitir essa metodologia de ensino a esses profissionais que, por sua vez, irão trabalhar junto aos seus alunos todos os conhecimentos na área de projetos Zootécnicos, projetos Agrícolas e projetos Agroindustriais.²⁰

E.C. Professor, o Sr. fala com tanta propriedade. E o mercado de trabalho hoje para esses técnicos, como é que o Sr. vê?

J.C. Eu vejo com muito otimismo e com a grande visão de futuro. Antes nós tínhamos só uma opção - Técnico Agrícola - há 90 anos. O que hoje não satisfaz ao mercado, tenho 33 anos de Escola Agrícola e vi ex-alunos vendendo jornal, dirigindo taxi, trabalhando em shoppings além de um grande número de desempregados e subempregados. Portanto isso mostra que uma opção não é uma solução. E como corrigir isso? Não é a palavra do professor Campos, é sim da conjuntura em que nos encontramos a qual exige que o novo perfil do profissional se adeque ao que a sociedade precisa. Assim sendo vamos formar aquilo que o setor produtivo nos pede através de estudos de vocação regional, feito no Brasil inteiro.

E.C. É essa condição de retirar o Ensino Médio das Escolas Agrotécnicas, como o Sr. vê essa questão?

J.C. Eu vejo coerente, porque o nosso papel de Escola Agrotécnica é ensinar Curso Técnico Profissionalizante e não preparar Curso Médio para Vestibulando, porque isso é papel do Estado e não da nossa Escola. Então eu vejo coerência.

E.C. Professor, então o Sr. acredita que a Reforma do Ensino Tecnológico veio "de baixo para cima e não de cima para baixo"?

J.C. Indubitavelmente. Essa é a centésima vigésima Quinta reunião, eventos e congressos que eu participo, que inclusive condena algumas, ela está tão bem construída de baixo para cima, tanto é que eu não se conhecia, e eu te digo como um dos Diretores mais antigos, que estou com 33 anos já no Ensino Agrícola, nunca ninguém fez uma pesquisa para dizer que o Curso Técnico Agrícola era o melhor do Brasil. Só justificava dizendo, ah! nós somos um País de grande expansão territorial, só tinha esse discurso, mas na prática mesmo, nunca ninguém teve dados para provar isso. O que tem, é que esses tecnólogos a maior parte vão para o vestibular e outros desempregados que não têm qualificação especiais e nunca ninguém buscou no mundo do trabalho, qual o profissional que ele precisa e estou dizendo isso com base, pois eu visitei a China, Oklahoma e acompanhei trabalhos de natureza e eles trabalham Escola Comunidade juntos, em parcerias, e pesquisando a sociedade traçando o perfil profissional de cada região e se houver saturação de um determinado curso, acaba-se aquele que é inviável e cria-se um outro. Isso eu Presenciei nesses dois grandes países e nós até estamos por sinal seguindo o Primeiro Mundo nessa linha. Eu vou te dar um exemplo. Quando eu fiz a pesquisa em Urutai, deu 10% de informática, em Urutai à noite as Escolas achadas ociosas, você tem quase 400 alunos vindo até de 32 km e nisso nós temos 5 linhas de ônibus que eles mesmo pagam.

E.C. Professor, o Sr. é um educador. O Sr. acredita que o curso técnico dá uma formação integral, de totalidade ao indivíduo?

J.C. Eu acredito, é... até na minha fala eu disse vamos resgatar o técnico para não perder o homem. Quando eu falo nos técnicos, nós não ensinamos só a parte tecnicista.

Ensinamos também a parte humanista nós estamos formando não é só o técnico nós estamos formando o cidadão. Tanto é que nós ensinamos as bases tecnológicas, bases científicas e bases humanísticas.

E.C. Quais são as disciplinas, que no seu ponto de vista tem maior compromisso com essa formação integral do indivíduo com relação ao Curso Técnico?

J.C. Nós temos aí uma base, dentro da própria Lei da Educação que cada nível escolar: ensino fundamental, médio, pós-médio, e superior cada matéria tem o que o indivíduo precisa para sua formação, o nosso jovem nessa faixa etária que nós temos nas nossas Escolas todas elas são indispensáveis não tem A é melhor que B, C é melhor que D, todas elas têm que trabalharem integradas para que realmente nós chegaremos com um produto final competente com um único técnico. Todas elas são importantes. Nós não estamos formando só apertador de parafusos, ou só tirador de leite, ou só um fazedor de calda. Nós estamos formando um técnico como um todo, por isso que são três bases que se interdisciplinam.

E.C. Professor, em se tratando de uma Escola que não esteja situada onde



haja a viabilidade do Curso Técnico diante da Reforma do Ensino, como ficará essa Escola caso ela não tenha uma clientela para o curso Técnico, excluindo o Curso Médio?

J.C. Eu acredito que o Corpo Docente da Escola e o Corpo Técnico Administrativo cuidará desse trabalho que a Lei prevê, buscando parcerias com a sociedade, fazendo as pesquisas, o estudo de vocação regional. Eu sinceramente sou muito otimista em dizer que nós não chegaremos talvez à resposta que você não gostaria de ouvir... eu, eu não estou escorregando porque alguém nunca vai falar desde que saibamos buscá-lo.

E.C. Professor, então é possível que uma Escola Agrotécnica que tem como sua mola mestra o curso agrícola ela poderá vir a ser uma escola de curso não agrícola?

J.C. Você me confirmou uma coisa agora que há muitos anos eu não concordaria com você em gênero e grau, mas hoje sim, ela está inscrita como Escola Técnica Federal, sendo uma Escola de serviços, a sua terminologia hoje já é flexível, já pensa de mudar em Centro de Referência de Atendimento à Sociedade. Eu vejo que após a pesquisa ter um curso de comércio, enfermagem etc. Em Urutai já está quase 50% da matrícula em curso de informática de 4 anos e curso pós-médio de 2 anos para a clientela que já fez o curso médio. Então hoje não se injeta tem que dá só o curso agrícola, não. Ela pode dar curso profissional no setor primário da economia e pode atender todos os setores.

E.C. Ou seja, a reforma do ensino tecnológico já prevê essa possibilidade?

J.C. Já, a partir do estudo de vocação regional, eu posso estar formando um profissional em Urutai e você, um outro aqui. Isso na História da Educação é imper. Temos um privilégio, agora temos é que não cruzar os braços e buscar a clientela. Eu falo com realismo e otimismo.

E.C. Professor, nossa Escola é uma Escola nova, se assim posso dizer, que impressão o Sr. tem hoje da Escola de Santa Inês?

J.C. Eu conheço 43 Escolas como essa, a impressão que eu tenho e sempre eu falo onde dou discurso, pra mim estão os servidores em primeiro lugar, o resto virá por acréscimo, e isso me deu uma grande repercussão, me trouxe assim uma satisfação imensurável a dedicação desse pessoal no decorrer dessa semana administrando esse curso, até extrapolando o horário previsto, a minha impressão é que uma Escola, apesar de nova, cumprindo sua missão e já projetando sua visão de futuro, e digo mais ainda vocês são privilegiados. Não estou jogando confete quando digo isso, nossa Escola mesmo é uma Escola antiga, é uma Escola boa, mas a nossa infra-estrutura é mais adaptada do que noções novas, e dentro dessa estrutura aqui como eu vejo se tiver 10 no país é o máximo, então os pontos fortes dessa escola, são importantíssimos para atingir os seus objetivos propostos. É claro que eu tenho também algumas restrições que estariam em primeiro lugar, que é público e notório, que é o fator água como sendo limitante, mas com o corpo docente dessa escola e com o técnico administrativo que a gente percebe ela tem tudo para ser uma das melhores escolas.

E.C. Professor, esse ano nós estamos formando a primeira turma da Escola. O que o Sr. diria a esses jovens que estão formando?

J.C. Eu diria o que até disse no momento cívico, onde eu tive a honra de astear a nossa bandeira e dei um depoimento da minha pessoa como ex-agricultor, transmitindo a mensagem que eles estudasse bastante e que assumissem com responsabilidade a missão de estudante e que eles não tinham o que perder, procurassem obedecer hierarquicamente os seus superiores e que eles teriam um futuro brilhante pela frente e que, conhece os grandes homens nas grandes dificuldades e como exemplo eu citei uma grande frase de um grande filósofo "eu vim, vi e venci", e olhando para vocês jovens, vocês vieram, estão vendo e vencerão, se Deus quiser.

E.C. Professor, meus justos e sinceros agradecimentos, em nome da escola e do Jornal. Até a Próxima.

J.C. Não há de que. Eu te agradeço pela oportunidade a mim concedida.

A REFORMA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA EAFSI-BA

Com a publicação da nova LDB (Lei de diretrizes e bases da Educação Nacional) em 23 de dezembro de 1996, iniciamos um processo difícil e importante no tratamento da nossa Educação que há muito necessitava de mudanças, pois, como se apresentava não conseguíamos acompanhar o grande desenvolvimento Científico e Tecnológico Mundial.

No mês de abril de 1997 foi assinado o decreto 2.208 que regulamentou o parágrafo 2º do Art. 36 e os Arts. 39 a 42 da LDB, que tratam das profissões técnicas e da Educação Profissional mostrando, dentre outros, que, esta poderá ser desenvolvida em articulação com o Ensino Regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, até no ambiente de trabalho e que os conhecimentos adquiridos através da sua experiência do dia-a-dia no mundo do trabalho, poderá ser reconhecido para efeito de certificação, continuação de estudos e até habilitação. Ainda do supra citado decreto podemos destacar os seguintes pontos:

A Educação Profissional compreende os níveis:

Básico - que permite qualificar ou requalificar o cidadão trabalhador, independente de escolaridade prévia, visando as exigências do mundo do trabalho, não estando sujeito a regulamentação curricular e recebendo um certificado de qualificação profissional ao concluir algum curso.

Técnico - que permite habilitar profissionalmente alunos matriculados ou egressos do Ensino Médio, este sim com organização curricular própria, independente do Ensino Médio, podendo ser oferecido de forma de concomitância interna, externa ou sequencial a este.

Tecnológico - que permite atender egressos do ensino médio e técnico, para cursos superiores na área tecnológica.

A formulação dos currículos plenos do ensino técnico, será composta de diretrizes curriculares nacionais, que constarão de carga horária mínima, conteúdos mínimos, habilidades e competências, por área profissional, estabelecido pelo MEC, ouvido o Conselho Nacional de Educação.

Serão completados pelos órgãos normativos do sistema de Ensino, as diretrizes nacionais e estabelecerão seus currículos Básicos os quais não poderão ultrapassar 70% da carga horária mínima obrigatória, ficando reservado um percentual mínimo de 30% para os estabelecimentos de ensino, que elejam disciplinas, conteúdos, habilidades e competências específicas, de sua organização curricular, sem autorização prévia.

Os currículos do ensino técnico serão estruturados em disciplinas que poderão ser agrupadas sob a forma de módulos, os quais poderão ter caráter de terminalidade para dar direito a certificados de qualificação profissional.

O conjunto de certificados de competências equivalentes a todas as disciplinas e módulos integrantes de uma habilitação profissional dará direito ao diploma correspondente de técnico de nível médio.

Em maio de 1997 através da portaria de número 646, foi regulamentada a implantação do disposto nos artigos 39 e 42 da LDB e no Decreto 2.208.

Esta implantação será feita através da rede federal de educação tecnológica, no prazo de até quatro anos.

Dentre os artigos e parágrafos desta portaria, por nós considerados de extrema importância, destacamos os seguintes:

- As Instituições Federais de Educação Tecnológica ficam autorizadas a manter o ensino médio, com matrícula independente da Educação Profissional, oferecendo o máximo de 50% do total de vagas oferecidas para os cursos regulares em 1997, observando o disposto na Lei Nº 9394/96.

- A oferta de curso de nível técnico e de qualificação, requalificação e reprofissionalização de jovens, adultos e trabalhadores em geral será feita de acordo com as demandas identificadas juntos aos setores produtivos, sindicatos de trabalhadores e sindicatos patronais, bem como junto a órgãos de desenvolvimento econômico e social dos governos estaduais e municipais, dentre outros.

- As Instituições Federais de Educação Tecnológica deverão se constituir Centro de Referência, inclusive com papel relevante na expansão da educação profissional.

Em Nossa Instituição que está com apenas dois anos e onze meses, após interpretarmos a legislação, básica da reforma e participarmos de alguns debates sobre a mesma, iniciamos nossa implantação através de reuniões para darmos as informações dos conceitos e princípios da Reforma. Essas reuniões foram realizadas ao longo de 1997 e 1998 com docentes e discentes da nossa escola e dos sistemas de ensino estadual e municipal inclusive Escola Agrotécnica Estadual, pessoal administrativo, pais de alunos, EBDA (Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S.A.), CEPLAC (Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira), prefeitos de algumas cidades circunvizinhas e alguns produtores rurais.

Fizemos um estudo de intenção de curso, junto à comunidade escolar circunvizinha num raio aproximadamente de 100Km e sentimos que, na nossa região, havia uma necessidade urgente de um curso técnico em Informática, daí implantamos o mesmo nesse ano de 1999.

Também tentamos um estudo de demanda com o setor produtivo porém, ainda muito tímido, por falta de assessoria para tal.

Até através de painéis integrados com o corpo docente, tomamos algumas decisões como, por exemplo, o sistema modular para o curso Técnico Agrícola com habilitações em zootecnia, agricultura, agropecuária com concomitância interna e externa, e a semestralização para o curso técnico em Informática oferecido para egressos do ensino médio, no turno noturno. Investimos, no ano de 1998, na capacitação dos docentes, onde os mesmos participaram em mais de dez cursos, seminários, congressos e simpósios, assim como, também estamos capacitando nossos técnicos e auxiliares rurais internamente e, dando até maior versatilidade na área técnica por necessidade de eventuais rodízios nos setores.

Como toda reforma pressupõe dificuldades na sua implantação quando já se tem uma estrutura sólida, imaginem todas essas mudanças numa escola com menos de três anos de início das atividades. E dentre essas dificuldades listamos: carência de obras imprescindíveis para o pleno funcionamento de nossa Instituição como as Instalações para animais de grande porte, duas salas ambientes, agroindústria, bibliotecas e abatedouro estando essas três últimas paralisadas. Ainda como dificuldades de implementação da REP, citamos a quantidade insuficiente do acervo bibliográfico; deficiência no processo de aprendizagem dos alunos oriundos das redes Estadual e Municipal de ensino para participar principalmente da concomitância externa; localização geográfica da escola (distante dos centros urbanos); insuficiência de escolas estaduais, municipais e particulares que atendam aos alunos que não ingressaram em nossa instituição para cursarem concomitantemente o Ensino Médio; falta de transporte coletivo para a comunidade escolar (linha regular) no itinerário centro/escola e vice-versa, principalmente no período noturno que desejamos implantar alguns cursos.

Com todos esses entraves, mesmo assim, acreditamos no sucesso dessa Reforma, cujos reflexos, com certeza não serão obtidos a curto prazo.

Prof. José Henrique Dias da Silva

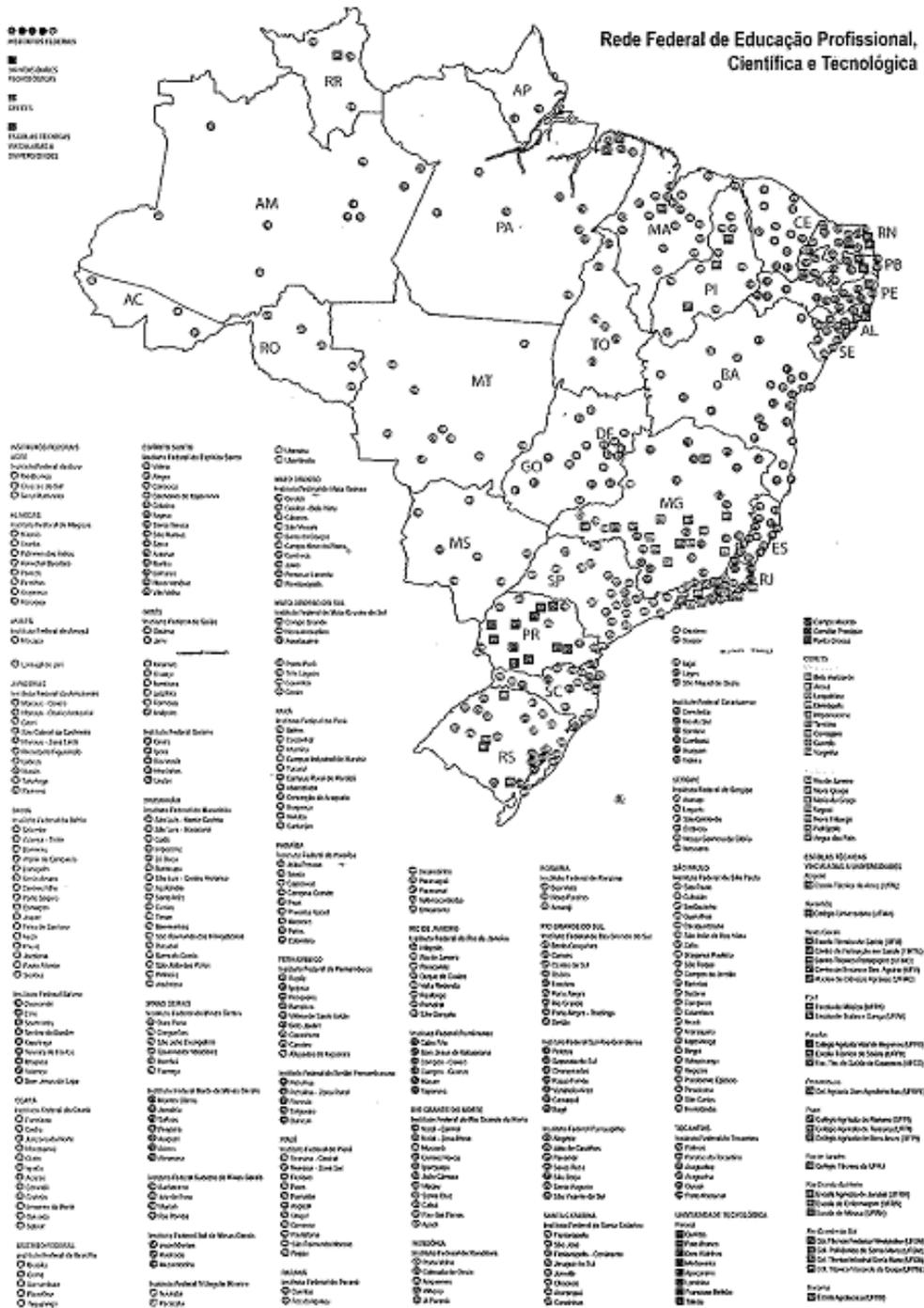
DDE - Diretor de Desenvolvimento Educacional



Diretoria da EAFSI se reúne com o Secretário da SENTEC, Dr. Ruy Leite Beger Filho

Anexo C

Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica



Confira os endereços das escolas em: <http://portal.mec.gov.br/redefederal>

Anexo D

CONVÊNIO nº 17/90, QUE ENTRE SI, CELEBRAM
O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E O MUNICÍPIO DE
SANTA INÊS - BAHIA, PARA A CONSTRUÇÃO DE
ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE SANTA INÊS,
CONSOANTE O PROGRAMA DE EXPANSÃO E MELHO
RIA DO ENSINO TÉCNICO.

Aos 14 dias do mês de março de um mil novecentos e noventa,
de um lado o Ministério da Educação, sediado na Esplanada dos Ministérios,
Bloco L, Brasília-DF, doravante denominado MEC, neste ato representado pelo
Ministro de Estado Deputado CARLOS SANT'ANNA, e de outro, a Prefeitura Muni
cipal de Santa Inês, CGC nº 14.199.921/0001-30, com sede na Praça Cel. Luiz Coe
lho nº 1, doravante denominada PREFEITURA, representada pelo Prefeito ROMILDO
ALCÂNTARA DE ANDRADE, resolvem celebrar o presente Convênio, observando as de
terminações constantes no Decreto-lei nº 2.300 de 21/11/86, com redação dada
pelos Decretos-leis nºs 2.348/87, 2.360/87 e Decreto nº 93.872 de 23/12/86 me
diante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto

O presente Convênio tem por objeto a transferência pela Secretaria
de Ensino de 2º Grau - SESG, dos recursos financeiros à PREFEITURA, visando a
construção da Escola Agrotécnica Federal de Santa Inês-BA, consoante o Progra
ma de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico.

CLÁUSULA SEGUNDA - Do Programa de Trabalho e Etapas da Execução

As metas físicas, os recursos financeiros e os projetos necessários
para a liberação e consecução do objeto proposto, estão discriminados no Pro
jeto Básico e Cronograma Físico-Financeiro, elaborado e aprovado pelas partes,
anexos e integrantes deste Convênio.

SUBCLÁUSULA ÚNICA

A pedido da PREFEITURA, por deliberação exclusiva do MEC, o Cronogra
ma Físico-Financeiro, de que trata a Cláusula Segunda, poderá ser alterado ou

substituído, passando o respectivo instrumento de alteração ou substituição a integrar e complementar o presente Convênio para os efeitos legais.

CLÁUSULA TERCEIRA - Das Obrigações das Partes

1 - São obrigações do MEC, através da Secretaria de Ensino de 2º Grau -, SESP:

- a) designar, através de Portaria, dois membros da Comissão de Licitação que promoverá a concorrência da construção do prédio da E.A.F. de Santa Inês;
- b) efetuar a transferência dos recursos do presente Convênio, de acordo com o disposto na Cláusula Quarta;
- c) acompanhar e supervisionar o desenvolvimento das ações previstas no Cronograma Físico-Financeiro;
- d) proceder ao acompanhamento e avaliação das atividades a serem desenvolvidas pelas partes na implementação do objeto do presente instrumento;
- e) fornecer cooperação técnica necessária à adequação, edificação, instalações e equipamentos referentes aos projetos aprovados.

2 - São obrigações da PREFEITURA:

- ✓ a) proceder ao acompanhamento e avaliação das atividades a serem desenvolvidas pelas partes na implementação do objetivo do presente instrumento;
- ✓ b) executar as ações objeto do presente Convênio, conforme Cronograma Físico-Financeiro;
- ✓ c) aplicar exclusivamente os recursos financeiros previstos no objeto deste Convênio, de conformidade com as normas vigentes;
- ✓ d) fornecer cooperação técnica necessária à adequação, edificação, instalações e equipamentos referentes aos projetos aprovados;

- ✓ e) executar a construção prevista, obedecendo aos padrões definidos no Projeto;
- ✓ f) registrar no Serviço de Patrimônio da União - SPU, os prédios após a sua conclusão;
- ✓ g) regularizar a situação patrimonial da área de terras em nome do Serviço de Patrimônio da União;
- ✓ h) designar equipe técnica que se encarregará da execução do presente Convênio;
- i) proceder ao acompanhamento e a fiscalização da execução da obra da E.A.F. caso para tanto delegue-lhe a Secretaria de Ensino de 2º Grau - SESG atribuições.

CLÁUSULA QUARTA - Do Valor e do Cronograma de Desembolso

O MEC, através da Secretaria de Ensino de 2º Grau - SESG, transferirá à PREFEITURA a importância de NCz\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzados no vos) xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx em conformidade com o Cronograma Físico - Financeiro anexo.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

A liberação dos recursos financeiros será para um período de 60 dias, efetivando-se conforme detalhamento demonstrado nos dois quadros referidos, ficando o desembolso das eventuais parcelas subsequentes condicionado a realização física de cada ação, etapa ou fase prevista no período, após a aprovação dos relatórios da execução e/ou prestação de contas apresentadas à DEMEC da Unidade Federada.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA

As transferências para exercícios posteriores, se houverem, serão efetuadas através de termo aditivo.

CLÁUSULA QUINTA - Da Classificação Orçamentária e do Empenho

A despesa da Secretaria de Ensino de 2º Grau-SESG, com o presente Convênio, correrá a conta do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico

0804301991.078.0004

co da União, Código Orçamentário 0804301991.078.0004 Elemento de Transfe-
rência conforme Empenho nº de de de 1990.

CLÁUSULA SEXTA - Da Movimentação dos Recursos Financeiros

A PREFEITURA abrirá, no Banco do Brasil S.A. conta corrente vincula-
da a este Convênio, em cuja conta nº Agência Código
da cidade Estado serão deposita-
dos os recursos transferidos pela Secretaria de Ensino de 2º Grau e que só
poderão ser sacados para pagamento das despesas decorrentes deste Convênio.

SUBCLÁUSULA ÚNICA

O saldo, se houver no final do Convênio, deverá ser recolhido, den-
tro de 30 dias, ao Tesouro Nacional.

CLÁUSULA SÉTIMA - Da Documentação e da Prestação de Contas

Os documentos comprobatórios das despesas na execução deste Convê-
nio deverão ser identificados com o número e ficarão arquivados nos órgãos
de contabilidade da PREFEITURA, à disposição dos órgãos de controle e fisca-
lização do Poder Público Federal.

A PREFEITURA apresentará relatórios trimestrais e final à DEMEC da
Unidade Federada nos termos da legislação vigente, até 30 (trinta) dias após
concluído o projeto e prazo do Convênio.

Independente da prestação de contas a PREFEITURA deverá remeter ao
MEC, através da Secretaria de Ensino de 2º Grau - SESG, relatórios parciais
ou trimestrais, e, final quando concluído ou extinto o presente Convênio, a
través de demonstrações financeiras para acompanhamento e controle dos recur-
sos e aplicações para avaliação sobre o desempenho alcançado.

CLÁUSULA OITAVA - Disposições Gerais

Serão respeitados, na execução deste Convênio, os seguintes princípios:

- 1 - realização do procedimento licitatório com observância ao Decre-
to-lei nº 2.300, de 21 de novembro de 1986, com as alterações,
com que se encontra a vigor;

- 2 - adoção de edital, com todas as peças que o integram, na conformidade do modelo fornecido pela Secretaria de Ensino de 2º Grau-SESG;
- 3 - constituição da Comissão Licitadora com a participação de três membros, dois dos quais indicados pela Secretaria de Ensino de 2º Grau - SESG, mediante Portaria;
- 4 - condicionamento da adjudicação à prévia aprovação da licitação pela Secretaria de Ensino de 2º Grau - SESG;
- 5 - rigorosa observância do prazo de execução da obra, ficando a cargo da PREFEITURA as providências necessárias a garantir-lhe o cumprimento.

CLÁUSULA NONA - Da Vigência

O presente Convênio vigorará pelo prazo de 180 dias, a contar da data da assinatura, podendo ser prorrogado, mediante acordo entre os convenentes que deverá ser formalizado em pleno curso do prazo original ajustado.

CLÁUSULA DÉCIMA - Da Alteração e Rescisão

Este Convênio poderá, mediante acordo das partes, ser modificado, por intermédio de termo aditivo, ou rescindido em razão de inadimplemento de qualquer de suas Cláusulas e/ou condições, sendo prerrogativa da União, através do órgão responsável, assumir a execução no caso de paralisação, para evitar a descontinuidade do serviço ou do projeto contratado.

SUBCLÁUSULA ÚNICA

Ocorrendo qualquer hipótese que implique na rescisão, ou não havendo início da aplicação dos recursos repassados dentro de 60 (sessenta) dias depois do recebimento, sem causas justificadas e aceitas pelo cedente, serão os mesmos apresentados à Secretaria de Ensino de 2º Grau pelo saldo existente, assim como será submetida através da mesma a prestação de contas dos recursos efetivamente aplicados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Da Publicação

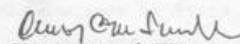
A publicação deste Convênio será efetivada por extrato no Diário Oficial da União, de acordo com o disposto no Decreto nº 93.872, de 23/12/86, às expensas da Secretaria de Ensino de 2º Grau - SESG.



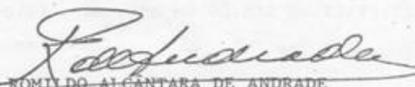
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Do Foro e da Legislação

Fica eleito o foro do Distrito Federal para dirimir dúvida ou litígio oriundo do inadimplemento deste Convênio, com renúncia expressa de qualquer outro, por privilegiado que seja.

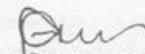
E, por assim estarem justos e acordados, firmam o presente Convênio em 3 (três) vias de igual teor e forma, para os efeitos de justiça, na presença das testemunhas abaixo assinadas.


CARLOS SANT'ANNA

Ministro de Estado da Educação


ROMILDO ALCÂNTARA DE ANDRADE

Prefeito Municipal


JOÃO AZEVEDO

Secretário de Ensino de 2º Grau

TESTEMUNHAS:

NOME:

CIC :

NOME:

CIC :

Anexo E



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de Santa Inês
C. G. C. 14.189.921/0001-30
Pça. Cel. Luiz Coêlho, 01
CEP. 45.320

Texto de Homologação

O Prefeito do Município de Santa Inês Estado da Bahia no uso das suas atribuições legais, homologa e parecer da Comissão de Licitação, criada pela Portaria nº15/90, composta por Angela Castelo Branco de Andrade, (Presidente) representante da Prefeitura, Valdino Landulfo de Matos Miranda (Membro) e Mário Ferreira de Araújo (Membro), representantes do Ministério de Educação.

A referida Homologação é feita em favor da Construtora AKTO LTDA.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Inês, 13 de março de 1990.

Dr. Romildo Alcântara de Andrade

Prefeito Municipal

Anexo F



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de Santa Inês
C. G. C. 14.199.921/0001-50
Pça. Cel. Luiz Vieira Coelho, 01
Santa Inês - Bahia
CEP. 45.320 - TEL. (073) 534-1205

GABINETE DO PREFEITO

ORDEN DE SERVIÇO

Fica autorizada a empresa CONSTRUTORA AKYO LTDA, vencedora da concorrência Pública Nacional nº 01/90, a proceder o imediato início das obras da UNED - Santa Inês-Ba., convênio MEC-SENSG e Prefeitura Municipal de Santa Inês, em regime de Empreitada Global, conforme contrato celebrado entre a citada empresa e esta Prefeitura.

Santa Inês, 16 de março de 1990.


.....
Dr. Romildo Alcantara de Andrade
Prefeito



d) de posse de todos esses elementos e informações, e caso confirmados eventuais prejuízos aos cofres públicos, sejam apurados os fatos, identificados os responsáveis pelo dano e quantificados os valores devidos, a fim de instaurar a devida Tomada de Contas Especial.

e) seja apurada a responsabilidade pelo dano não somente dos prefeitos e empenheiros, mas, também, das autoridades responsáveis pela aprovação das prestações de contas e repasse dos recursos, em montante desproporcional às dimensões da obra, na forma da jurisprudência desta Corte, materializada nos processos TC-475.214/93-3, Decisão 713/94, e TC-599.087/94-3, Decisão 485/95-0.

V

Quanto às demais irregularidades relacionadas com a execução de outros convênios firmados pelo Município e com a aplicação dos recursos do Fundo Especial/Royalties, o Ministério Público manifestou-se de acordo com as determinações consignadas no item I e com a providência sugerida no item IV, às fls. 167/9.

De igual modo, o Ministério Público perfila a proposta de anulação dos responsáveis, nos termos constantes no item II, às fls. 168/9, restando-se, todavia, como fundamento da multa imposta ao Sr. Emerson Amaral de Almeida, o fato inscrito no subitem b.3 (fl. 197), porquanto será objeto de exame específico, na forma anteriormente proposta.

Brasília-DF, 31 de Março de 1998

WALTON ALENCAR RODRIGUES
Subprocurador-Geral

ACÓRDÃO Nº 100/98 - TCU - Plenário

- 1. Processo nº TC-250.135/97-3
- 2. Classe de Assunto: V - Relatório de Auditoria
- 3. Responsáveis: Emerson Amaral de Almeida - CPF 065.137.605-00 (ex-Prefeito) e Romildo Alcântara de Andrade - CPF 040.356.905-20 (atual Prefeito).
- 4. Unidade: Prefeitura Municipal de Santa Inês-BA
- 5. Relator: Ministro Marcos Vinícios Vilela
- 6. Representante do Ministério Público: Dr. Walton Alencar Rodrigues
- 7. Unidade Técnica: SECEX/BA
- 8. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Relatório de Auditoria realizada pela SECEX/BA na Prefeitura Municipal de Santa Inês/BA, nas áreas de convênios, acordos, ajustes, Sistema Único de Saúde, Fundo Especial e royalties do petróleo, abrangendo os exercícios de 1995 e 1996 e o período da OJ 1 a 27.03.97, cujos gestores estão elencados no item 3.

Considerando as diversas falhas e irregularidades apontadas, nos autos, pela equipe de auditoria;

Considerando que, ocorridos em audiência, os responsáveis Emerson Amaral de Almeida e Romildo Alcântara de Andrade, respectivamente ex e atual Prefeito do município em epígrafe, apresentaram suas razões de justificativa, transcritas e analisadas no Relatório e Voto precedentes;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento nos artigos 1º, inciso IX; 24, e 43, incisos I e II, e parágrafo único, da Lei nº 8.443/92, c/c o art. 80, inciso V, do Regimento Interno do TCU, em:

8.1 - aceitar as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Romildo Alcântara de Andrade, atual Prefeito do Município de Santa Inês/BA;

8.2 - rejeitar as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Emerson Amaral de Almeida, ex-Prefeito do município em epígrafe, acerca das infrações às Leis nºs 4.320/64 e 8.666/93, à Resolução TCU nº 229/87 e às Instruções Normativas - STN nºs 2/93 e 1/97, relativas às irregularidades a seguir elencadas, conforme os parâmetros constantes dos autos:

a) inexistência de contabilização das receitas do Sistema Único de Saúde - SUS, ocasionando descaso com os recursos públicos transferidos ao Município, e comprometendo as demais fases de aferição da aplicação destes recursos (arts. 83/93 da Lei nº 4.320/64);

b) inexistência de registros auxiliares para o controle das receitas oriundas de royalties e Fundo Especial do Petróleo, bem como das respectivas despesas efetuadas a estes títulos (Resolução TCU nº 229/87);

c) ausência total da documentação comprobatória atinente a construção da Escola Agrícola Federal de Santa Inês/BA (Instruções Normativas - STN nºs 2/93 e 1/97);

d) ausência de controles satisfatórios da execução do Programa "Let's é Saúde", financiado com recursos federais (Convênio nº 573/96 - SIAFI nº 309832), a exemplo de fichas de estoque, relatórios de acompanhamento do programa, das remédios, dos beneficiários, etc., previstos no documento intitulado "Orientações Básicas para Execução do Programa";

8.3 - aplicar ao responsável identificado no subitem anterior (8.2) a multa prevista no art. 38, inciso II, da Lei nº 8.443/92, na forma do art. 220, inciso II, do R/TCU, no valor de R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais), pela infração de diversos dispositivos legais, conforme assinalado acima;

8.4 - fixar o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que o responsável comprove, perante o Tribunal (art. 165, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional;

8.5 - autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/92, caso não atendida a notificação;

8.6 - determinar ao Prefeito do Município de Santa Inês/BA, com fulcro no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/92, que:

a) divulgue amplamente, no âmbito do Município, a existência do Conselho Municipal de Saúde, bem assim, de sua importância social no acompanhamento e tomada de decisões na política de saúde pública local (NOB 01/93 e 01/96);

b) providencie a devida contabilização das receitas e des-

pesas referentes no Sistema Único de Saúde - SUS, bem como das do Fundo Especial e royalties do petróleo, como estabelecido na legislação pertinente (Lei nº 4.320/64);

c) evite a promiscuidade, por períodos prolongados, dos recursos federais transferidos ao Município de Santa Inês em conta bancária, sem a aplicação no mercado financeiro, objetivando manter o seu valor real original (IN/STN nº 01/97);

d) aponte nos comprovantes de despesas efetuadas a cargo de transferências federais e demais documentos, como notas fiscais, empenhos, ordens de pagamento e outros, a respectiva identificação do convênio, do acordo, do ajuste, etc., a qual se refere (IN/STN nº 01/97);

e) abstenha-se de acatar condições estabelecidas por licitantes ou particulares em contratos municipais, a exemplo de antecipação de pagamentos, em relação ao fato gerador da despesa, visto que são contrárias à Lei 4.320/64;

f) atente para a correta liquidação das despesas municipais, evitando falhas/impropriedades, a exemplo daquela constatada no pagamento da Nota Fiscal nº 330, de 23.12.96, do Contrato de Repasse nº 001/MPO/CEF/96, firmado entre a Caixa Econômica Federal e a Prefeitura Municipal de Santa Inês, no exercício de 1996 (Lei nº 4.320/64);

g) proceda à correta formalização dos processos administrativos licitatórios, bem como dos contratos públicos municipais, de acordo com a Lei 8.666/93 e alterações posteriores;

h) atente para a elaboração do projeto básico e/ou executivo por ocasião da implementação de obras públicas, conforme estabelece a Lei 8.666/93 e alterações posteriores;

i) promova e comprove, em seus processos licitatórios, a prévia pesquisa de preços, de forma a assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, a preços de mercado, conforme preceito do art. 3º da Lei 8.666/93;

j) acate os respectivos processos a devida comprovação de encaminhamento e recepção das cartas-convite, em processos licitatórios (Lei nº 8.666/93);

k) observe atentamente os procedimentos preconizados pelo documento intitulado "Orientações Básicas para a Execução do Programa", em referência ao programa federal do "Let's é Saúde";

8.7 - determinar à Presidência da Caixa Econômica Federal - CEF que, no prazo de noventa dias, insture, se ainda não o fez, e encaminhe ao TCU, por intermédio da Secretaria de Controle Interno do Ministério do Orçamento e Planejamento - MPO, tomada de contas especial atinente ao Contrato de Repasse nº 001/MPO/CEF/96, do Programa Habitar-Brasil, firmado entre a CEF e a Prefeitura Municipal de Santa Inês/BA, tendo como responsáveis os Senhores Emerson Amaral de Almeida, ex-Prefeito, pelas parcelas de recursos recebidas no exercício de 1996, e o Sr. Romildo Alcântara de Andrade, atual Prefeito, pelas parcelas recebidas a partir de 01.01.97, ante o não-atingimento dos objetivos pactuados;

8.8 - requisitar à Caixa Econômica Federal, com fulcro no art. 101 da Lei nº 8.443/92, sem qualquer ônus para o Tribunal, a realização de perícia técnica na obra construção da Escola Agrícola Federal de Santa Inês/BA, apresentando laudo de avaliação dos serviços informados como executados, quantificando, avaliando e certificando sua realização, bem como opinando sobre a compatibilidade entre os valores pagos e o efetivo custo de construção;

8.9 - determinar à SECEX/BA que:

a) constitua processo apartado para tratar especificamente da construção da Escola Agrícola Federal de Santa Inês/BA, providenciando-se cópias de todas as peças e documentos associados à referida obra, constantes dos presentes autos;

b) promova diligências junto aos órgãos federais que celebraram convênios e repassaram recursos para a construção da Escola Agrícola Federal de Santa Inês/BA, visando a obter cópias de todos os processos pertinentes, contemplando desde a análise do pleito e a concessão dos recursos até a prestação de contas e exame pelos órgãos competentes, promovendo a juntada de todos esses processos para análise, em conjunto;

c) de posse dos elementos e informações obtidos a partir das providências acima, bem como do resultado da pericia requisitada à CEF (subitem 8.8) e, caso confirmados eventuais prejuízos aos cofres públicos, apure os fatos, identifique os responsáveis pelo dano e quantifique os valores devidos, a fim de propor ao Tribunal a instauração de tomada de contas especial;

d) atente, na hipótese acima, para a apuração da responsabilidade pelo dano não somente dos prefeitos e empenheiros, mas, também, das autoridades responsáveis pela aprovação das prestações de contas e repasse dos recursos, em montante desproporcional às dimensões da obra, na forma da jurisprudência desta Corte, materializada nos processos TC-475.214/93-3, Decisão 713/94, e TC-599.087/94-3, Decisão nº 485/95-0;

8.10 - encaminhar cópia do Relatório de Auditoria (fls. 01/15), das instruções complementares (fls.74/88 e 157/89), do Parecer do Ministério Público (fls. 171/73), bem como deste Acórdão e do Relatório e Voto que o fundamentam à Prefeitura Municipal de Santa Inês/BA e à Caixa Econômica Federal, para conhecimento e adoção das medidas cabíveis.

9. Ata nº 28/98 - Plenário

10. Data da Sessão: 22/07/1998 - Ordinária

11. Especificação do quorum:

11.1. Ministros presentes: Homero Santos (Presidente), Adhemar Paladini Ghisi, Carlos Átila Álvares da Silva, Marcos Vinícios Rodrigues Vilela (Relator), Humberto Guimarães Souto, Bento José Bugnini e os Ministros-Substitutos José Antonio Barreto de Macedo e Lincoln Magalhães da Rocha.

HOMERO SANTOS
Presidente

MARCOS VINÍCIOS VILAÇA
Ministro-Relator

Foi presente: WALTON ALENCAR RODRIGUES
Procurador-Geral

GRUPO II - CLASSE V - Plenário

TC-250.136/97-0
Natureza: Relatório de Auditoria
Unidade: Prefeitura Municipal de Valença/BA
Responsáveis: João Cardoso dos Santos - CPF 007.708.095-53 (ex-Prefeito) e Agenildo Rannallo Gonçalves - CPF 017.429.495-68 (atual Prefeito).
Ementa: Relatório de Auditoria. Auditoria dos responsáveis sobre supostas irregularidades. Rejeição parcial das justificativas apresentadas pelo ex-Prefeito e acatamento das justificativas do atual. Aplicação de multa no primeiro. Autorização para cobrança judicial da dívida. Determinação: à Prefeitura (diversas providências); ao Ministério da Educação e do Desporto - MEC (promoção de estudos); ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE (instauração de TCEB); e à SECEX/BA (acompanhamento da adoção das determinações).

RELATÓRIO

Tratam os presentes autos de auditoria realizada pela SECEX/BA na Prefeitura Municipal de Valença/BA, no período de 31.03 a 04.04.97, abrangendo atos administrativos nos áreas de convênios, acordos, ajustes, Sistema Único de Saúde - SUS e royalties do petróleo, praticados nos exercícios financeiros de 1995, 1996 e 1997, até a data de conclusão da auditoria, que resultou no relatório de fls. 1/21.

2. Acatando proposição do Diretor da 3ª Divisão Técnica, ratificada pelo Titular da SECEX/BA (fl. 186), determino, mediante despacho de fl. 187, a promoção de audiências do ex-Prefeito Municipal, Sr. João Cardoso dos Santos, e de seu sucessor, o atual Prefeito Agenildo Rannallo Gonçalves.

3. Em resposta às mencionadas audiências, os responsáveis encaminham à SECEX/BA os elementos de fls. 191/8 do volume principal, bem como os constantes do volume I, que mereceram daquela Unidade Técnica a análise de fls. 20/17.

Parecer da Unidade Técnica

4. Inicialmente, o AFCE responsável pela instrução do feito elaborou breve resumo dos achados de auditoria, a seguir transcrito:

5. À fl. 13 do Relatório de Auditoria em análise, vendidos os aspectos gerais e demais considerações emanadas da equipe técnica acerca dos assuntos verificados in loco, encontram-se as conclusões da auditoria, por área verificada, as quais, trazemos a esta instrução, como segue:

6. Sistema Único de Saúde
a) falta de regularidade na execução das reuniões do Conselho Municipal de Saúde, impossibilitando a apresentação das Atas à Bipartite, conforme previsto no subitem 4.1.1 da NOB/SUS/93 - Portaria nº 545, de 20 de maio de 1993 (itens a.1 e b.1 do Relatório);

7. Fundo Especial e Royalties
b) ausência de registro auxiliar para o controle das receitas e despesas, em descordo com o art. 4º da Resolução TCU nº 229/87 (itens a.2 e b.2 do Relatório);

c) não inclusão, no Orçamento da Prefeitura, dos recursos recebidos a título de Royalties nos exercícios de 1995 a 1997, até a data da Auditoria, e os provenientes do Fundo Especial relativos aos exercícios de 1995 e 1996, conforme determinam os arts. 3º e 4º da Lei 4.320/64 (itens a.3 e b.3);

d) ausência de contabilização dos créditos orçamentários, referentes aos Royalties, no período de janeiro a setembro de 1995, outubro a dezembro de 1996 e janeiro a março de 1997, bem como, os créditos a título de Fundo Especial, nos exercícios de 1995 e 1997, em descordo com o art.90 da Lei 4.320/64 (itens a.4 e b.4 do Relatório);

e) falta de contabilização das despesas empenhadas e realizadas à conta dos créditos dos Royalties e Fundo Especial, contrariando o art. 90 da Lei 4.320/64 (itens a.5 e b.5 do Relatório);

f) não apresentação dos documentos comprobatórios das despesas realizadas com recursos oriundos de Royalties e Fundo Especial, impossibilitando a verificação de que trata o art. 3º da Resolução TCU nº 229/87 (itens a.6 e b.6 do Relatório);

g) permanência dos repasses oriundos do Fundo Especial (período de janeiro a março de 1997) e Royalties do petróleo (exercícios de 1995 e 1996) nas contas bancárias específicas, sem aplicação sequer no mercado financeiro, caracterizando descaso para com os recursos (itens a.7 e b.7 do Relatório);

8. Convênios, Acordos e Ajustes
8.1. Convênio n.º 103/96 (SIAFI n.º 65317):

i) pagamentos à empresa CIR - Construtora e Incorporadora Régis Ltda., a título de reajustamento, sem o correspondente justificativa legal - vide tabela 2, fl. 14 (item a.8 do Relatório);

ii) ausência do Programa de Trabalho, Orçamento Estimado em Planilhas, Projeto Básico e Projeto Executivo (item a.9 do Relatório);

8.2. Convênios n.ºs 086/95, 424/SH/94 e MMA/SR/98 nº 019/96:
j) ausência de processo licitatório para a execução dos objetos contemplados pelos Convênios nºs 424/SH/94 - MBES, 86/95 - MPO e MMA/SR/98 nº 019/96 (item a.10 do Relatório);

k) aplicação da contrapartida, na execução do Convênio MMA/SR/98 nº 019/96, de R\$ 13.000,00 (treze mil reais), em valor inferior ao pactuado em sua Cláusula Terceira, R\$ 37.500,00 (trinta e sete mil e quinhentos reais) - (item a.11 do Relatório);

l) ausência da comprovação da aplicação da contrapartida da Prefeitura na execução do Convênio nº 424/SH/94 - MBES, no valor de R\$ 76.374,17 (setenta e seis mil, trezentos e setenta e quatro reais e dezesseis centavos), conforme pactuado na sua Cláusula Quarta (item a.12 do Relatório);

m) pagamentos efetuados à empresa Andrade Galvão Engenharia Ltda. sem a devida apresentação das correspondentes medições, na execução do Convênio MMA/SR/98 nº 019/96, referentes às

d) de posse de todos esses elementos e informações, e caso confirmados eventuais prejuízos aos cofres públicos, sejam apurados os fatos, identificados os responsáveis pelo dano e quantificados os valores devidos, a fim de instaurar a devida Tomada de Contas Especial.

e) seja apurada a responsabilidade pelo dano não somente dos prefeitos e empenhadores, mas, também, das autoridades responsáveis pela aprovação das prestações de contas e repasse dos recursos, em montante desproporcional às dimensões da obra, na forma da jurisdição desta Corte, materializada nos processos TC-475.214/93-3, Decisão 713/94, e TC-599.087/94-3, Decisão 485/95-0.

V
Quanto às demais irregularidades relacionadas com a execução dos recursos do Fundo Especial/Royalties, o Ministério Público manifestou-se de acordo com as determinações consignadas no item I e com a providência sugerida no item IV, às fls. 167/9.

De igual modo, o Ministério Público perfila a proposta de anulação dos responsáveis, nos termos constantes no item II, às fls. 168/9, retirando-se, todavia, com fundamento da multa imposta ao Sr. Emerson Amaral de Almeida, o fato inscrito no subitem b.3 (fl. 159), porquanto será objeto de exame específico, na forma anteriormente proposta.

Brasília-DF, 31 de Março de 1998

WALTON ALENCAR RODRIGUES
Subprocurador-Geral

ACÓRDÃO Nº 100/98 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC-250.135/97-3
2. Classe de Assunto: V - Relatório de Auditoria
3. Responsáveis: Emerson Amaral de Almeida - CPF 065.137.603-00 (ex-Prefeito) e Romildo Alcântara de Andrade - CPF 040.356.905-20 (atual Prefeito).
4. Unidade: Prefeitura Municipal de Santa Inês-BA
5. Relator: Ministro Marcos Vinícios Vilafa
6. Representante do Ministério Público: Dr. Walton Alencar Rodrigues
7. Unidade Técnica: SECEX/BA

8. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Relatório de Auditoria realizada pela SECEX/BA na Prefeitura Municipal de Santa Inês/BA, nas áreas de convênios, acordos, ajustes, Sistema Único de Saúde, Fundo Especial e royalties do petróleo, abrangendo os exercícios de 1995 e 1996 e o período da 01.01 a 27.03.97, cujos gestores estão elencados no item 3.

Considerando as diversas falhas e irregularidades apontadas, nos autos, pela equipe de auditoria;

Considerando que, ocorridos em audiência, os responsáveis Emerson Amaral de Almeida e Romildo Alcântara de Andrade, respectivamente ex e atual Prefeito do município em epígrafe, apresentaram suas razões de justificativa, transcritas e analisadas no Relatório e Voto precedentes;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento nos artigos 1º, inciso IX; 24, e 43, incisos I e II, e parágrafo único, da Lei nº 8.443/92, c/c o art. 80, inciso V, do Regimento Interno do TCU, em:

8.1 - aceitar as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Romildo Alcântara de Andrade, atual Prefeito do Município de Santa Inês/BA;

8.2 - rejeitar as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Emerson Amaral de Almeida, ex-Prefeito do município em epígrafe, acerca das infrações às Leis nºs 4.320/64 e 8.666/93, à Resolução TCU nº 229/87 e às Instruções Normativas - STN nºs 2/93 e 1/97, relativas às irregularidades a seguir elencadas, conforme os parâmetros constantes dos autos:

a) inexistência de contabilização das receitas do Sistema Único de Saúde - SUS, ocasionando descasto com os recursos públicos transferidos ao Município, e comprometendo as demais faixas de aferição da aplicação destes recursos (arts. 83/93 da Lei nº 4.320/64);

b) inexistência de registros auxiliares para o controle das receitas oriundas de royalties e Fundo Especial do Petróleo, bem como das respectivas despesas efetuadas a estes títulos (Resolução TCU nº 229/87);

c) ausência total da documentação comprobatória atinente a construção da Escola Agrícola Federal de Santa Inês/BA (Instruções Normativas - STN nºs 2/93 e 1/97);

d) ausência de controles satisfatórios da execução do Programa "Letic e Saúde", financiado com recursos federais (Convênio nº 573/96 - SIAFI nº 309832), a exemplo de fichas de estoque, relatórios de acompanhamento do programa, dias remissas, dos beneficiários, etc., previstos no documento intitulado "Orientações Básicas para Execução do Programa";

8.3 - aplicar ao responsável identificado no subitem anterior (8.2) a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei nº 8.443/92, na forma do art. 220, inciso II, do R/TCU, no valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), pela infração de diversos dispositivos legais, conforme assinalado acima;

8.4 - fixar o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que o responsável comprove, perante o Tribunal (art. 165, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional;

8.5 - autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/92, caso não atendida a notificação;

8.6 - determinar ao Prefeito do Município de Santa Inês/BA, com fulcro no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/92, que:

- a) divulgue amplamente, no âmbito do Município, a existência do Conselho Municipal de Saúde, bem assim, de sua importância social no acompanhamento e tomada de decisões na política de saúde pública local (NOB 01/93 e 01/96);
- b) providencie a devida contabilização das receitas e des-

pesas referentes no Sistema Único de Saúde - SUS, bem como das do Fundo Especial e royalties do petróleo, como estabelecido na legislação pertinente (Lei nº 4.320/64);

c) evite a promiscuidade, por períodos prolongados, dos recursos federais transferidos ao Município de Santa Inês em conta bancária, sem a aplicação no mercado financeiro, objetivando manter o seu valor real original (INSTN nº 01/97);

d) aponte nos comprovantes de despesas efetuadas a cargo de transferências federais e demais documentos, como notas fiscais, empenhos, ordens de pagamento e outros, a respectiva identificação do convênio, do acordo, do ajuste, etc., a qual se refere (INSTN nº 01/97);

e) abstenha-se de aceitar condições estabelecidas por licitantes ou particulares em contratos municipais, a exemplo de antecipação de pagamentos, em relação ao fato gerador da despesa, visto que são contrários à Lei 4.320/64;

f) atente para a correta liquidação das despesas municipais, evitando falhas/impropriedades, a exemplo daquela constatada no pagamento da Nota Fiscal nº 530, de 23.12.96, do Contrato de Repasse nº 001/MPO/CEP/96, firmado entre a Caixa Econômica Federal e a Prefeitura Municipal de Santa Inês, no exercício de 1996 (Lei nº 4.320/64);

g) proceda à correta formalização dos processos administrativos licitatórios, bem como dos contratos públicos municipais, de acordo com a Lei 8.666/93 e alterações posteriores;

h) atente para a elaboração do projeto básico e/ou executivo por ocasião da implementação de obras públicas, conforme estabelece a Lei 8.666/93 e alterações posteriores;

i) promova e comprove, em seus processos licitatórios, a prévia pesquisa de preços, de forma a assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, a preços de mercado, conforme preceito do art. 3º da Lei 8.666/93;

j) acoste aos respectivos processos a devida comprovação de encaminhamento e recepção das cartas-convite, em processos licitatórios (Lei nº 8.666/93);

k) observe atentamente os procedimentos preconizados pelo documento intitulado "Orientações Básicas para a Execução do Programa", em referência ao programa federal do "Letic e Saúde";

8.7 - determinar à Presidência da Caixa Econômica Federal - CEP, que, no prazo de noventa dias, insture, se ainda não o fez, e encaminhe ao TCU, por intermédio da Secretaria de Controle Interno do Ministério do Orçamento e Planejamento - MPO, tomadas de contas especial atinente ao Contrato de Repasse nº 001/MPO/CEP/96, do Programa Habitar-Brasil, firmado entre a CEP e a Prefeitura Municipal de Santa Inês/BA, tendo como responsáveis os Senhores Emerson Amaral de Almeida, ex-Prefeito, pelas parcelas de recursos recebidas no exercício de 1996, e o Sr. Romildo Alcântara de Andrade, atual Prefeito, pelas parcelas recebidas a partir de 01.01.97, ante o não-atingimento dos objetivos pactuados;

8.8 - requisitar à Caixa Econômica Federal, com fulcro no art. 101 da Lei nº 8.443/92, sem qualquer ônus para o Tribunal, a realização de pericia técnica na obra construção da Escola Agrícola Federal de Santa Inês/BA, apresentando laudo de avaliação dos serviços informados como executados, quantificando, avaliando e certificando sua realização, bem como opinando sobre a compatibilidade entre os valores pagos e o efetivo custo de construção;

8.9 - determinar à SECEX/BA que:

- a) constitua processo apartado para tratar especificamente da construção da Escola Agrícola Federal de Santa Inês/BA, providenciando-se cópias de todas as peças e documentos associados à referida obra, constantes dos presentes autos;
- b) promova diligências junto aos órgãos federais que celebraram convênios e repassaram recursos para a construção da Escola Agrícola Federal de Santa Inês/BA, visando a obter cópias de todos os processos pertinentes, contemplando desde a análise do pleito e a concessão dos recursos até a prestação de contas e exame pelos órgãos competentes, promovendo a juntada de todos esses processos para análise em conjunto;
- c) de posse dos elementos e informações obtidos a partir das providências acima, bem como do resultado da pericia requisitada à CEP (subitem 8.8) e, caso confirmados eventuais prejuízos aos cofres públicos, apure os fatos, identifique os responsáveis pelo dano e quantifique os valores devidos, a fim de propor ao Tribunal a instauração de tomada de contas especial;

d) atente, na hipótese acima, para a apuração da responsabilidade pelo dano não somente dos prefeitos e empenhadores, mas, também, das autoridades responsáveis pela aprovação das prestações de contas e repasse dos recursos, em montante desproporcional às dimensões da obra, na forma da jurisdição desta Corte, materializada nos processos TC-475.214/93-3, Decisão 713/94, e TC-599.087/94-3, Decisão nº 485/95-0;

8.10 - encaminhar cópia do Relatório de Auditoria (fls. 01/15), das instruções complementares (fls.74/88 e 157/89), do Parecer do Ministério Público (fls. 171/73), bem como deste Acórdão e do Relatório e Voto que o fundamentam à Prefeitura Municipal de Santa Inês/BA e à Caixa Econômica Federal, para conhecimento e adoção das medidas cabíveis.

9. Ata nº 28/98 - Plenário

10. Data da Sessão: 22/07/1998 - Ordinária

11. Especificação do quorum:
11.1. Ministros presentes: Homero dos Santos (Presidente), Adhemar Paladini Ghisi, Carlos Átila Álvares da Silva, Marcos Vinícios Rodrigues Vilafa (Relator), Humberto Guimarães Souto, Bento José Bugatti e os Ministros-Substitutos José Antonio Barreto de Macedo e Lincoln Magalhães da Rocha.

HOMERO SANTOS
Presidente

MARCOS VINÍCIOS VILAFÁ
Ministro-Relator

Fui presente: WALTON ALENCAR RODRIGUES
Procurador-Geral

GRUPO II - CLASSE V - Plenário

TC-250.136/97-0
Natureza: Relatório de Auditoria
Unidade: Prefeitura Municipal de Valença/BA
Responsáveis: João Cardoso dos Santos - CPF 007.708.095-53 (ex-Prefeito) e Agnelino Ramalho Gonçalves - CPF 017.429.495-68 (atual Prefeito).
Ementa: Relatório de Auditoria. Auditoria dos responsáveis sobre supostas irregularidades. Rejeição parcial das justificativas apresentadas pelo ex-Prefeito e acatamento das justificativas do atual. Aplicação de multa no primeiro. Autorização para cobrança judicial da dívida. Determinação: à Prefeitura (diversas providências); ao Ministério da Educação e do Desporto - MEC (promoção de estudos); ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE (instauração de TCE); e à SECEX/BA (acompanhamento da adoção das determinações).

RELATÓRIO

Tratam os presentes autos de auditoria realizada pela SECEX/BA na Prefeitura Municipal de Valença/BA, no período de 31.03 a 04.04.97, abrangendo atos administrativos nas áreas de convênios, acordos, ajustes, Sistema Único de Saúde - SUS e royalties do petróleo, praticados nos exercícios financeiros de 1995, 1996 e 1997, até a data de conclusão da auditoria, que resultou no Relatório de fls. 1/21.

2. Acatando proposição do Diretor da 3ª Divisão Técnica, ratificada pelo Titular da SECEX/BA (fl. 186), determino, mediante despacho de fl. 187, a promoção de audiências do ex-Prefeito Municipal, Sr. João Cardoso dos Santos, e de seu sucessor, o atual Prefeito Agnelino Ramalho Gonçalves.

3. Em resposta às mencionadas audiências, os responsáveis encaminham à SECEX/BA os elementos de fls. 191/8 do volume principal, bem como os constantes do volume I, que meteream daquela Unidade Técnica a análise de fls. 20/17.

Parecer da Unidade Técnica

4. Inicialmente, o AFCE responsável pela instrução do feito elaborou breve resumo dos achados de auditoria, a seguir transcrito:

5.À fl.13 do Relatório de Auditoria em análise, vendidos os aspectos gerais e demais considerações emanadas da equipe técnica acerca dos assuntos verificados in loco, encontram-se as conclusões da auditoria, por área verificada, as quais, trazemos a esta instrução, como segue:

6. Sistema Único de Saúde
a) falta de regularidade na execução das reuniões do Conselho Municipal de Saúde, impossibilitando a apresentação das Atas à Bipartite, conforme previsto no subitem 4.1.1 da NOB/SUS/93 - Portaria nº 545, de 20 de maio de 1993 (item a.1 e b.1 do Relatório);

7. Fundo Especial e Royalties
b) ausência de registro auxiliar para o controle das receitas e despesas, em desacordo com o art. 4º da Resolução TCU nº 229/87 (item a.2 e b.2 do Relatório);

c) não inclusão, no Orçamento da Prefeitura, dos recursos recebidos a título de Royalties nos exercícios de 1995 a 1997, até a data da Auditoria, e os provenientes do Fundo Especial relativos aos exercícios de 1995 e 1996, conforme determinam os arts. 3º e 4º da Lei 4.320/64 (item a.3 e b.3);

d) ausência de contabilização dos créditos orçamentários, referentes aos Royalties, no período de janeiro a setembro de 1995, outubro a dezembro de 1996 e janeiro a março de 1997, bem como, os créditos a título de Fundo Especial, nos exercícios de 1995 e 1997, em desacordo com o art.90 da Lei 4.320/64 (item a.4 e b.4 do Relatório);

e) falta de contabilização das despesas empenhadas e realizadas à conta dos créditos dos Royalties e Fundo Especial, contrariando o art. 90 da Lei 4.320/64 (item a.5 e b.5 do Relatório);

f) não apresentação dos documentos comprobatórios das despesas realizadas com recursos oriundos de Royalties e Fundo Especial, impossibilitando a verificação de que trata o art. 3º da Resolução TCU nº 229/87 (item a.6 e b.6 do Relatório);

g) permanência dos repasses oriundos do Fundo Especial (período de janeiro a março de 1997) e Royalties do petróleo (exercícios de 1995 e 1996) nas contas bancárias específicas, sem aplicação sequer no mercado financeiro, caracterizando descasto para com os recursos (item a.7 e b.7 do Relatório);

8. Convênios, Acordos e Ajustes
8.1. Convênio n.º 103/90 (SIAFI n.º 65317);

h) pagamentos à empresa CIR - Construtora e Incorporadora Régis Ltda., a título de reajustamento, sem o correspondente justificativa legal - vide tabela 2, fl. 14 (item a.8 do Relatório);

i) ausência do Programa de Trabalho, Orçamento Estimado em Planilhas, Projeto Básico e Projeto Executivo (item a.9 do Relatório);

8.2. Convênio n.º 086/95, 424/SH/94 e MMA/SR/In nº 019/96;

j) ausência de processo licitatório para a execução dos objetos contemplados pelos Convênios nºs 424/SH/94 - MBES, 86/95 - MPO e MMA/SR/In nº 019/96 (item a.10 do Relatório);

k) aplicação da contrapartida, na execução do Convênio MMA/SR/In nº 019/96, de R\$ 13.000,00 (treze mil reais), em valor inferior ao pactuado em sua Cláusula Terceira, R\$ 37.500,00 (trinta e sete mil e quinhentos reais) - (item a.11 do Relatório);

l) ausência da comprovação da aplicação da contrapartida da Prefeitura na execução do Convênio nº 424/SH/94 - MBES, no valor de R\$ 76.374,17 (setenta e seis mil, trezentos e setenta e quatro reais e setenta e sete centavos), conforme pactuado na sua Cláusula Quarta (item a.12 do Relatório);

m) pagamentos efetuados à empresa Andrade Galvão Engenharia Ltda. sem a devida apresentação das correspondentes medições, na execução do Convênio MMA/SR/In nº 019/96, referentes às

Anexo I



ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE SANTA INÊS – BA



ATA DE MEMÓRIA DA REUNIÃO GERAL DO DIA 29/01/2008

Aos vinte e nove dias do mês de janeiro do ano de dois mil e oito as catorze horas no auditório do Prédio de Biblioteca da EAFSI-BA ocorreu uma reunião geral com o objetivo de deliberar sobre a adesão ou não ao processo de ifetização proposto pelo MEC/SETEC. Contando com a presença dos seguintes servidores por ordem alfabética: Abdon Santos Nogueira, Adriana Martins da S.B. Conceição, André Leonardo V. Souza, Ângelo Francisco de S. Andrade, Antonio Alcyone O. de S. Júnior, Antonio Brito de S. Júnior, Antonio Francisco R. Júnior, Antonio Santos Souza, Arlene Luttgards de O.V. Sampaio, Arlinda P. Eloy, Cláudia B. de Lima, Cláudia B. de Carvalho, Clóvis V. Sampaio Filho, Daniele S. de Matos, Deise V. Ferreira, Diogo de Jesus, Edison B. da Silva, Elis Mary A. de Azevedo, Emerson dos S. Nunes, Evanete M. de Carvalho, Genilda de S. Lima, Geraldo de Jesus Santos, Fabio Oliveira Barreto, Jadson Luiz S. Rocha, José da Silva César, Juarez S. Sampaio, Licia Maria dos S. de Jesus, Mara Evangelista Souza, Marcelito T. Almeida, Misonete Gueidnelli C. Costa, Natanaildo B. Fernandes, Nelian C. Nascimento, Nelson V. da S. Filho, Pedro Paulo Oliveira, Tânia de S. Nunes e Rozilda R. dos Santos. A presente reunião foi presidida pelo professor Natanaildo B. Fernandes que delegou a condução e organização dos trabalhos a pedagoga Jaqueline Vieira, e tendo sido secretariada por mim, Licia Maria dos S. de Jesus. Os trabalhos iniciaram com o professor Natanaildo B. Fernandes lembrando aos presentes que em dois momentos anteriores houveram reuniões para falar sobre o processo de ifetização, e , tendo sido deliberado em um desses momentos pelo envio, por e-mail, de material referente ao tema (ifetização) e o convite a um representante da SETEC com o intuito de proferir palestra em nossa Instituição permitindo dessa maneira a elucidação de dúvidas da comunidade escolar. Por parte do MEC houve a publicação de uma chamada pública para adesão ao processo de ifetização, e em resposta a tal ato as Escolas Agrotécnicas de Guanambi, Catu e Senhor do Bonfim se posicionaram de modo positivo. Inclusive realizaram uma pequena reunião no dia 16 de janeiro de 2008 para tratar de tal assunto ficando deliberado a criação de uma comissão mista, dois componentes de cada escola, para elaborar o projeto de adesão. Neste encontro um dos pontos discutidos foi a questão da manutenção de autonomia administrativa, financeira e pedagógica de cada escola. O estado da Bahia, segundo as informações veiculadas, será contemplado com dois ifet's (Industrial e Rural). Diante dessas informações faz-se necessário um posicionamento por parte da comunidade da EAFSI-BA para que possa ser apresentada uma decisão junto às demais agrotécnicas do estado para a composição da comissão citada anteriormente. Ainda segundo o professor Natanaildo B. Fernandes haverá no dia 12 de fevereiro de 2008 na Agrotécnica de Guanambi uma reunião com a presença de representantes da SETEC, inclusive com uma palestra sobre ifetização. A Agrotécnica de Santa Inês se fará presente com uma comitiva de cinco pessoas, três a serem deliberadas nessa reunião. O professor Antonio Brito de S. Júnior lembrou aos presentes que a decisão de aderir ou não a este projeto do governo federal deverá ser bem discutida , pois é o futuro da EAFSI que estará em jogo; desse modo houve a proposta do professor de realizar novas discussões objetivando amadurecer a Idéia e contar também com a presença de colegas que não se fizeram presentes na instituição naquele dia. A professora Evanete Moura solicitou um tempo para leitura do documento e a pedagoga Jaqueline Vieira sugeriu para otimizar os trabalhos que fosse disponibilizado para os presentes uma cópia do documento da Chamada Pública para que se pudesse ler, em duplas



ou trios, e assim haver uma tomada de decisão. Os presentes teriam trinta minutos para a leitura. A sugestão foi aceita com a formação de pequenos grupos de leitura. Após o tempo estipulado houve a retomada dos trabalhos. O professor Juarez S. Sampaio sugeriu que fosse citado pelos presentes as vantagens e desvantagens do processo de ifetização para que houvesse uma discussão ampla. Nesse momento o professor André Leonardo, de posse da palavra, declarou que após a leitura do documento tinha a sensação de ficar a claro que não há a possibilidade de duas opções, é aceitar ou aceitar, visto que o MEC irá tomar medidas em relação as instituições omissas ao presente processo, como explicitado no documento da chamada pública. Professora Misonete G.C. Costa concordou com o colega e ressaltou que devemos utilizar do poder de barganha (corpo docente qualificado, desenvolvimento de trabalhos voltados a pesquisa científica, dentre outras características) para participar ativamente do processo de elaboração do projeto de ifetização, não se permitindo intimidar pelas demais escolas. André Leonardo concordou com Misonete reafirmando a importância de estarmos inseridos ativamente no processo desde o começo. No transcorrer da discussão o professor Juarez S. Sampaio levantou a questão pontuada no item 1.3.3 de que seria clara a função limitada do ifet em formar professores na área de ciências da natureza e que não há garantias reais do futuro da instituição, caso aceite transformar-se em ifet, do tempo para tal adesão, sobre a manutenção de autonomias. Nesse momento a professora Cláudia B. de Lima relatou a experiência vivenciada por ele ao trabalhar numa uned (unidade descentralizada) no Paraná, salientando a necessidade e o cuidado em relação a questão de decidir sobre a sede de uma instituição como o ifet e a existência de um planejamento de cursos e não logo de início começar a ministrar cursos sem ter a devida condição. Na opinião da professora Evanete Moura há mais vantagens do que desvantagens em aderir a esse processo, pois os campi dos ifet terão reestruturação de bibliotecas e de laboratórios que concorrerão para melhorias das escolas e de melhor atendimento a clientela escolar. Tivemos ainda a fala de outros servidores presentes buscando contribuir nas discussões e consequentemente uma tomada de decisão coerente. Encerrando as discussões tivemos a fala do professor Natanaildo B. Fernandes que afirmou ser este momento de discussão importante para a o amadurecimento da comunidade e que infelizmente não seria possível a ninguém prever ou determinar os acontecimentos do futuro. Todavia em sua opinião neste momento é preciso aderir ao processo de ifetização, pois os ganhos para as instituições serão determinantes para o seu crescimento e melhoria no desenvolvimento educacional. Para o momento de votação foi registrado a presença dos seguintes servidores, por ordem alfabética: Abdou Santos Nogueira, Adriana Martins da S.B. Concelção, André Leonardo V. Souza, Antonio Brito de S. Júnior, Antonio Francisco R. Júnior, Antonio Santos Souza, Arlene Luttigards de O.V. Sampaio, Arlinda P. Eloy, Cláudia B. de Lima, Cláudia B. de Carvalho, Clóvis V. Sampaio Filho, Daniele S. de Matos, Deise V. Ferreira, Diogo de Jesus, Edison B. da Silva, Elis Mary A. de Azevedo, Emerson dos S. Nunes, Evanete M. de Carvalho, Genilda de S. Lima, Geraldo de Jesus Santos, Fabio Oliveira Barreto, Jadson Lutz S. Rocha, José da Silva César, Juarez S. Sampaio, Lúcia Maria dos S. de Jesus, Marcelito T. Almeida, Misonete Gueidnelli C. Costa, Natanaildo B. Fernandes, Nelian C. Nascimento, Nelson V. da S. Filho, Pedro Paulo Oliveira, Tânia de S. Nunes e Rozilda R. dos Santos. A primeira questão a ser votada foi se haveria a votação hoje (sim ou não). Tivemos trinta participantes votando no sim e apenas 03 votos negativos. Sobre a questão de aderir ao processo de ifetização a contagem registrada foi 31 votos/sim e 02 votos para uma adesão depois (no futuro). Para finalizar a etapa de votação, escolheu-se os representantes para



compor a comissão de elaboração do projeto de adesão e tivemos o seguinte resultado: Elis Mary A. de Azevedo - 10 votos e Jadson Luiz S. Rocha - 09 votos. Os demais candidatos obtiveram a seguinte pontuação: Adriana Martins da S.B. Conceição - 02 votos; Geraldo de Jesus Santos - 04 votos; Misonete Gueidneli C. Costa - 05 votos e o registro de uma abstenção. Finalizado todo o processo de votação, e conseqüentemente a reunião, lavrei a presente ata que será assinada por mim e todos os presentes.

Lúcia Mª dos S. de Jesus
 Cláris Azpimolho
 Arlene L. D. Vaz Sampaio
 Nelicy Costa Nazareno
 Nelson Viana da Silva Filho
 Rosângela V. S. -
 Genilda de Souza Torres
 Adriana Martins da Silva Bastos Conceição
 Deise Ferreira
 Alan Augusto F. J.
 Misonete Gueidneli Carneiro Costa

Rozilda Ribeiro dos Santos
 Arlindo Pereira Eloy
 Aldenilton Regente
 Misonete Gueidneli Carneiro Costa
 Rosete Moura de Carvalho
 Claudio Getálio
 Daneli Silva de Mota



▼ BAHIA

IF Baiano: de Escolas AGROTÉCNICAS A INSTITUTO FEDERAL

Busca de identidade alia práticas antigas ao novo jeito de pensar a instituição

Por Vanina Sá

Na Bahia, existem dois institutos federais: Instituto Federal da Bahia (IFBahia), originado do Cefet-BA, e o Instituto Federal Baiano que se originou a partir da integração das Escolas Agrotécnicas Federais e das Escolas Médias de Agropecuária Regional da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac) do Estado da Bahia, antes vinculadas ao Ministério da Agricultura. O IF Baiano foi criado por meio da Lei 11.892/2008 e, em 22 de outubro, adquiriu autono-

mia financeira e administrativa com a assinatura do decreto 7.313/2010, entre o reitor Edson Moura e o presidente, Luiz Inácio Lula da Silva.

Atualmente, o Instituto passa por uma fase de transição e expansão. A transição deve-se ao perfil institucional que as antigas Agrotécnicas estão

adquirindo. A expansão traduz-se na construção de novos campi e ampliação da oferta de cursos. "Ser instituto é pensar o coletivo, por isso estamos trabalhando na perspectiva de integração, aliando o novo com o antigo", afirmou a pró-reitora de Ensino, Eliana Alves.



Educação Profissional



Para impulsionar esta fase de mudanças, o IF Baiano admitiu, neste ano, 306 novos servidores e, até dezembro, estima-se a nomeação de até 110 funcionários. Atuam no IF Baiano 343 professores efetivos, 18 professores substitutos, além de 334 técnicos-administrativos em educação, que desempenham diversas atividades de suporte.

O IF Baiano é composto por oito campi que funcionavam como Escolas Agrícolas e ainda o campus Bom Jesus da Lapa, que iniciou suas atividades em março deste ano. Sendo assim, o Instituto possui nove campi, distribuídos nas regiões Metropolitana, Norte, no Médio São Francisco, na Serra Geral, Baixo e Extremo Sul e Sudeste da Bahia.

Cerca de 4.000 alunos estão matriculados nos 23 cursos oferecidos pelo IF Baiano. São 13 cursos Técnicos, oferecidos nas moda-

lidades Integrada, Subsequentes e Projeja (Educação de Jovens e Adultos). Assim, são oferecidos três cursos na modalidade Integrada, quatro na modalidade Projeja e oito na modalidade Subsequente.

Este ano, vai ocorrer o primeiro processo seletivo unificado para os cursos técnicos do IF Baiano e as inscrições estão previstas para novembro. Para dar início ao processo seletivo, a Pró-Reitoria de Ensino aguarda confirmação do MEC para implantação de outros nove cursos com início no primeiro semestre de 2011.

"Oferecemos cursos que visam o desenvolvimento local, sem perder de vista as atividades do campo e o intercâmbio com os pequenos produtores", afirmou a pró-reitora Eliana. O IF Baiano ainda oferece nove cursos

CAMPI DO IF BAIANO

Bom Jesus da Lapa
Catu
Guanambi
Itapetinga
Santa Inês
Senhor do Bonfim
Teixeira de Freitas
Uruçuca
Valença

Foto: Claudio Sales/Agência



Horta do campus
Uruçuca

Anexo L



TERMO DE CONSENTIMENTO E LIVRE PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
DECANATO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO |
AGRÍCOLA

Pesquisadora: Rosângela Rodrigues
e-mail: rnrodrigues@gmail.com
Telefone: (71) 8177 9401

CARTA DE INFORMAÇÃO E TERMO DE CONCORDÂNCIA

Carta de Informação

Este estudo, denominado "Criado na Roça: Trajetória e Construção Identitária do Instituto Federal Baiano campus Santa Inês" visa explicitar o processo de (re) construção da(s) identidade(s) do Instituto Federal Baiano campus Santa Inês, com vista a firmar o seu referencial identitário.

Todo tipo de dúvida a respeito dos procedimentos, dos resultados e/ou de assuntos relacionados à pesquisa serão esclarecidos, sendo a pesquisadora responsável a mestranda Rosângela Rodrigues, do Programa de Pós-graduação em Educação Agrícola - PPGEA/UFRRJ.

Termo de Concordância

Estou ciente e de acordo com os termos de realização desta pesquisa, e autorizo também a publicação dos resultados obtidos no presente estudo.

Local e data: _____, _____ de _____ de _____

Nome: _____

Ocupação: _____

Assinatura: _____

Anexo M

As questões das entrevistas estão definidas por tópicos de interesse para padronizar na medida do possível as perguntas a fim de que as informações obtidas possam ser comparadas entre si.

O universo a ser pesquisado é composto de docentes, técnico, ex-alunos, pais gestores e conhecedores da história local.

OBJETIVO: Aprender os significados da instituição para os sujeitos sociais que a constituíram/constituem.

TÓPICOS DE INTERESSE

Tópico 1

A implantação/funcionamento da instituição.

Você participou da implantação da escola? Sim, poderia contar sobre sua participação? Não, mas você tem conhecimento dessa história?

No seu entender quais os objetivos dessa instituição? Ela foi estruturada para atender aos objetivos? De que forma?

Tópico 2

Sobre o papel social da instituição.

No seu entender, qual o papel dessa instituição para Santa Inês?

Tópico 3

Sobre os aspectos legais.

As mudanças que vem sendo propostas desde a implantação da instituição;

primeiro as modificações em virtude do decreto 2.208/97, em seguida pelo 5154/2004 e agora com a transformação para instituto. Qual a sua idéia em relação a essas questões?

Tópico 4

Sobre as relações de poder.

Se fosse preciso classificar como se dão as relações de poder dentro da escola, como você classificaria?

Tópico 5

Qual o significado dessa instituição para você?

EXAME DE SELEÇÃO - 98/99

MEC - SEMTEC

ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE SANTA INÊS - BA



AGRICULTURA I



ZOOTECNIA II



VISTA PARCIAL DA ADMINISTRAÇÃO



MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA



ZOOTECNIA I



INFORMÁTICA

CURSOS OFERECIDOS:

* TÉCNICO AGRÍCOLA COM AS SEGUINTE HABILITAÇÕES:

■ AGROPECUÁRIA ■ AGRICULTURA ■ ZOOTECNIA

* TÉCNICO EM INFORMÁTICA

LOCAIS DE INSCRIÇÃO:

▲ ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE SANTA INÊS - BA

▲ COLÉGIO MUNICIPAL JOSELITO AMORIM DE FEIRA DE SANTANA - BA

▲ COLÉGIO ESTADUAL DE ITABERABA - BA

▲ COLÉGIO POLIVALENTE DE JEQUIÉ - BA

▲ COLÉGIO PIO XII DE JAGUAQUARA - BA

CONDIÇÕES:

- ESTAR CURSANDO A 8ª SÉRIE OU JÁ TER CONCLUÍDO O 1º GRAU
- ESTAR CURSANDO A 1ª, 2ª OU 3ª SÉRIE DO 2º GRAU OU JÁ TER CONCLUÍDO O MESMO
- ESTAR CURSANDO A ÚLTIMA SÉRIE DO 2º GRAU OU JÁ TER CONCLUÍDO O MESMO

VAGAS: 220

PERÍODO: 03 a 27 DE NOVEMBRO DE 1998

SEMI-INTERNATO E EXTERNATO

INSCREVA-SE
PARA MAIORES INFORMAÇÕES
FOFPE: (073) 546-1216
FAK: (073) 528-0212